

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E  
GEOCIÊNCIAS**

**AGROECOLOGIA E TRANSFORMAÇÕES NO  
ESPAÇO RURAL: O CASO DO ASSENTAMENTO  
CONQUISTA DA LIBERDADE, PIRATINI, RS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Edinho Carlos Kunzler**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2009**

**AGROECOLOGIA E TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO  
RURAL: O CASO DO ASSENTAMENTO CONQUISTA DA  
LIBERDADE, PIRATINI, RS**

**Por**

**Edinho Carlos Kunzler**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, área de concentração em Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Mestre em Geografia.**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carmen Rejane Flores Wizniewsky**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2009**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Naturais e Exatas  
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova Dissertação de Mestrado

**AGROECOLOGIA E TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL: O  
CASO DO ASSENTAMENTO CONQUISTA DA LIBERDADE,  
PIRATINI, RS**

elaborada por  
**Edinho Carlos Kunzler**

como requisito para obtenção do grau de  
**Mestre em Geografia**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Dr<sup>a</sup>.**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Eliane Maria Foletto, Dr<sup>a</sup>.** (Membro/UFMS)

---

**Rosa Elane Antônia Lucas, Dr<sup>a</sup>.** (Membro/UFPEL)

Santa Maria, 15 de dezembro de 2009.

Dedico este trabalho à minha família, à minha namorada e aos meus amigos, sabendo que muito do que tenho conquistado faz parte de um caminho construído com sua participação;

E o dedico a todos aqueles que lutam por uma sociedade mais justa para todos, mesmo sendo desta excluídos.

Agradeço à Universidade Federal de Santa Maria e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências pela oportunidade de realizar este trabalho;

Agradeço à professora Carmen Rejane Flores Wizniewsky pela orientação, por suas ideias e pelo material bibliográfico disponibilizado e, especialmente, pelo bom humor;

Agradeço às famílias assentadas no Conquista da Liberdade pela atenção, disponibilidade e paciência com os quais fui recebido durante os trabalhos de campo;

Agradeço aos colegas e professores, promotores de discussões que contribuíram para o enriquecimento deste que escreve;

Agradeço à CAPES pela bolsa de estudo que auxiliou no desenvolvimento da presente pesquisa;

Agradeço a todos que colaboraram com a concretização deste trabalho, por mais simples que tenha sido a sua participação.

*O viver em grupos permite o confronto entre as pessoas e cada um vai construindo o seu “eu” neste processo de interação, através de constatações de diferenças e semelhanças entre nós e os outros. É neste processo que desenvolvemos a individualidade, a nossa identidade social e a consciência-de-si-mesmo. (LANE, 1985, p. 16)*

## **RESUMO**

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

### **AGROECOLOGIA E TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL: O CASO DO ASSENTAMENTO CONQUISTA DA LIBERDADE, PIRATINI, RS**

Autor: Edinho Carlos Kunzler

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carmen Rejane Flores Wizniewsky

Data e local da defesa: Santa Maria, dezembro de 2009

Este trabalho aborda a questão agrária no Brasil, e tem como tema central a organização coletiva de um assentamento de reforma agrária, um projeto que não só viabiliza o principal objetivo do grupo, que é o de permanência na terra, mas que demonstra ser plenamente viável a constituição de um modelo de agricultura e sociedade distinto do individualista modelo convencional. Tendo por objetivo apreender como o grupo coletivo do assentamento Conquista da Liberdade, localizado em Piratini, no Rio Grande do Sul, se organiza e como gere seu espaço-tempo à luz do legado teórico da Geografia, especialmente da obra de Milton Santos e a opção por metodologias qualitativas de análise, construiu-se uma abordagem materialista-histórica do seu processo de constituição e evolução. Dentre as contribuições trazidas à discussão, aquela que se destaca como a principal é a constituição dos sujeitos a partir das limitações às quais as pessoas foram submetidas durante a vida. As barreiras impostas ao sucesso pessoal foram aos poucos sendo superadas através da conscientização coletiva, processo iniciado antes mesmo do ingresso no acampamento. O acampamento também contribuiu decisivamente na formação política do grupo e, especialmente, abriu as portas para um novo modelo de sociedade baseado na cooperação e num projeto coletivo de organização. O assentamento das famílias não significou a solução do problema inicial, a perda da terra, e trouxe à tona divergências que foram potencializadas pelas dificuldades iniciais, sendo este o estopim para o rompimento do grande grupo coletivo inicial de 50 famílias. O grupo atual, formado por 17 famílias integrantes da COOPAVA – Cooperativa de Agrícola Vista Alegre Limitada – construiu um novo caminho para suas perspectivas ao adotar a práxis agroecológica em seu cotidiano, rompendo, desse modo, com as amarras do modelo convencional de agricultura e chamando para si a responsabilidade e a estratégia de condução não só de suas atividades, mas especialmente de planejamento para as gerações futuras.

Palavras-chave: questão agrária; espaço; sujeitos.

## **ABSTRACT**

Masters Dissertation  
Post-Graduate Program in Geography and Geosciences  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

### **AGROECOLOGY AND RURAL SPACE TRANSFORMATION: THE SETTLEMENT CASE OF “CONQUISTA DA LIBERDADE”, PIRATINI, RS**

**Author:** Edinho Carlos Kunzler

Advisor: Profa. Dra. Carmen Rejane Flores Wizniewsky

Date and Local of Defense: Santa Maria, December 2009.

This work deals with the agrarian issue in Brazil bringing as a main point a collective organization of an agrarian reform settlement, which consists in a project that seems to be viable to constitute a social and agricultural distinct model if compared to the individualistic one. Such a project also provides the main objective of the group, that is, to stay on the piece of earth where they settle down. In order to understand the way the settlement group “Conquista da Liberdade”, located in Piratini, Rio Grande do Sul, is organized and also the way it leads its space-time regarding Geography theories, based specially on Milton Moraes’ works and his qualitative analyses methodologies, a materialistic-historical approach of its constitution and evolution process was done. The most important contribution brought up to the discussion in this work is the one about the subject constitution from their limitations undergone through their lives. The obstacles imposed to the personal success were overcome through collective consciousness raising, process initiated before entering the settlement. The settlement also contributed to the political formation of the group and opened doors to a new social model based not only on cooperation but also on a collective project of organization. The family settlements did not mean the initial problem solution, that is, the piece of earth loss, but it also brought up divergences that were empowered by the initial difficulties and it led to the break of the big collective group of 50 families. The current group that is formed by 17 families that are part of the COOPAVA – Cooperativa Agrícola Vista Alegre Limitada (Agriculture Cooperative Vista Alegre Limited) – constructed a new way to reach its expectations, that is, they adopted the agro-ecological praxis on their daily activities, which broke up with the conventional model agricultural activities. Moreover, it took seriously the responsibility and conduction strategy not only for their activities but one that is concerned with planning for the future generations.

Key-words: agrarian issue; space; subjects.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Reforma agrária, um ideal .....	35
FIGURA 2: Mapa 1 – Localização do assentamento (mapa cedido pelo presidente da COOPAVA, elaborado por CNEC Engenharia S/A. Editado pelo autor) .....	36
FIGURA 3: As moradias .....	57
FIGURA 4: Mapa 2 – Parcelamento dos lotes (mapa cedido pelo presidente da COOPAVA, elaborado por CNEC Engenharia S/A. Editado pelo autor) .....	59
FIGURA 5: Preparo do biofertilizante .....	73
FIGURA 6: Ordenha do gado leiteiro .....	75
FIGURA 7: Produtos da horta .....	77
FIGURA 8: Os produtos Terra Livre .....	78
FIGURA 9: Visão geral da agrovila e áreas produtivas da COOPAVA .....	95
FIGURA 10: Sede da COOPAVA, mercearia e cozinha coletiva .....	96
FIGURA 11: Pomar de pêssegos .....	98
FIGURA 12: Equipamentos da indústria de laticínios .....	100
FIGURA 13: Distribuição de leite no mercado .....	103
FIGURA 14: Momentos de lazer .....	105

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAPA: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

COCEARGS: Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul

CONAB: Cadastro Nacional de Abastecimento

CONCRAB: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

COOPAVA: Cooperativa Agrícola Vista Alegre Limitada

COPTec: Cooperativa dos Técnicos do MST

CPT: Comissão Pastoral da Terra

EMATER: Associação de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul

EMBRAPA: Empresa de Pesquisa Agropecuária

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LUMIAR: Projeto de assistência técnica dos assentamentos de reforma agrária

MASTER: Movimento dos Agricultores Sem-Terra

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB

UCPEL: Universidade Católica de Pelotas

UFPEL: Universidade Federal de Pelotas

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1 O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA</b> .....	21
1.1 Brasil: tradição de grandes propriedades .....	21
1.2 Modernização conservadora da agricultura brasileira .....	25
1.3 Os processos geradores de exclusão dos agricultores familiares do noroeste do Rio Grande do Sul.....	32
<b>2 QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL</b> .	38
2.1 Movimentos de luta pela reforma agrária .....	42
2.2 Os assentamentos de reforma agrária e sua organização sócio-produtiva .....	46
2.3 O caso do assentamento Conquista da Liberdade e a Cooperativa Agrícola Vista Alegre Limitada - COOPAVA .....	52
<b>3 A AGRICULTURA FAMILIAR E A SUSTENTABILIDADE COMO ALTERNATIVA DE REPRODUÇÃO SOCIAL</b> .....	61
3.1 A agricultura familiar e o seu sujeito .....	62
3.2 Sustentabilidade e agroecologia como alternativas para agricultura familiar .....	66
3.3 O desenvolvimento sustentável e a agroecologia .....	67
3.4 Agroecologia e conquistas da agricultura familiar na Coopava.....	72

<b>4</b>	<b>DISCUSSÕES ACERCA DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL</b> .....	<b>80</b>
<b>4.1</b>	<b>Natureza e espaço</b> .....	<b>80</b>
<b>4.2</b>	<b>Os elementos do espaço</b> .....	<b>82</b>
<b>4.3</b>	<b>O tempo, o cotidiano e o lugar no espaço</b> .....	<b>83</b>
<b>4.4</b>	<b>Estrutura, processo, função e forma</b> .....	<b>85</b>
<b>4.5</b>	<b>Espaço: sistemas de objetos, sistemas de ações e a técnica</b> .....	<b>87</b>
<b>4.6</b>	<b>Do período natural ao técnico-científico-informacional</b> .....	<b>90</b>
<b>4.7</b>	<b>O espaço do assentamento Conquista da Liberdade: fator da evolução social</b> .....	<b>93</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>107</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>113</b>
	<b>ANEXOS</b> .....	<b>117</b>

## INTRODUÇÃO

Não há como identificar os problemas na sociedade brasileira atual e considerá-los como efeitos naturais da constituição do Brasil como país. Somos, tanto individualmente quanto coletivamente, representantes atuais de opções feitas no passado que ditaram rumos e ensejaram processos que nos trouxeram até o presente. É sobre essa herança que se baseia nossa organização espacial. A organização do espaço brasileiro contemporâneo está voltada ao novo, mas com pés cravados em estruturas antigas e prejudiciais não só para aqueles grupos que são obrigados a conviver à margem do progresso social e material apregoado como a grande virtude da atualidade.

Nosso cotidiano de envolvimento em lutas individualizadas/individualistas pelo sucesso oculta um modelo econômico e de sociedade que se constituíram de forma desigual, em descompasso com as necessidades sociais, mas sempre “na medida” para a manutenção dos privilégios de poucos que sempre tiveram a virtude de conseguir manipular as transformações pelas quais o planeta, com raras exceções, passou a ser um aliado. A exploração das diferenças e fraquezas dos diversos grupos subordinados ao poder dominante não é um processo novo. Até mesmo a captura de nativos na África, por parte dos europeus, contava com o consentimento e a cooperação de grupos rivais.

O que talvez seja a novidade advenha do entendimento dos grupos explorados de que, pela compreensão da real dimensão do seu problema e sua conscientização política, a luta pela sua inclusão terá maiores chances de êxito se for ampla e coletiva. O binômio sucesso/fracasso está muito mais condicionado às questões estruturais que norteiam a sociedade e a inserção dos indivíduos/grupos nesta estrutura do que se pode imaginar. A questão agrária brasileira, a luta pela terra e a luta pela reforma agrária demonstram muito bem como a estrutura é capaz de limitar as alternativas de determinados grupos à medida que as amplia para outros.

Contudo, nada é definitivo no espaço. A transitoriedade inerente ao próprio espaço está constantemente fornecendo novas oportunidades de um recomeço. São essas oportunidades que motivam quem luta pelo direito de ter uma chance para poder materializar seu projeto de vida. Um assentamento de reforma agrária

representa muito bem esse caráter. Ele é o *locus* da oportunidade. Representa a chance de recuperação de uma identidade e de uma possibilidade, roubadas por um processo que muitos chamam de desenvolvimento. É por esse motivo que se desenha essa pesquisa. É a fuga da homogeneização da sociedade humana, produzida pelo próprio homem, que faz da luta pela terra a luta pela vida e pela diversidade.

Nesse contexto, o presente trabalho pretende conhecer e compreender as dinâmicas que envolvem a organização e reorganização espacial, a partir das possibilidades trazidas à luz, com a implantação, em um primeiro momento, da Coopava (Cooperativa Agrícola Vista Alegre Limitada), com a singularidade da organização do trabalho coletivo e, em um segundo momento, a introdução da opção pela agroecologia como tentativa de permanência na terra.

A presente pesquisa foi desenvolvida no assentamento Conquista da Liberdade, localizado no município de Piratini, na Microrregião da Costa Doce, Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul. Fundado em fevereiro de 1992, o assentamento Conquista da Liberdade possui uma área de 1232 hectares, antes de propriedade da CICA Alimentos S/A<sup>1</sup>, onde foram assentadas inicialmente 50 famílias.

O modelo de organização coletiva adotado no princípio aos poucos foi perdendo força com a saída de famílias para o modelo individual. Esse processo implicou na fragilização da estrutura produtiva do assentamento e o acúmulo de dívidas por parte dos agricultores ali instalados. Entretanto, o fortalecimento de novas ideias junto aos assentados, através da assessoria prestada por entidades como a Comissão Pastoral da Terra e por estudantes da Universidade Federal de Pelotas<sup>2</sup>, reverteu a perspectiva para o assentamento.

A agroecologia aos poucos tomou forma como uma *práxis* alternativa e viável, socialmente e economicamente, e o assentamento coletivo, com 17 famílias, recuperou-se e recuperou consigo a autoestima dos seus sujeitos, o que evidencia que a sua luta pela terra e por um lugar onde se possa progredir socialmente tem dado resultado. Essa vitória mostrou que é plenamente possível construir um

---

<sup>1</sup> Conglomerado agroindustrial de gêneros alimentícios, que atua em setores como o de condimentos e produtos em conserva.

<sup>2</sup> Estudantes do curso de Agronomia da UFPEL participaram e ainda participam da consolidação da agroecologia no assentamento, uma vez que estes têm buscado um maior conhecimento prático neste campo da ciência, ainda não contemplado pelo currículo regular do curso.

ambiente de progresso social e econômico, individual e coletivo, baseado em um modelo de exploração respeitoso para com o ambiente natural, o que pode garantir a estabilidade econômica e a sustentabilidade ecológica ao futuro da comunidade, mas principalmente a sustentabilidade ecológica às próximas gerações.

Esta pesquisa busca apreender as características relacionadas à organização espacial e suas transformações. Para tanto, é preciso compreender os conceitos que envolvem esse tema, considerando as especificidades que dão vida ao lugar. A questão agrária e seu desenrolar na luta pela terra e pela reforma agrária, que traz como resultados a constituição de assentamentos os quais buscam garantir a reprodução social aos grupos subjugados pelo processo histórico de dominação do latifúndio e territorialização do capital no campo, evocam a necessidade de construção de um referencial teórico que dê conta de realizar um estudo que abarque a complexidade da realidade.

Por isso, abordar-se-á a organização espacial, tendo por base a abordagem de Milton Santos, com um enfoque que contemple as dinâmicas espaciais as quais envolvem o campo brasileiro e as alternativas criadas pela ação de agentes de transformação, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Portanto, o trabalho coletivo, o desenvolvimento sustentável e a agroecologia são componentes do processo de diversificação do espaço e serão tratados neste estudo como sendo de fundamental importância para a sua compreensão.

A exclusão e desigualdade social produzida por um modelo de desenvolvimento que privilegia essencialmente os poderosos não é um fenômeno recente na história do Brasil. A estrutura agrária brasileira, marcada pela presença dominante do latifúndio e pelo envolvimento direto do capital, que dita o que, quem, como, porque, para que e para quem produzir, são marcas atuais de um processo iniciado com a colonização portuguesa.

Mas não é apenas à colonização do Brasil que se deve creditar a sua estrutura agrária (e social) atual. Se a predominância do latifúndio emerge como um legado fundamental daquele período, as transformações pelas quais o mundo passou nesses 500 anos, revelam o entendimento das elites nacionais, que conduziram o país por este processo de transformação, sobre o modelo de sociedade e economia que se buscou construir.

Enquanto nos países de capitalismo avançado, a criação de um mercado interno forte, especialmente desencadeado com processos de reformas estruturais,

como a agrária, foi a base para seu progresso científico-econômico-social. O projeto brasileiro não se estruturou por essa perspectiva. A opção das elites do país foi “fazer o bolo crescer”, ou seja, adotar um modelo concentrador, herdeiro do período colonial e baseado no latifúndio escravista. O fim da escravidão, motivado por ações de interesses estrangeiros, que buscavam a constituição de mercados e afirmação de um modelo econômico de maior dinamismo e possibilidades de acumulação de capital, não significou para o Brasil o fim da estrutura da escravidão.

Se, por um lado, homens e mulheres foram libertos de seu cativo, o aprisionamento foi direcionado à terra pela Lei de Terras de 1850. Ao praticamente eliminar a possibilidade de livre acesso aos escravos libertos e aos imigrantes europeus, as condições para a estabilidade social e econômica desses grupos, de forma que possam progredir socialmente e materialmente, ficam extremamente comprometidas. Daí remonta a atual questão agrária brasileira. Questão que é o estopim para eclosão de lutas pela terra as quais evoluem e convergem para a luta pela Reforma agrária, da qual o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST – juntamente com a Comissão Pastoral da Terra – CPT – são os grandes mobilizadores sociais.

Através da mobilização de massas de excluídos, visando pressionar o governo e a opinião pública através de marchas, manifestações e ocupações de terras ociosas ou subaproveitadas, esses movimentos buscam acrescentar a Reforma agrária na pauta de discussões políticas imprescindíveis para o futuro da sociedade brasileira. De tais atos, alguns resultados positivos vêm sendo obtidos, especialmente, a desapropriação de terras e assentamentos de famílias que integram o MST.

Esses assentamentos, embora insuficientes para a demanda social reprimida que se constituiu no Brasil, significam para os grupos assentados a recuperação da esperança de um futuro melhor, um lugar de recomeço e que possibilite o agricultor familiar ter as condições materiais de lutar pelos seus objetivos. Organizando o trabalho de diferentes formas, quer seja coletivo, quer seja individual, este busca sua estabilidade através do estabelecimento de laços com um mercado, por vezes restrito, mas capaz de garantir o retorno econômico do seu trabalho.

É nesse sentido que reside o problema proposto por esta pesquisa e sua justificativa. Os fatores fundamentais na eclosão da luta pela Reforma agrária ainda hoje se fazem presentes e atuantes na estrutura organizacional do espaço brasileiro.



Contudo, é nesse mesmo espaço que se busca a alteração estrutural, ainda que de forma lenta, mas indicando novas possibilidades para os seus sujeitos num processo que pode estender seu alcance e benefícios para muito além da esfera inicial. É a existência desses espaços onde se desenvolve um projeto alternativo, ao mesmo tempo diverso e dependente do sistema econômico-social hegemônico, que justifica a busca por respostas para a sua existência e reprodução. Portanto, busca-se compreender como a agroecologia interfere na organização do espaço do Assentamento Conquista da Liberdade no município de Piratini.

É tendo por base essas reflexões, que este trabalho traz como objetivo geral compreender como a *práxis* agroecológica organiza e reorganiza o espaço do Assentamento Conquista da Liberdade, no município de Piratini, RS. Ainda, tem-se por objetivos específicos: 1 – fazer uma reflexão teórica sobre a organização espacial a partir das categorias de análise espacial; 2 – compreender o modo de funcionamento do processo das transformações do espaço rural brasileiro e o papel da luta pela terra e da Reforma agrária neste contexto; e, 3 – compreender o processo de organização do trabalho coletivo no Assentamento Conquista da Liberdade, caracterizando seus sujeitos à luz das novas estruturas, formas e funções criadas a partir da *práxis* agroecológica.

Buscando a construção de um enfoque histórico-materialista, optou-se por desenvolver uma pesquisa qualitativa estruturada em estudo de caso. Para Trivinos (2008, p. 133, grifo do autor), estudo de caso “é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma *unidade* que se analisa aprofundadamente”. Nesse caso, a unidade estudada é o grupo coletivo que compõe a COOPAVA, no assentamento Conquista da Liberdade. Citando Bogdan<sup>3</sup>, Trivinos distingue os diferentes tipos de estudo de caso<sup>4</sup> (idem, p.134 – 135), dos quais, para atender aos objetivos deste trabalho, definiu-se como melhor estratégia um modelo híbrido entre Estudos de Caso observacionais e Estudos de Caso denominado Histórias de Vida. Desse modo, temos segundo Trivinos (idem, p. 135),

Estudos de Casos observacionais: [...] A técnica de coletas mais importante dela é a *observação participante*; [...] Estudo de Caso denominado História de Vida: geralmente, a técnica utilizada para investigar em “História de Vida”

---

<sup>3</sup> BOGDAN, R. e BIRTEN, S, K. *Qualitative research for education; na introduction for to theory na methods*. Boston, Allyn and Bacon, 1982.

<sup>4</sup> Estudos de Casos histórico-organizacionais; Estudos de Casos observacionais; e Estudos de Caso denominado História de Vida.

é a entrevista semi-estruturada que se realiza com uma pessoa de relevo social (TRIVINOS, 2008, p. 135).

Tendo em mente as contribuições de Trivinos, para que se elaborassem os procedimentos metodológicos também apoiou-se na leitura de Suertegaray (2005, p. 25) da Teoria Marxista, na qual diz que “o processo de produção consiste na socialização da natureza, [...] entendendo-se esta como o processo de transformação da primeira natureza em segunda natureza pelo trabalho humano de produção/reprodução da sua existência”. É esta a base fundamental do espaço geográfico, esmiuçada por Milton Santos. É a transformação da primeira natureza, a original/natural, em segunda natureza, artificializada, pelo trabalho humano.

Assim, os procedimentos adotados pela presente pesquisa, passam pelos seguintes estágios: 1 – levantamento bibliográfico sobre a literatura central do trabalho; 2 – observação participante desenvolvida no Assentamento Conquista da Liberdade, a partir dos aspectos espaço/tempo do assentamento, processo de formação, seus sujeitos e sua organização produtiva, aspectos da vida sobre o prisma do “coletivo”; 3 – entrevistas semi-estruturadas com lideranças do assentamento e representantes de cada setor produtivos, e técnicos que prestam assistência; e, 4 – aplicação de entrevistas semi-estruturadas<sup>5</sup> aos assentados que participam da cooperativa, para descrever aspectos sobre suas histórias de vida, como o ingresso no MST, a vida a partir da implantação do assentamento, o trabalho, a produção e a qualidade de vida.

O modelo seguido foi o de estudo de caso, definido por Flores, Gómez e Jiménez (1996, p. 92) como “un acontecimiento particular [...] que posea algún límite físico o social que lê cofiera entidad”, tendo, na presente pesquisa, como principal instrumento, a observação participante que, segundo os mesmos autores (idem), permite “obtener información sobre un fenómeno o acontecimiento tal y con éste se produce” (idem, p. 149).

Foram realizados dois acompanhamentos ao grupo coletivo em momentos diferentes: em julho de 2009, durante o inverno e por um período de oito dias, e em outubro do mesmo ano, na primavera e durante quatro dias. Durante esses acompanhamentos, foram feitas entrevistas com os assentados, além do

---

<sup>5</sup> Ver assuntos propostos para as entrevistas nos Anexos A, B e C.

envolvimento direto no cotidiano do assentamento, bem como foi possível registrar fotograficamente a variação sazonal das atividades do grupo.

Todas as entrevistas foram gravadas em aparelho de áudio digital e posteriormente transcritas, permanecendo o conteúdo arquivado em disco rígido. Os entrevistados leram e assinaram o “termo de consentimento livre e informado”, e não terão seus nomes divulgados na presente pesquisa. Além das declarações prestadas e dos registros fotográficos, outras fontes de informações adotadas para o andamento deste trabalho são, obviamente, as anotações e conversas informais com as pessoas que fazem parte do cotidiano do assentamento, além da tese de doutoramento do professor José Geraldo Wizniewsky<sup>6</sup> cujo estudo realizou-se na mesma área.

Quanto às gravações, seu uso no decorrer do trabalho será identificado por códigos distintos para os assentados e os técnicos. Para estes, o código adotado será ET (Entrevista com Técnico – acrescido de número de designação de entrevista); para aqueles, será EA (Entrevista com Assentado – também acrescido de número de designação). Quanto às menções às conversas informais ou anotações, serão adotados os mesmos procedimentos e códigos para designação de fonte.

Durante os períodos de estadia no assentamento, mencionados anteriormente, busquei participar diretamente de tarefas corriqueiras do grupo, como: trabalho na horta e na poda dos pessegueiros; acompanhei as tarefas com o gado leiteiro, como a rotação entre os piquetes e a ordenha; acompanhei a pasteurização do leite e participei da sua distribuição nos estabelecimentos comerciais de Pinheiro Machado e Candiota, bem como no refeitório da Usina Termoelétrica de Candiota; participei de algumas reuniões acerca da elaboração do projeto do abatedouro, envolvendo líderes dos setores produtivos e técnicos; e participei dos momentos de lazer do grupo e das famílias, nos fins de tarde e à noite, e aos fins-de-semana.

O envolvimento com o cotidiano do grupo foi construindo aos poucos uma relação de confiança entre ambas as partes, o que facilitou o acesso às informações para a concretização deste trabalho. Também foi muito importante a oportunidade de visitar vários lares, pernoitando em casas de famílias distintas, o que possibilitou

---

<sup>6</sup> Ver referências bibliográficas

acompanhar as famílias na sua individualidade e como estas se associam à coletividade, e até mesmo nas suas relações de amizade. Tal envolvimento com as famílias se refletiu na sua abertura ao diálogo, na atenção com a qual as questões levantadas foram atendidas e, especialmente, na confiança demonstrada nos relatos ligados às perspectivas familiares e as preocupações relativas ao futuro da família e dos filhos.

Assim, pude complementar às entrevistas, gravadas ao fim da tarde depois que as famílias retornavam do trabalho e já entravam em seu momento de descanso, com observações e constatações pessoais que muitas vezes poderiam passar despercebidas pelos assentados dado o seu envolvimento com o processo. Dessa forma, pude fazer comparações e associações entre o observado e o dito, buscando equilibrar as constatações e considerações através do referencial teórico constituído para elaborar esta pesquisa.

# **1 O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA**

A mais importante marca do Brasil, enunciativa de sua característica atual de um país de altos contrastes, é a predominância do latifúndio, o que configura uma estrutura agrária concentradora e excludente. Tal peculiaridade, que tem sua origem na colonização do país, é condição fundamental para a produção da grande desigualdade social e concentração de terra e renda que assolam o país. Contudo, o latifúndio atual, diferentemente do período escravista, é marcado pela grande intensidade de processos técnicos, que norteiam não só a produção, mas especialmente a relação entre o homem e o meio. Tais níveis de tecnificação conferem ao latifúndio aspectos de modernidade, mas ocultam rugosidades de uma estrutura, tanto interna quanto externa, responsável pela manutenção de privilégios a poucos grupos orientados ao/pelo mercado internacional. Nesse meio, o ritmo industrial de produção monocultora intensiva tem por característica a homogeneização, conduzida por agentes hegemônicos, e sua temporalidade é cada vez mais acelerada, implantando novos fixos, reforçando, criando e extinguindo fluxos. Isso faz com que o espaço se torne cada vez mais dinâmico e moderno, mas sem que a modernidade atinja todos os níveis da atualidade.

Assim, neste capítulo, busca-se descrever o processo de formação do latifúndio, que surgiu e se manteve predominante na estrutura agrária brasileira, adaptando-se aos diferentes modelos econômicos e ciclos de acumulação de capital, chegando ao século XXI como a mais expressiva forma de exclusão social produzida pela forma de aproveitamento econômico dada ao território brasileiro.

## **1.1 Brasil: tradição de grandes propriedades**

A história da formação do Brasil pode ser tratada como sendo o processo de sua ocupação e exploração pelo poder hegemônico. Como diz Moreira (2007, p. 70), “o domínio privado sobre o território nacional foi fundado no monopólio monárquico colonial do reino português”, o que para Flores Wizniewsky (2001) é a raiz do latifúndio brasileiro. Essa raiz permitiu que fosse desenvolvido no país o modelo de

exploração latifundista de monoculturas, por meio do qual as grandes propriedades rurais se converteram em verdadeiras unidades de produção, fundamentadas na exploração de grandes quantidades de mão-de-obra, o que tornava o plantio da cana-de-açúcar rentável, segundo a autora (idem, p. 60). Para Wizniewsky (ibidem, p. 89),

La economía de la caña llevó a la aparición del fenómeno de la agricultura extensiva, pues tenía necesidad de buscar nuevas tierras fértiles y abandonar los suelos ya agotados. También la plantación azucarera reforzó el latifundio y estableció un sistema señorial con profundas diferencias de clases en las zonas rurales (WIZNIEWSKY, 2001, p. 89).<sup>7</sup>

Nesse contexto, a estrutura introduzida pelos colonizadores incitou os processos de concentração e exploração que deram forma ao domínio privado do território brasileiro como um espaço local da produção internacional. As diferentes fases pelas quais o Brasil passou, da Colônia à República atual, em que pese os distintos ciclos econômicos norteadores de cada período histórico, a rigor, nunca alteraram essa característica do espaço brasileiro. O Estado, por sua vez, ao manter-se apenas como regulador econômico desse processo refutou o seu papel de agente responsável pela busca do equilíbrio social. Parafraseando De David (2005, p. 58-59), pode-se dizer que os recursos disponibilizados pelo Estado sempre beneficiaram a classe hegemônica, o que historicamente acabou privilegiando os grandes proprietários e contribuindo para aumentar a concentração de terras no país. Assim, pode-se dizer que a realidade atual da questão agrária brasileira, é consequência das velhas funções do espaço, redefinidas por processos travestidos pela modernidade aparente da expansão das técnicas e do capital, mas que o fizeram de maneira a manter a estrutura concentradora de terra e renda.

Os projetos conduzidos, primeiramente, pelo Império Português, e a *posteriori*, pelo Império Brasileiro e pelos governos da República, sempre foram fundamentados na grande propriedade rural. Nunca se considerou a hipótese de uma reforma estrutural no âmbito agrário brasileiro. Como demonstra De David (2005), a transposição das diferentes fases do Brasil Colônia à República se fez de modo a se preservar os interesses de oligarquias rurais. Nem mesmo a ascensão da

---

<sup>7</sup> Minha tradução: “A economia da cana levou ao aparecimento do fenômeno da agricultura extensiva, pois tinha necessidade de buscar novas terras férteis e abandonar os solos já esgotados. Também a plantação açucareira reforçou o latifúndio e estabeleceu um sistema senhorial com profundas diferenças de classes nas zonas rurais.”

burguesia urbano-industrial ao poder alterou essa peculiaridade brasileira. Com relação a esse tema, Moreira (2007, p.70) afirma que,

Na análise dos processos de constituição de sociedades burguesas, vemos que algumas emergiram de lutas revolucionárias contra os antigos regimes. Outras, de lutas de libertação nacional de regimes coloniais, escravocratas ou não. [...] No que se refere à questão agrária, as primeiras, regra geral, foram acompanhadas de processo de destruição de forças antigas com reformas agrárias, constituindo forças e domínios territoriais rurais mais democráticos, como seriam, por exemplo, os casos de Inglaterra, França e Estados Unidos. As segundas instituíram novos poderes sem rupturas radicais com a ordem anterior e se realizaram sem processos de democratização do domínio rural, como seriam os casos de Alemanha e Brasil. As forças políticas hegemônicas nacionais que emergiram desses processos projetaram processos diferenciados de urbanização e industrialização e, portanto, construíram visões distintas das relações rurais e urbanas. Elaboraram papéis e funções para seus mundos rurais e ergueram, nesses contextos políticos, suas instituições rurais [...]. (MOREIRA, 2007, p. 70).

É a partir da estrutura social reconstruída pelas sociedades burguesas que emergem desse processo na Inglaterra, França e Estados Unidos que o capitalismo ganha força. Não por acaso, Abramovay (1998) chama a atenção para o fato de a agricultura familiar ser a base da prosperidade agrícola dessas nações, o que parece esquecido entre os estudiosos do tema. Para o autor (1998, p. 19-20), tal “obscurecimento” tem origem teórica, já que “o paradigma com base no qual se estuda o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, vem se mostrando cada vez menos capaz de dar conta dos fenômenos contemporâneos”.

Já, no Brasil, o aspecto fundamental no seu processo de desenvolvimento do capitalismo é a presença do latifúndio em associação com o poder e interesses hegemônicos, em clara oposição ao fenômeno referenciado entre países tidos como avançados. Para Silva (2006, p. 17), duas são as causas que explicam esse efeito: herança colonial e características da legislação agrária do século XIX. Para a autora (idem), no Brasil, o deslocamento da fronteira agrícola, impulsionada geralmente por interesses econômicos privados, ocorreu paralelamente “à expansão do latifúndio e à consolidação das oligarquias, gerando sociedades altamente hierarquizadas”. Esses fatores, associados à Lei de Terras, de 1850, que reconhecia a “base da estrutura de uso anterior da terra como direito de propriedade” (MOREIRA, 2007, p. 70), constituíram “as raízes agrárias autoritárias do Estado brasileiro”, segundo Moreira (idem, p. 71).

Para situar com maior exatidão, a Lei de Terras de 1850 supera – para os grandes proprietários rurais – a questão deixada em aberto com o fim do regime das

sesmarias, em 1820, que legitimava novas ocupações (WIZNIEWSKY, 2001, p. 90). Além, é claro, de dar uma resposta à campanha inglesa contra o tráfico de escravos, processo que logrou êxito no ano seguinte, em 1851. O poder do proprietário rural, portanto, desvia-se do domínio sobre a mão-de-obra e passa para o domínio sobre a terra (Brum, 1988; Oliveira, 2004; Martins, 2004). Inicia-se aí, segundo Wizniewsky (2001, p. 91), o período das chamadas oligarquias rurais no Brasil. Ainda de acordo com Wizniewsky (2001, p. 90), citando Guimarães<sup>8</sup>, a Lei de Terras de 1850 teve três objetivos: o primeiro era proibir aquisições de terras que não fossem feitas através de compra, o segundo era aumentar o preço das terras e criar dificuldades para seu pagamento e o terceiro era destinar o produto da venda das terras à importação de colonos. Para Martins (2004, p. 123),

A Lei de Terras, de 1850, fora promulgada por um Parlamento constituído de grandes fazendeiros e senhores de escravos. [...] Por essa Lei, dois distintos institutos foram unificados num só: o domínio, que pertencia ao Estado, e a posse útil, que era do particular. Por ter o domínio da terra, [...] o Estado preservava o direito de arrecadar as terras às quais o particular não desse utilidade. Até o século XVIII, a Coroa com freqüência recorreu a essa prerrogativa para redistribuir terras que não fossem devidamente utilizadas. A Lei de Terras, porém, transferiu ao particular domínio e posse, criando uma espécie de direito absoluto que é a principal causa do latifundismo brasileiro e das dificuldades para dar à terra, plenamente, uma função social (MARTINS, 2004, p. 123).

Desse modo, a Lei de Terras foi fundamental para garantir a existência e o domínio do latifúndio na paisagem rural brasileira. Essa lei restringiu a possibilidade de acesso à terra por parte dos pobres (fossem ex-escravos, fossem imigrantes europeus) no Brasil, durante esse período, fazendo com que a alternativa lógica destes fosse a grande lavoura monocultora. Criaram-se, assim, restrições legais ao desenvolvimento da agricultura familiar no país, diferentemente do processo que norteou a colonização de países como os Estados Unidos, conforme aponta Martins (2004). Para esse mesmo autor, esse fato impôs sérios entraves ao desenvolvimento de um mercado interno mais robusto e manteve o direcionamento da produção das grandes propriedades (e de boa parte da economia brasileira, até os dias de hoje) voltada ao mercado externo.

O século XX, especialmente após a década de 1960, foi marcado pela incorporação de capital e recursos técnicos no campo brasileiro. É a chamada modernização do campo brasileiro. Uma modernização conservadora através de

---

<sup>8</sup> GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de latifúndio*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.



uma industrialização tardia, fomentada com recursos públicos a empresas privadas e grandes proprietários, o que aumentou ainda mais a concentração de terra e renda e as desigualdades sociais, sem as condições estruturais necessárias para que se criasse uma classe média rural, produtora e consumidora. Ao contrário disso, novas parcelas do território, agregadas ao sistema hegemônico, primeiramente, na Amazônia e depois no Centro-Oeste do Brasil, fortaleceram os laços do capital com o latifúndio, como aponta Brum (1988). Para esse autor (idem, p. 19), tal fato expressa o caráter de uma burguesia que nasceu e cresceu tutelada pelo Estado e nunca teve projeto histórico próprio.

Aproveitando-se dessa parceria vantajosa, o latifúndio entra o século XXI como uma forma moderna e dinâmica, mas oculta sob o processo de sua passagem do período escravista para o técnico-científico-informacional, uma estrutura que mantém relações arcaicas de dependência econômica dos recursos públicos e produtora de exclusão onde se instala. Por estar majoritariamente voltado ao mercado internacional, o latifúndio é capaz de agregar as mais recentes tecnologias em instrumentos e informação embora estas sejam inapropriados, como afirma Gorender (2004, p. 37). Sua racionalidade é essencialmente econômica e expressa hoje, como em toda sua história, sua incompatibilidade com as demandas sociais no país.

## **1.2 Modernização conservadora da agricultura brasileira**

O processo de modernização da agricultura surge na Europa como uma resposta à crise do final do século XIX provocada pela concorrência das colônias americanas. Diz Oliveira (1986, p. 48),

As conseqüências da crise a que a agricultura européia foi submetida em fins do século XIX foram variadas, mas todas elas criaram as condições para as alterações estruturais que vão comandar a agricultura na etapa monopolista do capitalismo (OLIVEIRA, 1986, p. 48).

Para o autor (idem, p. 49), as alternativas buscadas para a solução do problema, como a indústria a domicílio ou as cooperativas, esbarraram na pressão

que o camponês<sup>9</sup> sofria do comerciante e da grande indústria do setor, o que estava por conduzi-lo ao empobrecimento. É esse processo que apontava a industrialização como novo rumo da agricultura, o que, ainda segundo as palavras de Oliveira (ibidem), indicava a “passagem da sujeição da renda da terra produzida pelo camponês, do capital comercial para o capital industrial e, mais que isso, com a cartelização e nascimento do capital financeiro, a sua sujeição aos monopólios”.

Essa transformação da agricultura europeia expôs a divergência entre os proprietários fundiários e os produtores capitalistas, ou seja, entre taxas fundiárias e o custo de produção. Para Oliveira (1986, p. 50), a solução encontrada foi o imperialismo: “a nova expressão desse desequilíbrio particular entre a agricultura e a indústria nos países imperialistas foi transposta para o plano internacional como sendo o comércio de produtos primários contra produtos manufaturados”. Tal abordagem possibilitou a queda geral de preços dos produtos agrícolas e, conseqüentemente, a queda da renda fundiária, além de ter impulsionado a industrialização europeia. Foi também o responsável direto pela ampliação das desigualdades entre os países ricos e altamente industrializados e os países pobres de industrialização deficiente, a estes sendo imposta a condição de fornecedores de produtos primários, já desvalorizados frente aos manufaturados.

Para Schneider (2004, p. 47), a industrialização deve ser entendida como um “processo social que cria indivíduos proprietários de certas condições materiais de produção e que também alija dessas condições outros indivíduos”. Mas, conforme nos alerta o próprio autor (idem, p. 48-49), existem outras dimensões que caracterizam tal processo:

É preciso ver na industrialização um processo social de longo prazo, com um caráter multidimensional, um processo que além de modificar a estrutura da produção e alterar as formas de trabalho, transforma o ritmo de vida das pessoas envolvidas, gera novos valores e normas sociais e, acima de tudo, vai moldando o espaço em que se desenvolve a atividade laborativa dos indivíduos até separá-los da sua ligação original com a natureza (SCHNEIDER, 2004, p. 48-49).

---

<sup>9</sup> Não é objetivo deste trabalho discutir e/ou rever os conceitos de camponês e agricultor familiar. Os termos usados para designá-los são os mesmos encontrados nas obras de referência. Assim, se o autor empregou camponês, em citações ou paráfrases, empregaremos o mesmo termo. Para o entendimento do leitor, trataremos de ambos como sendo o mesmo grupo social, explicitando que nossa intenção é trabalhar com o agricultor familiar. É sabido que o emprego de um ou outro conceito é alvo de discussões e críticas pelos estudiosos. Wanderley (1996) e Fernandes (2002) são dois exemplos dessa dicotomia que norteia as discussões. No entanto, ao optar por trabalhar com a categoria de agricultor familiar, estar-se-á fazendo a opção por seguir uma linha de pensamento mais próxima à da autora Maria de Nazareth Baudel Wanderley, o que não significa refutar as importantes contribuições de Bernardo Mançano Fernandes.

Assim, constatamos que o processo de industrialização condiz, na verdade, com a passagem do “meio natural” ao “meio técnico-científico-informacional” e não está associada exclusivamente ao modo de produção material, mas também ao modo de ser e agir do homem. Observando desse modo o processo de industrialização do campo brasileiro, que ocorre concomitantemente ao deslocamento da população do campo para a cidade, indica também a mudança de postura do país frente à nova economia global que emerge com a intensificação das trocas comerciais. Se a Era Vargas lançou as indústrias de base sob o controle do Estado, o Brasil pós-década de 1960 criou condições para o fortalecimento do setor privado, amplamente apoiado e fomentado pelo governo central. Nesta perspectiva, afirma Leite (2001, p. 53 – 54),

É consenso entre a literatura especializada sobre o processo de modernização agropecuária nacional que a política de crédito rural, operacionalizada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) implantado em 1965, cumpriu papel determinante na transformação da base técnica dos estabelecimentos agrícolas, no aumento da produtividade do setor, na consolidação dos complexos agroindustriais e cadeias agroalimentares e na integração dos capitais agrários à órbita de valorização do capital financeiro. Ao privilegiar produtores (sobretudo grandes), regiões (Centro-Sul do país) e produtos (exportáveis), o SNCR marcou significativamente, pelo volume de recursos alocados, a conjuntura nacional do final dos anos 60, toda a década de 70 e parcialmente os anos 80 (LEITE, 2001, p. 53 -54).

Diferentemente do processo de modernização dos países de capitalismo avançado, que incluiu reformas estruturais as quais propiciaram as condições necessárias para o desenvolvimento sócio-econômico e do próprio capitalismo, a modernização brasileira pautou-se especialmente pelo aspecto econômico, pois não foi acompanhada por tais transformações.

No Brasil, a modernização do campo ocorreu tardiamente (tal como na cidade), de maneira forçada e de forma incompleta, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial e com grande ênfase durante o regime militar que vigorou entre 1964 e 1985. Não se tratou de um movimento de origem local, mas sim de uma opção por um modelo de desenvolvimento que implicava a importação de técnicas, tecnologias, conhecimentos e informações, pagas com recursos públicos, e que induziram os agentes hegemônicos ao controle do território. Flores Wizniewsky (2001, p. 71) define a modernização da agricultura tradicional brasileira como “una

transformación amplia del contexto rural, orientada hacia las explotaciones especializadas, crédito rural, tecnologías y difusión o extensión rural y, por último, empleo rural”<sup>10</sup>.

Citando outros autores<sup>11</sup>, a autora (idem, p. 71-72) chama esse processo de “modernização conservadora”, pois, apesar de objetivar a internacionalização da economia brasileira, o fez de modo seletivo, privilegiando setores específicos notadamente no caso da agricultura, as monoculturas exportadoras, o que beneficiava diretamente os latifundiários. Ou seja, buscou-se através da alteração do processo a manutenção da estrutura, preservando-se velhas formas e funções, o que significava manter a ordem vigente e aumentar a exclusão.

As novas áreas incorporadas à agricultura já eram (e são) áreas altamente tecnificadas<sup>12</sup> que atendem, sobretudo, ao mercado internacional e o fazem sob o domínio e ação de agentes hegemônicos, quer sejam locais quer sejam globais. A difundida modernização da agricultura brasileira não modernizou suas relações e sua estrutura. Por isso Moreira (2007, p. 69) afirma que, em países periféricos como o Brasil, “modernização e modernidade não se completaram”. Mesmo a agricultura familiar é hoje, em grande parte, um braço operacional de grandes complexos agroindustriais e em nada, ou muito pouco, lembra a agricultura de estreita relação entre homem e ambiente. Toda atividade flui em torno do resultado projetado, e para isso é que se constituem os objetos técnicos (a ação e a informação) tão precisos e preciosos para a indústria e tão diversos à “natureza original”. Como dizem Santos e Silveira (2001, p. 118),

Inovações técnicas e organizacionais na agricultura concorrem para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra. O aproveitamento de momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação constituem, certamente, dados que vão permitir reinventar a natureza, modificando solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente, impor leis ao clima. Eis o novo uso agrícola do território no período técnico-científico-informacional (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 118).

---

<sup>10</sup> Minha tradução: “uma transformação ampla do contexto rural, orientada para as exportações especializadas, crédito rural, tecnologias e difusão ou extensão rural e, por último, emprego rural.”

<sup>11</sup> Graziano da Silva (1999); Mariño (1994); Wizniewsky (1990).

<sup>12</sup> Santos e Silveira (2001, p. 119) falam em *bels* modernos e *fronts* tecnificados, que criam novos arranjos, com a cooperação ou resistência das rugosidades, integrados a sistemas complexos de engenharia e que acabam por expulsar certos produtos para outras áreas ainda não utilizadas. *Bels* e *fronts* difundem as inovações no meio e se convertem em lugares inseridos nas dinâmicas hegemônicas.

Schneider (2004, p. 49), apontando as considerações de Berg<sup>13</sup>, acrescenta que o processo de industrialização não se trata apenas de uma alteração nas relações de produção, mas também de transformações que obrigam as pessoas a se organizarem segundo um novo ritmo, com novas disciplinas individual e familiar, alterando valores, instituições e costumes. Portanto, quando falamos em meio técnico-científico-informacional, falamos não apenas da organização, disposição e funcionamento dos objetos técnicos do espaço. Estamos falando também de um ser humano completamente modificado daquele ser antecessor a esse período. As lógicas e a compreensão do mundo que hoje imperam são frutos das alterações promovidas no mundo pelo próprio homem. O conhecimento, hoje tomado como verdadeiro, é a viabilização da consciência da ação humana.

A industrialização e o cientificismo são a nossa resposta para as limitações da natureza. O meio técnico-científico-informacional é a nossa nova natureza, artificial, mas racional, pragmática e eficiente. Não por acaso esse “novo” espaço carrega consigo um “novo” tempo, onde os diversos setores da atividade humana são forçosamente unificados por uma temporalidade superior. Como diz Oliveira (1986, p. 53), “o capital solda aquilo que ele separou: o campo e a cidade”. A expansão da agricultura brasileira (tanto em área, quanto em produção) é sinônima da expansão da indústria e do capital no país. E esta se fez condicionando o modo de ser e de produzir no campo, refazendo seus laços com um mercado e inserindo novas dinâmicas, tecnologias, costumes e culturas. Nos dizem Santos e Silveira (2001, p. 120) que,

Hoje, tanto os cinturões quanto as frentes pioneiras revelam que o território brasileiro tem incorporado muitas das características da chamada revolução agrícola, mas especialmente nas culturas de exportação, aquelas que consolidam a divisão territorial do trabalho mundial. Assim, esses produtos acabaram por invadir, com velocidade cada vez maior, áreas antes destinadas às produções domésticas. Houve uma desvalorização das agriculturas alimentares básicas e de tradição nacional [...], e isto se dá com a colaboração do crédito público, da informação, da propaganda e dos novos consumos (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 120).

A agricultura moderna hoje é dependente, sobretudo, de informação e capital. Apenas o agricultor, a terra (e as condições “naturais”) e o seu trabalho não são mais suficientes para atender à demanda do mercado. Sem os bancos, muitos deles criados pelas próprias empresas que orientam e condicionam o setor, sem as novas

---

<sup>13</sup> BERG, M. *La era de las manufacturas: 1700 – 1820*. Barcelona: Editorial Crítica, 1987.

tecnologias em equipamentos, sementes, fertilizantes e defensivos e sem a orientação de técnicos gabaritados, o empresário rural não tem o suporte imprescindível para competir no mercado global. O condicionamento e a pressão que o poder hegemônico exerce são evidentes. Para Belik e Paulillo (2001, p. 103 - 104),

Essa é uma rotina agroindustrial imposta pelos segmentos industrial e financeiro em que as organizações de representação do campo não tem qualquer capacidade de intervenção. O espaço do financiamento agropecuário nacional foi ocupado por atores que impõem os seus interesses em troca das facilidades de aquisição de equipamentos colocadas para os agricultores. Isto é, essa alternativa de financiamento agropecuário proporciona uma dinâmica na qual os encadeamentos funcionam com uma estrutura de oportunidades controlada por agentes e segmentos não-agrírios (BELIK e PAULILLO, 2001, p. 103 -104).

Ao Estado, cada vez mais permissivo (liberal, para alguns progressistas), cabe arcar com os custos da operacionalização desse modelo, através da concessão de financiamentos à produção, seguros agrícolas, protelando pagamento de dívidas e criando barreiras contra os produtos externos, o conhecido protecionismo. Tudo isso ocorre por meio de um movimento incessante e crescente de distanciamento entre a agricultura dita moderna e a agricultura de produtos periféricos, que não dispõem das mesmas regalias das *commodities*<sup>14</sup>, pois não têm representatividade no mercado tornado uno e global.

Nessa nova ordem, fica evidente a reordenação dos elementos espaciais, construindo essa modernidade que é apresentada como a solução dos problemas decorrentes da construção desse nosso meio artificializado. Somos conduzidos, diariamente, a novas necessidades. A vida cotidiana parece não se complementar, e parecemos estar a cada dia mais distantes da realização pessoal e profissional. Sempre é possível (e desejável) produzir mais, ser melhor, mais eficiente e racional. Isso vale para os homens, isso vale para os objetos. Isso vale para o espaço.

A multifuncionalidade do espaço rural também possui esse aspecto. Já não basta mais atender à indústria alimentícia e de vestuário. Hoje o campo se vê obrigado a contribuir no combate ao problema em voga, o aquecimento global. Por todos os cantos do globo, cientistas, instituições e governos buscam soluções para

---

<sup>14</sup> *Commodities* são produtos primários, de circulação global e de fundamental importância mercadológica. Justamente por isso, seus preços (cotação), atuais e futuros, negociados em Bolsas de Valores e Bolsas de Futuro, ou seja, são moedas de especuladores. Servem de base para a indústria de transformação e são matérias-primas vitais para a fabricação de outros produtos. No caso da agricultura brasileira, a soja é o seu principal *commoditie*.

enfrentar o extremo consumo de combustíveis fósseis, sem, contraditoriamente, buscar reduzir o consumo. A versão brasileira nesse *front* são os chamados biocombustíveis. Não se pensa em reduzir o consumo global, mas apenas substituir e/ou adicionar novas fontes àquelas já existentes. É o campo sob a abordagem das novas matrizes energéticas. Uma nova revolução verde. O campo não é mais apenas produtor, é também consumidor. É consumidor de bens, de tecnologias, de ideias e de discursos de um mercado unificado, capaz de desconstruir os cidadãos enquanto edifica os consumidores.

Assim, a industrialização conduziu as modificações nos elementos espaciais. A intensificação da urbanização empurrou as fronteiras agrícolas para novas áreas. Uma nova infraestrutura deu suporte à incorporação e unificação desses novos lugares ao mercado nacional e global e às produções periféricas, que não puderam adotar as novas possibilidades técnicas, financeiras ou organizacionais. Assim, foram fragilizadas pelo “novo” tempo, gerando desigualdades sociais e econômicas e gerando conflitos, por vezes violentos.

Não por acaso, aquilo que o mercado dita como competitividade Santos (1997) chama de violência. A homogeneização do espaço não reconhece a legitimidade das particularidades, inerentes à diversidade dos lugares. A busca sempre crescente pela semelhança organizacional e relacional, que conduz à semelhança física da paisagem, ao mesmo tempo concorre para distanciar os indivíduos e empresas que podem incorporar as novidades daqueles que não têm condições de seguir as atualizações cada vez mais frequentes. Segundo Santos e Silveira (2001, p. 131),

No caso brasileiro, a subordinação às lógicas globais é evidente não apenas pela presença dos atores hegemônicos, mas também porque estes se utilizam de objetos técnicos contemporâneos. E esse arranjo de objetos modernos acaba restringindo seu uso a um pequeno grupo de firmas e, portanto, induzindo a ações excludentes (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 131).

É essa modernização conservadora da agricultura brasileira, baseada na racionalidade industrial dos aportes dos pacotes tecnológicos da chamada Revolução Verde <sup>15</sup>, que no Brasil criam condições para o aumento de fluxo entre as

---

<sup>15</sup> O pacote tecnológico consiste em um conjunto de práticas e técnicas que devem ser empregadas na produção agrícola segundo padrões estabelecidos, o que o caracteriza como uma linha de produção sistemática e que é incessantemente renovada através da adição de novos aportes tecnológicos (adaptado de Aguiar, 1986, citado por Flores Wizniewsky, 2001, p. 72).

idades e o campo, ao mesmo tempo em que inserem o país numa rede comercial global. Campo e cidade dinamizam sua produção e aumentam sua velocidade, racionalizando custos, reduzindo despesas e aumentando lucros. A cidade, como motor do desenvolvimento, exerce cada vez mais sua influência e pressão sobre o campo. Este não demora a incorporar novos objetos técnicos que, teoricamente, superam em muito as limitações dos objetos anteriores, mas que, por sua vez, trazem grande impacto social e ambiental.

Nessa nova ordem, novas escalas de produção/exploração são cada vez mais desejáveis e necessárias, exigindo a incorporação de novos lugares à rede que se expande e amplia o seu controle sobre o espaço. A intensificação desse processo conduz a crescentes necessidades por aportes de novas áreas, energia e capital, aumentando custos e reduzindo possibilidades. Este é o Brasil contemporâneo e este é o caráter da modernização da agricultura. Um país que quanto mais busca a modernidade torna maiores suas rugosidades, criando em cada ciclo de progresso econômico novas barreiras para o desenvolvimento social. Além disso, acaba ameaçando ainda mais seu ambiente e seus recursos em nome de um desenvolvimento econômico que não ocorre para todos.

### **1.3 Os processos geradores de exclusão dos agricultores familiares do noroeste do Rio Grande do Sul**

Foi ostentando a bandeira do desenvolvimento que as monoculturas se difundiram pelo espaço brasileiro. Tal modo de pensar e construir o interior do Brasil tinha em seu seio a ideia de que o progresso técnico subjacente ao processo de capitalização do campo seria suficiente para produzir e distribuir a riqueza gerada. Mas, ao contrário disso, tal processo mostrou-se desde o início que não seria plenamente acessível a todos que nele se engajassem, justamente por estar condicionado a fatores dos quais poucos agricultores dispunham, especialmente condições financeiras para arcar com os custos da modernização.

Mas, amparado por um discurso de que essa era uma tendência irreversível, e que tal processo traria ganhos a todos envolvidos em toda a cadeia, da produção ao consumo, logo ganhou corpo e tornou-se o grande objetivo dos agricultores,



inclusive dos agricultores familiares. Assim, para ser moderno, o agricultor precisava mecanizar sua produção, cientificar sua lavoura e/ou sua criação com a incorporação dos mais recentes avanços em pesquisas coordenadas por grandes grupos que dominavam o setor. Muitos foram aqueles que recorrem ao setor financeiro para conseguir acompanhar o processo de modernização, porém, poucos foram aqueles que conseguiram torná-lo rentável.

Para os agricultores que não lograram êxito em sua jornada modernizante, restaram-lhes as dívidas executadas pelas instituições financeiras, tirando-lhes em grande parte dos casos o seu único bem: a terra. Para aquelas famílias que não perderam a terra nesse momento, sempre houve as restrições quanto à permanência dos filhos trabalhando na mesma, basicamente devido ao mesmo problema: grandes famílias, com muitos filhos e que dispunham de pouca terra para garantir o sustento de todos. Em suma, esse é o resumo da trajetória de muitas das famílias que ingressaram nos movimentos de luta pela terra no Brasil<sup>16</sup>. E é também parte da história das famílias que hoje compõem a COOPAVA<sup>17</sup>, objeto de estudo deste trabalho. Para EA2,

Historicamente, a gente é oriundo de famílias da agricultura familiar. Uma família com 11 filhos, trabalhando numa área de meia colônia de terra, não possibilitando à gente permanecer no campo. E aí, neste período, a gente sempre trabalhando em defesa da vida, mantendo o modelo de agricultura sustentável, sem condições de comprar terra. Eu tive que me deslocar da região e sair pra outros lugares, Santa Catarina, Paraná, em busca de melhores condições de vida, de sobrevivência, e neste período, bem no forte da revolução verde, quando a gente conseguiu comprar um pedacinho de terra com dinheiro emprestado do banco. Nesse momento, tinha uma inflação muito alta, que ano pós ano vinha dobrando aquela inflação e a gente não podendo pagar as contas. E aí a gente teve que retornar, vendendo as terras pra pagar as contas.

Como a quase totalidade das pessoas que compõem o assentamento e a cooperativa em questão são oriundas da região noroeste do Rio Grande do Sul, pode-se afirmar que tais famílias estão entre as primeiras a sentir as consequências do movimento modernizador que impulsionou o projeto de desenvolvimento da agricultura brasileira. Um desenvolvimento altamente concentrador e excludente, como já demonstrado no decorrer do atual capítulo.

A situação relatada pelo agricultor entrevistado não é exclusiva de sua família. Nem tampouco é antiga. Ainda permanece atual. Percebe-se a repetição do

---

<sup>16</sup> Ver capítulo 2

<sup>17</sup> Ver item 2.3

fenômeno quando os assentados dizem que praticamente todos os jovens em início de idade profissional e já com alguma formação técnica (possibilitada pela ação do MST, que promove e/ou facilita a inserção desses jovens em cursos técnicos), filhos dos assentados no Conquista da Liberdade, tiveram de buscar a sobrevivência fora do assentamento. Enquanto alguns moram e trabalham em cidades como Porto Alegre, em empregos onde não têm as condições de aplicar seus conhecimentos desenvolvidos nas escolas técnicas, outros voltaram aos acampamentos em busca do seu lote em outros assentamentos. Essa situação tem sido norteadora das ações planejadas para o futuro da cooperativa<sup>18</sup>, na busca de uma solução para as limitações estruturais que a condição atual apresenta.

As formas de exclusão que a modernização conservadora da agricultura brasileira conduziu foram (e são) tão intensas que não foram raros os casos relatados no assentamento de agricultores que partiram para a luta antes mesmo de se ver sem a terra. Como o próprio EA2 dissera, a consciência de ser um sem-terra formou-se antes mesmo de perder a terra, pois já estava claro que, nas condições impostas naquele momento, não haveria lugar para ele e os seus irmãos na antiga propriedade dos pais. Exemplo disso é que esse agricultor tem irmãos assentados em municípios vizinhos a Piratini.

E, de fato, o modelo de desenvolvimento pautado pela tecnificação do campo é considerado pelos assentados como o principal desencadeador do processo de exclusão ao qual foram submetidos. Para EA5,

No nosso caso, a minha família, os meus pais foram perdendo o pouquinho que tinham, devido ao modelo dos anos 70, do projeto do governo, da revolução verde, do incentivo à compra de maquinários, a questão do veneno, dos adubos... Nesse período aí, grande parte destas famílias que estão aqui perderam o único pedacinho que tinham. Até então, as famílias produziam alimento e com este pacote, com este modelo da introdução do veneno, plantio da soja, da monocultura, quem ainda tinha um pedacinho foi perdendo...

Denota-se, portanto, que a luta desencadeada pela perda iminente da terra e pelo esgotamento da possibilidade de manter e preservar sua condição de agricultor familiar é o início de um processo de questionamento e busca de uma alternativa que possibilite concretizar aqueles sonhos abruptamente acabados pela racionalidade do desenvolvimentismo. E a construção dessa alternativa começa a se fazer também politicamente, antes mesmo do ingresso nos acampamentos, muito

---

<sup>18</sup> Tais ações serão apresentadas e discutidas no último capítulo.

embora seja intensificada nestes e, no caso da COOPAVA, ainda sendo uma bandeira ostentada contra a dominação exercida pelo latifúndio monocultor. Daí justifica-se a existência de várias placas e cartazes com dizeres alusivos à reforma agrária, como a exibida na figura 1.



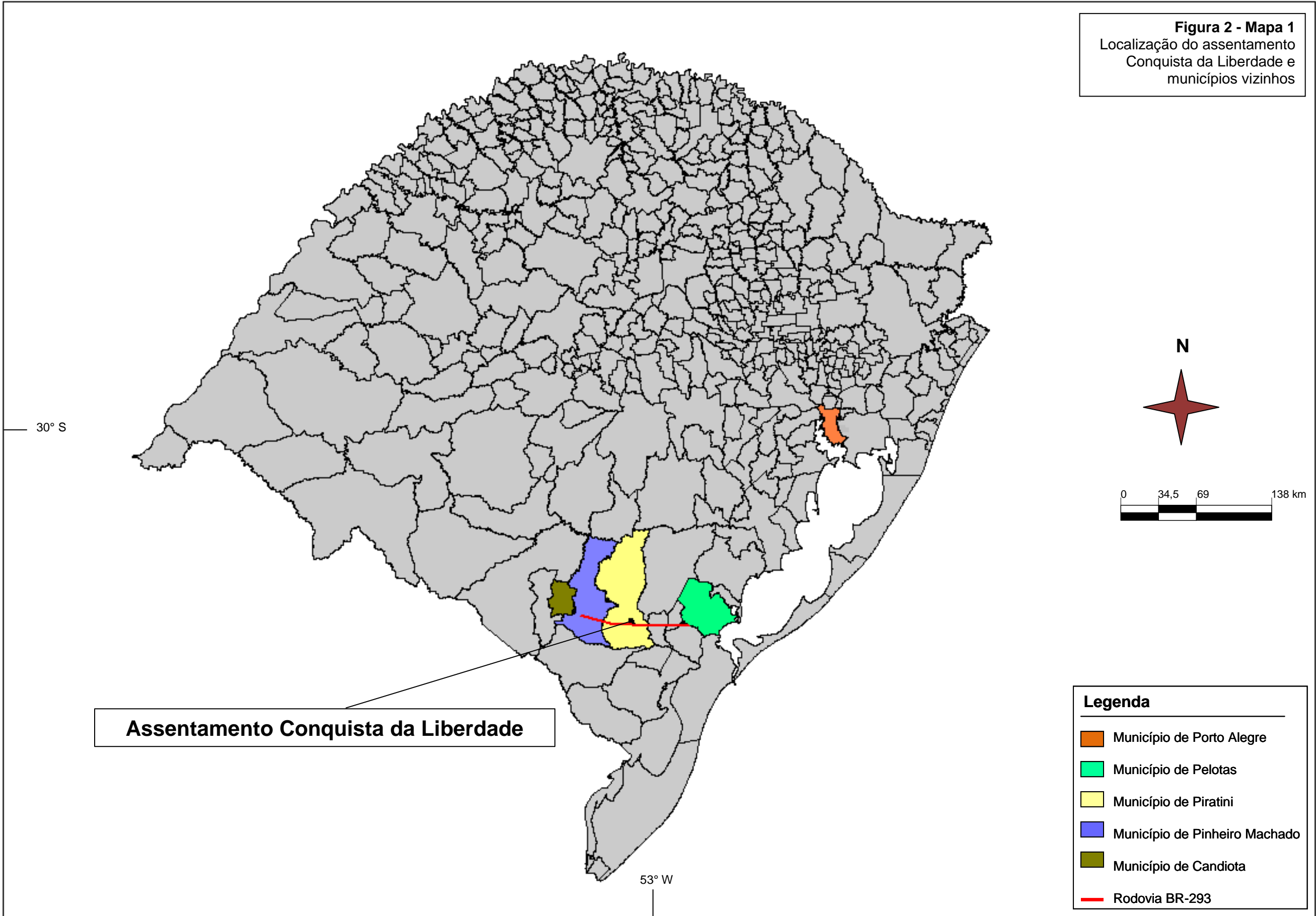
**Figura 1 - Reforma agrária, um ideal**

Por toda a área da agrovila existem placas e cartazes com frases alusivas à reforma agrária. A faixa acima está afixada no interior do salão comunitário.

Autor: Edinho Carlos Kunzler

Perceptível também é o fato de que a possibilidade de reiniciar suas vidas e seu projeto de manutenção e preservação do grupo social foi condicionada a ocorrer em um local distante dos seus municípios de origem. E essa é mais uma dificuldade adicionada à já complicada tarefa de adaptação a um ambiente diverso daquele onde estavam acostumados e adaptados. A distância de familiares e amigos exigiu também a reconstituição de laços afetivos, fundamentais para o estabelecimento e o sucesso em sua nova jornada tendo como norte o sonho de trabalhar e viver coletivamente. Essa migração forçada pode ser vista na figura 2, onde fica claro que a busca pela realização do projeto de estabilidade social nem sempre é passível de ser efetivada no lugar desejado, ou ao qual se está adaptado.

**Figura 2 - Mapa 1**  
Localização do assentamento  
Conquista da Liberdade e  
municípios vizinhos



Fonte: mapa cedido pelo presidente da COOPAVA, elaborado por CNEC Engenharia S/A. Editado pelo autor.

Assim, os processos que acabaram por expulsar de suas terras e expropriaram dos agricultores familiares a possibilidade de conduzir com sucesso a manutenção do grupo em seu local de origem, só foram contrapostos em um local distante, numa região do estado onde o capital não estava tão interessado naquele momento. E esse é um fato exemplar de como se dá a incorporação de áreas dinâmicas e favoráveis à ampliação da estrutura de controle do capital representado pela agricultura convencional, à medida que expulsa famílias para as margens do processo de desenvolvimento econômico tornado dominante. Desse modo, o sistema econômico herda terras favoráveis às atividades que lhe interessa incentivar, ao mesmo tempo em que desabriga pessoas e as obriga a tentar reconstruir suas vidas em condições adversas, geralmente sem o devido apoio do Estado, pois este se encontra voltado às demandas geradas pelo capital.

O mapa exemplifica também o trabalho empreendido pelo grupo para o estabelecimento de relações sociais e comerciais que permitisse a sua estabilização. Ao buscar parcerias para a comercialização de seus produtos também em municípios vizinhos e não apenas no município sede do assentamento, como Candiota e Pinheiro Machado, os assentados tiveram de reconstruir tais relações desde o princípio. Estes, que perderam suas terras e com elas todas a sua rede de comercialização, foram forçados também a recriá-la visando à sua estabilização econômica.

Assim, garantir o acesso das famílias à terra como um passo inicial da reforma agrária não é sinônimo de uma verdadeira reforma agrária. O processo não se encerra neste primeiro passo e muitos outros, tão ou mais importantes que este, são precisos para que a reforma ganhe sentido. E, basicamente, é preciso que as instituições responsáveis pelo processo se encarreguem de estabelecer condições para que as famílias permaneçam na terra, efetivando a sua conquista através do crescimento social e econômico, a fim de evitar o retorno destas à condição de desprovidas das mínimas condições de garantir seu sustento e sua dignidade.

## 2 QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

A luta pela terra no Brasil traz em seu seio um confronto entre desiguais, entre dois extremos de um processo de formação nacional conduzido de maneira a produzir os maiores ganhos possíveis com os menores custos despendidos. A exploração colonial de riquezas ambientais primárias e o desenvolvimento e difusão do latifúndio monocultor escravista são dois aspectos fundamentais do caráter concentrador de recursos que norteou a formação territorial e social brasileira e que acabaram por gerar deformações sociais durante o processo de amadurecimento do capitalismo no Brasil. Para Martins (2004, p. 11 – 12),

Dois temas pendentes da história brasileira continuam fortemente presentes em nossas inquietações sociais e políticas. O tema da escravidão e o seu tema residual, o da posse da terra. São temas inter-relacionados, relativos às duas grandes questões nacionais, situados em pólos cronológicos opostos: a questão do trabalho livre e a questão agrária. [...] É inócuo discutir a questão agrária sem situá-la como incontornável questão residual da solução que, no passado, a sociedade brasileira deu à questão do escravismo (MARTINS, 2004, p. 11 – 12).

O fim da escravidão, no século XIX, não significou a democratização, ou melhor dizendo, o compartilhamento do domínio e posse da terra no país. A liberdade dos escravos fora suplantada, anos antes, pela propriedade privada da terra através da Lei de Terras. Para Martins (2004, p. 136), a questão agrária brasileira nasce quando o “velho e flexível regime de sesmarias [...] foi substituído por uma lei que transferia o domínio do território para o particular, juntando-o ao instituto da posse”. Ou seja, as condições para a concentração fundiária não só permaneceram inalteradas como foram aprofundadas. A política da colonização europeia subsequente nunca teve por objetivo estabelecer uma nova estrutura agrária no país, apesar de boa parte de tais imigrantes consistirem em agricultores familiares e reproduzirem aqui o modelo de relação social que trouxeram do velho continente, conforme aponta Martins (1992). A verdade é que as áreas destinadas à agricultura familiar foram criadas tendo-se em vista a preservação do latifúndio. Eram áreas de exploração novas, até então áreas de estoque aguardando o momento da sua incorporação ao sistema espacial de produção e circulação.

Sob tais condições, constitui-se uma grande massa desprovida de direitos e/ou condições de alavancar um processo de desenvolvimento de uma atividade econômica que garantisse a estabilidade necessária à reprodução social. Aos

antigos escravos e seus descendentes, somaram-se muitos ex-colonos que tiveram de abandonar seus lotes devido aos mais variados problemas que enfrentaram e em muitos casos não conseguiram ultrapassá-los devido ao apoio governamental quase que inexistente. Não por acaso, enquanto esse drama se desenrolava e o latifúndio prosseguia seu avanço pelo interior do país, geralmente usurpando terras indígenas, os grupos oprimidos por esse processo começam a se organizar (ainda que localmente) e a engendrar a luta pela terra, condição mínima para a sobrevivência com dignidade. Oliveira (1988) discorre bem sobre a dispersão dos confrontos entre latifundiários e camponeses que atingiram grandes proporções a partir do século XIX.

O direcionamento das políticas agrárias e agrícolas do Estado brasileiro, especialmente durante a modernização induzida na década de 1970, acrescentou um tempero extra na já grande tragédia social que representava para o país, até aquele momento, a opção pelo latifúndio e a submissão do trabalhador à sua estrutura de dominação. Diz Martins (2004, p. 16):

Na melhor das hipóteses, o capitalismo globalizado trouxe enormes benefícios às elites, à classe média e à elite da classe trabalhadora. Mas, abandonou na beira da estrada do progresso multidões de deserdados e sem destino, mergulhados em formas perversas de sobrevivência. São os indevidamente chamados de excluídos, porque incluídos foram nas funções residuais e subalternas da cloaca de um sistema econômico que não parece ter como funcionar e sobreviver sem iniquidades e injustiças (MARTINS, 2004, p. 16).

A Questão Agrária é hoje, não apenas uma questão de concentração de terras nas mãos de uma pequena minoria de grupos e empresas privadas. Ela é, também, resultado do desvirtuamento de um processo de transição econômica e social que relegou os trabalhadores à geração de excedentes artificiais para substituição dos escravos nas grandes lavouras, conforme afirma Martins (2004, p. 137). De acordo com o autor (idem), esta “era uma forma de evitar que essa mão-de-obra se desviasse das fazendas e se orientasse para a agricultura familiar autônoma”. O prejuízo não ficou restrito ao campo, mas se concentrou também nas cidades. As ondas modernizadoras que se seguiram à mecanização/industrialização do campo, como a informatização e a informacionalização, lançaram novos obstáculos às já difíceis condições de reprodução social da agricultura familiar. De acordo com Romeiro (2004, p. 126),

Desde a abolição da escravatura, o Brasil perdeu várias oportunidades históricas de resolver sua questão agrária, garantindo amplo acesso à terra para a população rural. Infelizmente, as elites dominantes, tradicionalmente piratas e irresponsáveis, sempre conseguiram bloquear as tentativas de solução propostas por uma minoria lúcida e responsável, que percebia claramente as consequências a longo prazo da brutal concentração fundiária nas mãos de uma ínfima minoria de proprietários “devoradores de terra e de gente” (ROMEIRO, 2004, p. 126).

Não por acaso, os movimentos pontuais de luta pela terra foram ganhando corpo pelo país, e mesmo com o sofrimento das perseguições patrocinadas por grandes proprietários, empresas e até mesmo o Estado, com grandes perdas para a já sofrida população de relegados do campo, o processo de luta evoluiu para consolidação da necessidade de luta pela Reforma agrária. Para Flores Wizniewsky (2001, p. 183),

Cualquiera que sea la definición de reforma agraria, hay una cuestión fundamental en ella, que está directamente relacionada con los cambios en las estructuras agrarias. La reforma agraria es, por lo tanto, una respuesta a los intentos de cambios más drásticos en un momento histórico, al promover una transformación en la realidad agraria de determinado municipio, estado del Federación o un país. Es por lo tanto la reforma agraria un tema complejo, que depende de muchos factores causales y del contexto político y económico donde se desarrolla [...] (FLORES WIZNIESWSKY, 2001, p. 183)<sup>19</sup>.

Desse modo, vê-se que a Reforma agrária consiste em uma reforma estrutural, que modifica não apenas a distribuição de terras, desfazendo a grande concentração fundiária, mas que, sobretudo, transfere a renda da terra do capital para aquele que nela trabalha. Para Martins (2004), diferentemente dos países de capitalismo moderno, onde as elites compreenderam a importância das reformas, como criadora ou ampliadora do mercado interno, as elites brasileiras não tiveram esse entendimento. Assim como, segundo o autor, falta entendimento dos “militantes ideologicamente mais puros” para compreender o verdadeiro caráter da reforma agrária. Diz o autor (idem, p.140):

Com exceção das sociedades que conseguiram fazer revoluções socialistas e em consequencia delas fazer reformas agrárias “socialistas”, [...] as reformas agrárias nos países capitalistas subdesenvolvidos constituem uma porta de entrada na economia moderna e capitalista. País capitalista faz reforma agrária capitalista e não reforma agrária socialista. [...]

---

<sup>19</sup> Minha tradução: “Qualquer que seja a definição de reforma agrária, há uma questão fundamental nela, que está diretamente relacionada com as mudanças nas estruturas agrárias. A reforma agrária é, portanto, uma resposta às tentativas de mudanças mais drástica num momento histórico, ao promover uma transformação na realidade agrária de determinado município, estado da Federação ou um país. É portanto a reforma agrária um tema complexo, que depende de muitos fatores causadores e de contexto político e econômico onde se desenvolve”.



Quem imagina que a reforma agrária num país capitalista é o vestíbulo da revolução socialista, como acontece entre nós, especialmente no MST e na CPT, deve ter em conta as reformas agrárias feitas no último meio século em diferentes países capitalistas: elas se tornaram de fato o instrumento de prevenção das transformações políticas radicais e o meio de incorporação ao capitalismo de populações marginalizadas ou em vias de extinção enquanto categoria social (MARTINS, 2004, p. 140).

Esta é a perspectiva que importa ao maior interessado na Reforma agrária, o agricultor familiar. Como já discutido anteriormente, o agricultor familiar alimenta o desejo de preservação (reprodução social) e crescimento do patrimônio familiar (acumulação). Está se falando, portanto, de inserção no sistema capitalista e não de uma revolução que conduza ao socialismo. O próprio autor denuncia este descompasso entre as lideranças dos movimentos que lutam pela Reforma agrária e os grupos sociais a quem se dirige a reforma. E este é um fator de enfraquecimento da luta, especialmente quando seus opositores dispõem de recursos e meios para minar a consciência social coletiva, esta já tão carente de ideias renovadoras e mobilização para transformação. Para Martins (2003, p. 36 - 37),

[...] a sociedade brasileira traz marcas fundas de mecanismos sociais, econômicos e políticos que reiteradamente marginalizam e excluem. A seletividade no acesso aos benefícios sociais do desenvolvimento opera em todos os âmbitos. [...] Essa excludência arraigada remonta às bases estamentais da sociedade brasileira, que difundiu uma cultura da diferenciação social baseada em privilégios de nascimento e também privilégios de posse. À medida que a sociedade vai sendo dilacerada de vários modos pela própria economia, as vítimas dessa excludência desenvolvem estratégias autodefensivas de inserção social e o fazem segundo a própria lógica da sociedade que as marginaliza. Pegam carona nas irracionalidades dos outros, embarcam nos projetos de grupos que não nascem necessariamente de sua própria adversidade (MARTINS, 2003, p. 36 – 37).

Assim, o que se pode dizer da Reforma agrária é que esta deve decorrer de profundas transformações sócio-espaciais. Transformações estas que venham a completar a modernidade iniciada com a tecnificação da sociedade, mas interrompida na verticalidade dos relacionamentos que coordenam o espaço. A Reforma agrária, portanto, não implica apenas em redistribuir terra e a compartilhá-la com quem dela precisa, mas especialmente se trata de redesenhar a estrutura espacial de maneira a galgar uma evolução qualitativa e quantitativa no processo de desenvolvimento social do país, através da inclusão social e econômica de formas e funções relegadas ao descaso.

## 2.1 Movimentos de luta pela reforma agrária

Entendendo o MST como um movimento social de reivindicação e luta pela reforma agrária e pela terra, é possível conceituá-lo como um movimento cujas

“[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc.), até as pressões indiretas (GOHN, 2003, p. 13).”

O processo histórico de dominação social, econômica e política exercido pelo latifúndio, especialmente após a Lei de Terras de 1850, configurou um cenário de grandes obstáculos para o livre acesso à terra no país. A gênese do MST e a ação fazem parte desse processo. A chegada dos imigrantes europeus, após a abolição da escravatura, ao invés de apontar na direção do florescimento de uma classe trabalhadora que pudesse constituir um mercado interno que desse sustentação ao crescimento econômico, acrescentou novos grupos ao círculo autoritário de influência das oligarquias rurais. Ou seja, a aclamada solução para a proibição do tráfico de escravos e a abolição da escravidão logo se tornaria também um problema.

As novas zonas de colonização previstas pelo Estado brasileiro durante esse período, como regiões de fronteira e a Amazônia, não contaram com o devido suporte estatal na consolidação de uma estrutura agrária fundamentada na agricultura familiar. Tanto que o avanço da fronteira agrícola por essas regiões, especialmente após a inclusão definitiva do capital na ordenação do território, levou consigo a oligarquia rural e os novos agentes econômicos interessados no retorno financeiro promovido pela absorção da renda da terra e pela especulação imobiliária. O choque entre os antigos colonizadores, responsáveis pela “limpeza étnica” de vastas áreas de população indígena e agora abandonados pelo Estado, com os novos rentistas montados no poder do capital e na estrutura estatal, produziu graves confrontos nessas regiões.

Contra a força dessa oligarquia que se dispersava por áreas já ocupadas, restava aos antigos posseiros a união na defesa de seu interesse, ou seja, a manutenção de seu lugar de reprodução social. Essa movimentação, de união dos

indivíduos acuados pelo poder político e econômico da oligarquia rural, começa a configurar um confronto de cunho questionador da concentração fundiária no país. A luta pela terra toma forma, mas ainda não tinha um corpo claramente definido. Eram lutas pontuais, sem ligação ou colaboração entre si, embora a dispersão dessas lutas pelo território brasileiro já indicassem que os problemas sociais estruturais decorrentes da estrutura fundiária e das relações de trabalho estavam atingindo níveis insuportáveis pelos pobres do campo. Autores como João Pedro Stédile, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José de Souza Martins, Bernardo Mançano Fernandes, Frei Sérgio, dentre tantos outros, resgataram a história desse processo de forma muito contundente.

É notória a participação do Estado, geralmente ao lado da oligarquia rural, em confrontos sangrentos que, ou exterminam os grupos ou liquidam com os líderes dos movimentos (metodologia também empregada no regime militar). A “violência oficial” alimenta a resistência de tais grupos que, a partir das décadas de 50 e 60 do século XX, conseguem romper as barreiras locais e tornam a luta nacional através das “Ligas Camponesas<sup>20</sup>”, que mais tarde contariam com forte participação da Igreja, especialmente a Católica e a Luterana através da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O golpe civil-militar de 1964 instaura novas dificuldades para aqueles que lutam pela terra (e facilidades para o capital) e nem mesmo a abertura política pós-regime é capaz de apaziguar os ânimos dos latifundiários, representantes do grande capital e até mesmo do poder público. Oliveira (1988) mostra de maneira consistente o aumento linear do número de áreas em conflitos (e mortes) a partir dos anos 1960, especialmente em regiões associadas às novas fronteiras agrícolas e empreendimentos agroindustriais.

Em 1985, em Cascavel, no Paraná, as organizações camponesas unificam sua luta e criam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – o MST. Este assume para si não apenas a bandeira da luta pela terra, mas fundamentalmente a luta pela reforma agrária. Essa reforma teve seus primeiros movimentos com o governo João Goulart, sendo prematuramente abortada pelos militares, mesmo

---

<sup>20</sup> Para Claudemar Alves Fernandes (2007, p. 41) “A organização do movimento camponês como classe iniciou-se na década de 50, quando surgiram organizações como a *Liga Camponesa*, a *União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil* (ULTABs) e o *Movimento dos Trabalhadores Sem Terra* (Master)”.

sendo o governo ditatorial o elaborador do Estatuto da Terra. Para Mançano Fernandes (1998/1999, p. 1),

Em nosso país, a reforma agrária é uma política recente, comparada ao processo de formação do latifúndio e da luta pela terra. A luta pela reforma agrária ganhou força com o advento das organizações políticas camponesas, principalmente, desde a década de cinquenta, com o crescimento das Ligas Camponesas. Todavia, a luta pela terra é uma política que nasceu com o latifúndio. Portanto, é fundamental distinguir a luta pela terra da luta pela reforma agrária. Primeiro, porque a luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de reforma agrária. Segundo, porque a luta pela terra é feita pelos trabalhadores, e na luta pela reforma agrária participam diferentes instituições (MANÇANO FERNANDES, 1998/1999, p. 1).

É com a luta pela reforma agrária que novos personagens entram em cena na discussão sobre a questão agrária. A criação de novos partidos políticos, especialmente o Partido dos Trabalhadores – PT – traz a discussão para a classe média urbana que então começa a tomar corpo. A pobreza do campo começa a chamar a atenção da sociedade, ao mesmo tempo em que expõe fragilidades daqueles setores que deveriam mostrar-se mais coesos e coerentes em seus discursos e práticas. Para Martins (2004, p. 61),

Isso fica muito evidente quando setores da Igreja e do MST encaram negativamente o fato de que “precisam pressionar para que o governo faça a reforma agrária”, sugerindo, portanto, que sua forma ideal de governo é aquela em que o Estado absoluto usurpa as iniciativas da sociedade, a ela se antecipa e impõe unilateralmente as soluções para os problemas sociais. Essa visão, portanto, nega legitimamente aos próprios movimentos sociais, de cujos objetivos se propõem como porta-vozes (MARTINS, 2004, p. 61).

Em outra obra, o autor prossegue sua linha de raciocínio. Diz ele (2003, p. 34):

De certo modo, essas orientações anunciam uma mentalidade seletiva, de classe média, fundada em valores significativos e tradicionais do mundo do trabalho. O MST contribui poderosamente para o fracasso parcial da reforma agrária como instrumento de reinserção social dos ameaçados pelo modo como se dá o desenvolvimento capitalista no campo. Contribui ao recrutar indiscriminadamente os participantes do seu grupo de pressão, incluindo aí pessoas sem nenhuma identificação com os atores que têm um vínculo claro com os valores próprios da mística original e fundante do movimento (MARTINS, 2003, p. 34).

Muito contribui para isso a mídia, que mantém estreitas relações com oligarquias políticas rurais em praticamente todo o país, inclusive no Rio Grande do Sul, conforme demonstra Berger (1998). Não por acaso, o tema reforma agrária

passa a ser relacionado pela imprensa a gestos, símbolos e ações pejorativas, colocando o Movimento Sem-Terra à margem da lei. Essa posição da imprensa cria um efeito de instabilidade ao processo de Reforma Agrária, o que demonstra sua intenção de atingir pessoas (físicas e jurídicas) com o intuito de obter ganhos políticos. Assim, para esses grupos dominantes, a reforma agrária tem se mostrado cada vez menos necessária, já que o progresso técnico-científico tem se mostrado capaz de garantir a segurança alimentar e o desenvolvimento econômico do país.

Mas, mesmo com suas imperfeições, é a atuação do MST que tem mostrado à sociedade, já plenamente urbanizada e aparentemente distante dos problemas no campo, as distorções de um modelo econômico-social que se diz desenvolvimentista. Contudo, antes mesmo da criação oficial do Movimento, iniciam as pressões por reformas mais profundas. No final da década de 1970 e início da década seguinte, ocorre a ocupação de terras da fazenda Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul e, pouco tempo depois, a ocupação da fazenda Brilhante, no mesmo município. As famílias ocupantes, pouco mais de 100, com essas ocupações estabeleceram um marco na história da luta pela terra e pela reforma agrária. Por volta de 1981/1982, é realizado o acampamento de Encruzilhada Natalino, no município de Sarandi, Rio Grande do Sul. A desapropriação das terras dessas fazendas para fins de reforma agrária dá origem ao Assentamento “16 de Março”, hoje situado no município de Pontão, considerado divisor de águas para o movimento de luta. Segundo Martins (2003, p. 42),

O caso da Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta, dá início a uma nova fase na história da reforma agrária no Brasil, porque dá início, de fato, ao protagonismo ativo das populações que lutam pela terra e dá início, também, a uma virada, sem volta, de repercussões internas ainda não avaliadas nas respectivas instituições, nas pastorais sociais de duas igrejas envolvidas nos dilemas sociais gestados pelas contradições do nosso regime de propriedade: a Igreja Católica e a Igreja Luterana (MARTINS, 2003, p. 42).

No entanto, para a organização da luta pela reforma e para aqueles que estão envolvidos no cotidiano da luta, os seus sujeitos, é a perspectiva pela conquista de um lugar onde possa se estabilizar o que os move. Essa clientela, composta por uma “massa residual de um conjunto grande de descartes sociais e de alternativas de vida não realizadas”, nas palavras de Martins (2003, p. 52), busca justamente a possibilidade de realização de sua alternativa de vida. É essa clientela que são os

sujeitos da reforma. Sujeito, que segundo o autor (idem, p. 55), é definido da seguinte maneira:

O sujeito, portanto, da reforma agrária brasileira, tem um núcleo basicamente familiar, e de família extensa. Abrange mais de uma geração e de modo algum pode ser pensado como família nuclear constituída pelo casal e pelos filhos menores [...]. A família que está na cabeça de acampados e assentados é uma instituição ampla e complexa e nem mesmo se limita a parentesco de sangue. É uma rede de direitos e deveres referidos às obrigações dos vínculos de sangue e também dos vínculos sagrados da afinidade e do parentesco simbólico. Inclui até mesmo a velha figura do agregado e protegido (MARTINS, 2003, p. 55).

Assim, apesar de toda a importância da mobilização organizada pelos movimentos sociais, para a efetivação de uma reforma agrária, é preciso a participação de toda a sociedade e, principalmente, de uma ação política do Estado. É o próprio Martins (ibidem) quem afirma a decisiva participação do Estado no processo. Segundo o autor (op. cit.), só haverá reforma agrária se o Estado resgatar para si o domínio da terra, retirando-o do controle privado, o que segundo o mesmo autor vem ocorrendo de maneira lenta, mas lançando as bases para que o processo possa se tornar efetivo e não apenas paliativo.

## **2.2 Os assentamentos de reforma agrária e sua organização sócio-produtiva**

Os assentamentos de reforma agrária constituem a materialização da luta empreendida pelos sujeitos na busca de um lugar onde possam estabilizar-se e progredir socialmente e materialmente. Na definição de Wizniewsky (2001, p. 185), os assentamentos são frutos da intervenção do Estado e consequência da ação dos movimentos sociais organizados. Como dizem Görden e Stédile (s/d, p. 46 – 47),

Un asentamiento es un conjunto de familias que trabajan en un área de tierra destinada a los agricultores sin tierra, utilizándolas para la producción agropecuaria. [...] Los asentamientos organizados a partir de la lucha del Movimiento Sin tierra procuran planear y organizar la producción para viabilizar el asentamiento, garantizar la subsistencia de las familias asentadas, y promover el desarrollo económico y social de los campesinos que conquistan la tierra (GÖRGEN e STÉDILE, s/d, p. 46 – 47).

No Brasil, conforme afirma Wizniewsky (2001), por uma prerrogativa constitucional, os assentamentos são feitos historicamente pelo governo federal,

através do órgão oficial do país para a execução da reforma agrária, o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O processo de constituição de um assentamento não é simples. Os trâmites legais que envolvem a desapropriação de um imóvel rural improdutivo<sup>21</sup> tornam o processo lento, especialmente através de recursos judiciais impetrados pelo proprietário do imóvel, nos casos de expropriação, contra as vistorias do INCRA. Além disso, a organização dos proprietários em grupos de resistência, notadamente a União Democrática Ruralista – UDR – por vezes, reage com violência e ameaças contra os técnicos do INCRA encarregados de efetuar as vistorias das propriedades.

Depois de expropriado o imóvel, cujo título de propriedade passa a pertencer ao INCRA, é feita pelo Instituto a seleção das famílias que serão assentadas na área. Contudo, é o MST, através das ocupações e constituição dos acampamentos, que promove e pressiona o INCRA pelo credenciamento das famílias para fins de futuros assentamentos. As famílias recém-assentadas recebem alguns benefícios do Estado, como créditos para construir suas casas, para alimentação e para começar a produzir. Ao INCRA cabe a responsabilidade pela instalação da estrutura, como a construção de vias de acesso, rede elétrica, escola e posto de saúde, segundo afirma Wizniewsky (2001). Contudo, conforme afirmações dos assentados que fazem parte do grupo coletivo, o INCRA ainda não emitiu o título de posse da terra, mas apenas uma certidão que lhes garante o uso da mesma. Esse fato sinaliza que o próprio instituto responsável pelo processo de reforma é incapaz de estruturar o processo que comanda, uma vez que só reconhece a legitimidade da posse em condições que garantem a repetição e a perpetuação do poder individual. Ou seja, a reforma agrária oficial é um projeto individualizado, proposto à perpetuação do modelo concentrador de terras e poder, razão da existência das lutas pela terra e pela própria reforma.

Convém lembrar que, como afirma Ferreira (1994, p. 39), reforma agrária e assentamentos não são sinônimos. Para a autora (*idem*), a reforma deve ser encarada como a tentativa de tornar a estrutura fundiária menos concentrada,

---

<sup>21</sup> A desapropriação pode se dar por compra de imóveis ou por sua expropriação. A lei nº. 8629/93, estabelece uma definição para propriedade produtiva. Segundo Wizniewsky (2001, p. 187), esta deve "alcançar o grau de utilização da terra" – relação entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel, num mínimo de 80% – e "o grau de eficiência na exploração" – obtido através de um complexo cálculo que leva em consideração a soma da produção vegetal e da produção animal, com índices específicos para cada região. O resultado é dividido pela área efetivamente utilizada e multiplicado por cem.

enquanto os assentamentos correspondem “às ações de natureza prática”. Para essa mesma autora (ibidem, p.43),

O assentamento agrário seria a culminância e a finalização de um longo processo que se iniciou com a formulação de planos, projetos, desapropriações, etc. Mas o assentamento não se conclui com o acesso do trabalhador à terra: antes terão que lhe ser propiciadas condições necessárias e suficientes para que se concretize a determinação constitucional da terra cumprir sua função social. Se, por um lado, a noção de assentamento envolve a fixação do homem à terra, não pode se desvincular do provimento das condições de torna-la produtiva (FERREIRA, 1994, p. 43).

Essa tentativa de torná-la produtiva não está associada somente às condições físicas de produção, senão principalmente às condições políticas de organização do trabalho. A organização interna do assentamento é tão ou mais importante para o seu sucesso do que as condições ambientais herdadas nos lotes de terra. Esterci e Medeiros (1994, p. 21), na introdução da publicação da qual fazem parte da comissão organizadora, dizem que

[...] ocorrem em seu interior avaliações e escolhas que se traduzem em estratégias diferenciadoras usadas pelos diversos segmentos no interior dos assentamentos, podendo inclusive significar rupturas com alguns dos mediadores e articulação com outros canais de mediação. Essas estratégias e escolhas levam a algum padrão de negociação com as mediações presentes, à abertura de espaço para a inserção de outras e, assim, possibilitam novas relações e novas disputas. Esses elementos indicam que a produção dos consensos no interior dos assentamentos é também um processo político, de construção permanente do direito de falar por “todos” (ESTERCI e MEDEIROS, 1994, p. 21).

Essas condições devem ser consideradas fundamentais para o entendimento da organização de um assentamento. Independentemente do maior ou menor envolvimento do Rio Grande do Sul nos projetos de reforma agrária do governo federal, as premissas que norteiam a relação dos assentamentos com o seu entorno e suas chances de lograr êxito passam, obrigatoriamente, pela capacidade organizativa interna do grupo assentado.

Falando especificamente sobre o Rio Grande do Sul, Wizniewsky (2001, p. 194-200), citando Navarro<sup>22</sup>, divide a história dos assentamentos no estado em três fases:

La *primera* etapa podemos situarla entre los años 1978 hasta 1985, abarcando el último año del penúltimo y el último gobierno militar. [...] La *segunda* fase de formación de los asentamientos de reforma agraria en Rio

---

<sup>22</sup> Ver referências bibliográficas.



Grande do Sul, podemos situar-la temporalmente compreendida entre los años 1985 a 1989. [...] La *tercera* fase se inicia en 1990 y que a criterio nuestro se extenderá hasta 1998 (WIZNIEWSKY, 2001, p. 194-200 – grifos do autor).

A primeira fase foi marcada pela repressão do governo militar aos movimentos de luta pela terra, pela expansão da mercantilização da vida social e produtiva (usando a expressão do próprio autor), fortemente marcada no estado pela expansão do cultivo de soja. Era o período da modernização brasileira, marcado pela capitalização do território e tecnificação do território, com clara preferência pelo latifúndio em detrimento à agricultura familiar. A segunda fase foi caracterizada pela busca de terra e por processos de expropriações, fortemente influenciadas pela redemocratização do país. Embora o marco da retomada da luta pela terra seja datado da primeira fase, é na segunda fase que acontece o maior número de assentamentos no estado, inclusive com o aumento da área média destinada a cada família. A terceira fase é marcada pelo recrudescimento dos conflitos pela terra, tanto na cidade, quanto no campo. Diferentemente da fase anterior, neste período o governo compra terras para destiná-las aos projetos de reforma agrária. Essa mudança política na operacionalização do processo, além da redução no ritmo das desapropriações beneficia os grandes proprietários rurais. Wizniewsky (*idem*) ainda acrescenta uma quarta fase, que se inicia em 1999, decorrente de transformações ocorridas no cenário político regional e nacional. A criação do Banco da Terra, em âmbito nacional, e de programas e órgãos criados pelo governo estadual visam ao cumprimento de sua proposta eleitoral.

O assentamento “Conquista da Liberdade”, objeto de estudo dessa pesquisa, localizado no município de Piratini, no Rio Grande do Sul, foi estabelecido em 1992, em uma área pertencente à Fertilisa S.A., um ramo do conglomerado agroindustrial denominado CICA. O processo para a constituição do assentamento iniciou no final da década de 1980, em uma ação que envolveu os governos federal e estadual. Segundo os assentados ouvidos, o município de Piratini (e outros na mesma região, que abrigam outros assentamentos) foi escolhido devido ao preço baixo e grande quantidade de terras disponíveis. O processo de constituição do assentamento Conquista da Liberdade e sua organização social e produtiva serão discutidos mais detalhadamente em um capítulo específico.

Por hora, buscar-se-á esclarecer os possíveis meios de organização interna de um assentamento rural. Esses meios são fundamentalmente definidos pela

organização do trabalho. Ou seja, um assentamento pode se organizar baseado no trabalho coletivo, no trabalho individual, ou pode até mesmo conter os dois elementos, estando esses elementos devidamente territorializados em suas respectivas áreas.

Autor e profundamente conhecedor deste tema e que mantém estreitas relações com o MST, desde sua fundação, Stédile (2005), afirma que a organização interna dos assentamentos demandou um longo processo de amadurecimento político dos integrantes do movimento. De fato, como avisa Martins (2003), há uma tendência à individualização do agricultor familiar que, de certa forma, impõe restrições à organização coletiva do trabalho de um assentamento. Por isso, não são raros os casos de assentamentos que foram constituídos no modo coletivo, mas que viram famílias de agricultores migrarem para lotes individuais devido à falta de compatibilidade com o sistema adotado. O assentamento Conquista da Liberdade é um desses casos. Ademais, como ressaltam Stédile e Mançano Fernandes (2005, p. 96), o objetivo do acampado do MST sempre foi ter terra, o que, segundo os autores (idem), favorecia o governo, pois o isentava de outras obrigações. A conscientização de que apenas fornecer a terra não resolveria o problema pelo qual os agricultores passavam foi uma construção política que demandou tempo e debates entre os agricultores. Estes, na maior parte dos casos, ingressaram no MST devido à expulsão de suas propriedades em decorrência da incompatibilidade do modelo de agricultura que se difundiu pelo território gaúcho e brasileiro com a sua modernização. Foi uma construção política que o MST realizou através dos seus acampamentos e do envolvimento desses sujeitos no cotidiano da luta. Muito contribuíram, nesse sentido, as assembleias, as marchas, as manifestações e as ocupações.

Para Stédile e Mançano Fernandes (2005, p. 101), a cooperação agrícola depende de dois fatores básicos: condições objetivas e condições subjetivas da comunidade que vai aplicá-la. No primeiro fator, das condições objetivas,

[...] são o nível de acumulação de capital existente, o tipo de produto que é possível produzir, as condições naturais existentes no assentamento. [...] Influenciam também nas condições objetivas o grau de acumulação de capital que as famílias já têm, porque quanto mais pobres as famílias forem, menor será o nível de cooperação agrícola. (STÉDILE e MANÇANO FERNANDES, 2005, p. 101).

O segundo fator, as condições subjetivas, definido pelos autores,

[...] são o grau de consciência política e a história de participação de uma determinada comunidade adquiridos na luta para a conquista da terra [...]. Nos assentamentos, essas condições subjetivas também são determinadas. Com isso, aprendemos que a formação de cooperação agrícola não é determinada pelo MST, pela Concrab [Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil]. Não adianta fazer uma reunião no assentamento e dizer: “Vocês vão implantar uma cooperativa”. Vai ser um fracasso. Eles é que têm que discutir que tipo de forma pode ser assimilada (STÉDILE e MANÇANO FERNANDES, 2005, p. 102).

Como se pode perceber, a luta pela terra e pela Reforma Agrária não é um processo simples, nem rápido. Essa luta não enfrenta apenas a resistência do sistema hegemônico, um formidável inimigo, diga-se de passagem, mas enfrenta também a própria resistência interna dos sujeitos diretamente envolvidos no processo. Resistência que advém de uma consciência social formada, estruturada e consolidada através de gerações de agricultores familiares. Isso sem dúvida representa uma barreira, mas também aponta para distintas possibilidades de sucesso dos assentamentos. Não existem receitas prontas para os assentamentos, cada assentamento deve discutir e construir um modelo social e econômico viável. Apesar das tendências individualistas dos agricultores familiares, a sua adaptabilidade na busca dos seus objetivos de estabilidade social e progresso material representa um importante trunfo. E é este o aspecto que pode fazer a balança pender positivamente para o lado da reforma agrária.

Desse modo, percebe-se que, no rastro do processo de exclusão, iniciado com a instituição do latifúndio como paisagem dominante na estrutura fundiária brasileira e aprofundado com a capitalização do campo, abrem-se perspectivas para um novo modelo de desenvolvimento econômico-social em compasso com as demandas ambientais atuais e que preconizam a urgência de modificações profundas no modelo de sociedade atual. Os assentamentos emergem como novas possibilidades, como uma alternativa ao condicionamento dos lugares a uma temporalidade externa e extremada. O equilíbrio social e econômico só se tornará viável se for condicionado ao equilíbrio ambiental. Caso contrário, o homem continuará convivendo com crises e conflitos que o impedem de viver numa sociedade justa e digna.

### **2.3 O caso do assentamento Conquista da Liberdade e a Cooperativa Agrícola Vista Alegre Limitada - COOPAVA**

Estabelecido em fevereiro de 1992, o assentamento Conquista da Liberdade, com uma área de 1232 hectares, recebeu inicialmente 50 famílias. A área pertencia anteriormente a uma empresa do conglomerado agroindustrial denominado CICA Alimentos S/A e era destinada quase que exclusivamente à produção comercial de pêssegos<sup>23</sup>. Entretanto, o processo de formação do grupo que viria a ser assentado na área iniciou antes mesmo de sua efetivação, ainda no acampamento, onde segundo EA5,

Foi um período de bastante aproveitamento, de aprendizado, até porque o acampamento é um espaço que forma a consciência das pessoas. [...] E já naquele período, em razão das discussões políticas que a gente fazia de ocupações e de pressão pra que saísse terra, a gente também discutia as formas de trabalho e que tipo de assentamento a gente queria construir quando conquistasse a terra.

A escolha das famílias que viriam a receber a área, diferentemente do que ocorre na grande maioria dos casos, não se deu por sorteio, mas sim por decisão política. O MST tinha interesse em desenvolver um modelo de trabalho pautado pela cooperação, e dentre os grupos de discussão formados nos acampamentos durante os anos finais da década de 1980, o grupo que melhor poderia se adaptar ao perfil do projeto e ao tamanho da área foi o que se constituiu a partir de famílias do noroeste do Rio Grande do Sul, cuja primeira mobilização foi a ocupação da Fazenda Bacaraí, em Cruz Alta, no final da década de 1980. De acordo com EA1, havia tanto grupos menores quanto grupos maiores formados nos acampamentos e que pleiteavam o local, mas chegou-se a um consenso e a definição favoreceu o grupo atual.

O grupo recebeu o estabelecimento já com vistas a elaborar um trabalho diferenciado, tendo como fator favorável a existência de uma estrutura prévia deixada pela antiga proprietária da área, condição esta pouco comum em outras áreas destinadas a projetos de reforma agrária. Assim, ao receber a terra, o grupo também obteve algumas estruturas físicas que lhe conferiam uma vantagem relativa, tais como construções (casas, refeitório, galpões), pomares e até mesmo estrebarias.

---

<sup>23</sup> Os assentados mencionam também a prática anterior de outras atividades, como a criação de gado

Estes são alguns dos fatores prévios que fazem parte do processo de constituição do assentamento Conquista da Liberdade, que está localizado às margens da rodovia BR-293, importante via de comunicação da região sul do estado do Rio Grande do Sul, no município de Piratini. Está inserido no sistema ambiental denominado bioma pampa, como pode-se constatar em uma reunião com EA1, EA2, EA7 e ET1, onde se discutiu a elaboração de um novo projeto coordenado pela COOPAVA.

A área fora escolhida para fins de reforma agrária, pois apresentava algumas características consideradas próprias para tal fim na visão dos governos federal e estadual: concentração de grandes propriedades, grande oferta de terras para a venda e preço baixo da mesma, conforme fora mencionado no subcapítulo anterior. De fato, as características estruturais da área (extensão, localização, clima e solo), associadas aos interesses políticos e econômicos dos coordenadores do processo, logo apresentaram os primeiros obstáculos para o sucesso da efetivação do assentamento. Nas palavras de EA2,

O governo comprou essa área aqui, recebeu o endividamento da empresa com superfaturamento e aí queria colocar uma favela rural e a gente não aceitou. O movimento, juntamente com o grupo de famílias que foram assentadas, resistiu a essa proposta, a essa pressão. [...] Então a gente chegou em 50 famílias; os laudos técnicos de pesquisa disseram que comportaria 35 famílias, pelo módulo rural; o governo queria colocar 80.

Assim, o primeiro momento, antes mesmo da definição das famílias que iriam compor o assentamento, já anunciava que a luta iniciada anos antes e que os conduziu aos acampamentos do MST, não encerraria com a conquista da terra. Oriundos da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, local conhecido como berço da soja no Brasil, as famílias que compõem o Conquista da Liberdade e, mais especificamente a COOPAVA, depararam-se com um novo, e até então impensado, problema ao receberem a terra: a adaptabilidade ambiental, que veio a desencadear problemas de relacionamento no grupo. Para EA4,

Primeiro a gente chegou, a ideia de trabalhar um número maior de famílias no convívio coletivo, e muitas famílias chegaram e “ah, vamos plantar soja!”... e a gente começou a cuidar dos pomares... Então, obviamente, não era isso, eles nunca tinham cuidado de pomares; eles queriam arrancar os pomares pra plantar soja, que nem foi feito ali na região de Palmeira das Missões. [...] A gente também quando veio, se equipou com uma estrutura pra plantio: é caminhão, são grandes tratores, essas coisas... só que isso se mostrou insustentável do ponto de vista econômico.

Desse modo, as características ambientais do local, até então desconhecidas por todos em sua nova morada, potencializaram um processo vicioso que os havia conduzido até os acampamentos do movimento social. Aos velhos vícios, incorporados à prática e ao cotidiano nos tempos de agricultura familiar no noroeste do estado vieram se somar as sérias limitações físicas do novo ambiente para os tipos de culturas aos quais estavam habituados. EA9 diz que as famílias chegaram ao local com objetivos já definidos: produzir em grande escala de soja, milho e feijão. Nas conversas com os assentados associados à COOPAVA, mesmo entre aqueles que se sentiram desconfortáveis em participar formalmente das entrevistas gravadas, é unânime a opinião de que os primeiros meses e a primeira safra resultaram em um retumbante fracasso econômico e muita decepção. Afinal, todas as discussões conduzidas durante os tempos de acampamento para a construção de um novo modelo de pensar e fazer agricultura se desfizera logo em sua primeira oportunidade.

Segundo EA2, o fechamento do primeiro ano agrícola registrou um prejuízo de cerca de catorze mil reais, devido ao alto custo de produção (associado também ao arrendamento de terras que foram destinadas à produção de soja) e baixa produtividade do solo. Mesmo a agricultura de subsistência, hoje já devidamente valorizada no assentamento, na época, não tinha espaço no planejamento do grupo. Segundo relatos dos assentados, a alimentação básica advinha de compras que o grupo efetuava em mercados de Piratini, sendo estas entregues uma vez por mês no assentamento, em um caminhão.

Outro obstáculo que precisou ser superado foi o fato da população e das instituições regionais rejeitarem a formalização do assentamento. Contudo, como o Conquista da Liberdade não se tratava do primeiro assentamento a ser implantado no município de Piratini, o preconceito com o qual os agricultores foram recebidos já não foi tão forte. Mas, mesmo assim, muitas mobilizações foram necessárias para se construir uma imagem favorável dos assentados junto à comunidade. Porém, tal processo veio a se consolidar apenas com o incremento das atividades econômicas do grupo, especialmente após a sua afirmação como agente de desenvolvimento social e econômico.

Esse processo gerou atritos e desentendimentos entre as famílias assentadas, o que acabou provocando a cisão do grande grupo coletivo inicial. As famílias que se afastaram do projeto inicial receberam seus lotes individuais e

puderam direcionar sua atividade à sua maneira. Os lotes destinados para essas famílias foram os dos locais de acesso mais difícil, nos fundos da área do assentamento. Tal medida visava tornar menos atraente para as demais famílias a saída do grupo coletivo, projeto inicial da formação do assentamento. Já as famílias que permaneceram com o ideal de trabalhar coletivamente, entenderam que a melhor solução para o grupo seria partir para a oficialização do projeto coletivo, que se deu através da criação da COOPAVA, em agosto de 1995. As palavras de EA1 esclarecem essa trajetória até a criação da cooperativa:

A gente chegou aí, trabalhou praticamente dois anos sem controlar nada, só pela vontade política de trabalhar junto. [...] Não controlava hora, não controlava consumo, [...] era uma grande família, consumíamos sem controle, como o agricultor artesão faz. Ele produz, vende, sem controlar, vai levando. Bom, foi quase dois anos, aí começou ter problema. Algumas pessoas começaram a se escorar. Outros vestiam a camisa, outros nem tanto. Um dia a gente vai precisar fazer esse acerto: sem controlar trabalho, sem controlar o que está consumindo, foi afunilando a ideia de então de tu começas a controlar alguma coisa. Foi indo, precisou encaminhar alguns auxílios-doença ou coisa parecida, nós não tínhamos como comprovar isso no INSS: alguns tinham talão de produtor, mas e a maioria, como é que ficava? Vamos ter que criar alguma coisa que dê condição de todo mundo estar assegurado e quando precise algum benefício tenha como provar. Entendemos na época que a cooperativa poderia ser, e fomos caminhando para o lado de fundar a cooperativa e fundamos então ela em agosto de 95.

A separação do grupo inicial e a formação da cooperativa marcaram a primeira grande ruptura no Conquista da Liberdade. Do ideal construído politicamente nos tempos de acampamento de se trabalhar coletivamente, algumas famílias demonstraram, nesses primeiros passos, a dificuldade de adaptação em conciliar os interesses coletivos com os interesses individuais. Especialmente quando se deve ter por regra fundamental neste tipo de organização a obrigatoriedade em planejar e agir pensando no grupo e de forma coerente com a proposta. Como EA4 falou, “rupturas nunca são pacíficas”, e essa ruptura deixou marcas nas pessoas. Algumas notadamente sentiram mais o choque desse “fracasso” inicial.

A prova dessa constatação veio numa conversa informal com EA1, quando lhe foi perguntado se seria possível uma família assentada em lote individual retornar ao projeto coletivo. Na sua resposta, disse-me que houve um caso em que isso ocorreu, mas que dificilmente ocorreria novamente, pois o motivo e a forma como se deu a separação deixou muita gente magoada em ambos os lados. E,

especialmente por se tratar de questões pessoais, o processo de reinserção de famílias poderia ser tão doloroso quanto foi a sua saída.

Como visto no subcapítulo anterior, onde Stédile e Fernandes (2005) falam das condições objetivas e subjetivas que influenciam no sucesso construtivo da cooperação agrícola, é preciso que se conjuguem fatores que possibilitem construir esse modelo. No caso da COOPAVA, o ideal inicial construído politicamente com a participação do movimento, não resistiu às questões subjetivas do processo. Embora o prejuízo da primeira safra possa ser considerado um resultado objetivo a interferir na consolidação do grupo, não se pode desconsiderar o fato de que um grupo continuou acreditando que era viável investir na proposta.

Quando EA1 diz que “uns vestiam a camisa, outros nem tanto”, percebe-se que aquelas famílias que desistiram da cooperação quando do primeiro resultado ruim não acreditavam que a agricultura familiar pudesse se desenvolver de forma cooperada. Ou seja, o individualismo já estava consolidado em suas concepções de ser e se sentir agricultor familiar. É bem verdade que algumas das famílias que partiram para os lotes individuais hoje estão em melhores condições materiais que o grupo coletivo, segundo alguns dos agricultores ouvidos. Contudo, é verdade incontestável que o grupo cooperado construiu vantagens para si (e até mesmo para o entorno) que uma família trabalhando isoladamente dificilmente teria condições de construir, como por exemplo a consolidação de uma renda mínima e fixa mensal.

Ao adotar essa postura, o grupo coletivo optou por transformar prioritariamente a renda obtida do seu trabalho, a renda da terra, em fonte para novos investimentos, dentro de sua lógica de estabilização social. Essa visão permitiu que os dividendos gerados por uma cultura pudessem ser revertidos para a diversificação produtiva, aumentando a independência econômica e fomentando o progresso do modelo agroecológico. Foi assim que o grupo substituiu o encantamento produzido pela possibilidade de incorporar bens e conforto aos seus lares pela racionalidade de investir na permanência da terra. No entanto, optar por colocar o bem comum coletivo à frente das decisões e ações do grupo não significa que esse grupo abriu mão do crescimento material familiar. As casas (ver figura 3) são exemplos dessa opção pelo crescimento individual conjugado com o coletivo. Se não ostentam luxos, oferecem condições dignas e conforto para os seus habitantes. Percebe-se que foram construídas em etapas, o que de certa forma demonstra um



crescimento gradativo, contínuo e por igual, dada a similaridade entre as moradias. Um claro exemplo de um processo pautado pela equidade.



**Figura 3 - as moradias**

As casas são simples, mas dispõem de todos os instrumentos necessários para que uma família possa viver com dignidade.

Autor: Edinho Carlos Kunzler

Assim, o grupo coletivo, integrado em torno de um projeto de crescimento uniforme, coordenado, seguro e sustentável tem feito do espaço no assentamento Conquista da Liberdade, antes lugar da reprodução do capital, o lugar de um projeto alternativo que tem servido de modelo para outros grupos e para a sociedade. ET1 fortalece tal afirmação quando diz que aos jovens formandos de universidades da região, que não oferecem uma única disciplina sobre agroecologia em seu currículo, têm a oportunidade de conhecer e aprender, no assentamento, a ciência na prática. Outros técnicos ouvidos, mas que por falta de tempo não puderam participar formalmente da pesquisa, também afirmaram que a cooperativa é hoje um exemplo que precisa ser melhor trabalhado pela coordenação do MST, justamente por enfatizar os benefícios do trabalho cooperado associado à agroecologia, orientações completamente distintas daquelas difundidas pelo individualismo do modelo convencional.

Hoje a COOPAVA é o operador racional de um projeto subjetivo, de um ideal de estabilização e permanência na terra. A área dos lotes das famílias que a compõem é de aproximadamente 400 hectares (ver figura 4, na página seguinte), o que, na visão dos assentados, já significa uma séria restrição ao avanço do setor primário. É a cooperativa o objeto técnico responsável pela execução dos passos e medidas deliberados pelo grupo em assembleias. Sua composição conta com um presidente (eleito para gestão de dois anos), um vice-presidente e um contador financeiro. Também conta com um conselho, formado pelo seu presidente, por líderes dos setores produtivos<sup>24</sup>, pelos assentados liberados para trabalhar junto à organização do movimento e pela assistente social do assentamento. Contudo, não é a cooperativa a última instância de decisão do grupo. Ela é apenas o órgão executor.

A grande instância de discussões e decisões do grupo é a assembleia geral. A seguir, tem-se o conselho da cooperativa, que é responsável por dar racionalidade e objetividade às deliberações e decisões da assembleia, elaborando projetos e buscando parceiros e recursos. E, como terceira instância, a própria COOPAVA, que é o sujeito jurídico do grupo. Essa estrutura organizativa, embora um pouco morosa na opinião de EA1, faz com que todos os associados<sup>25</sup> participem dos debates fundamentais à própria manutenção do grupo.

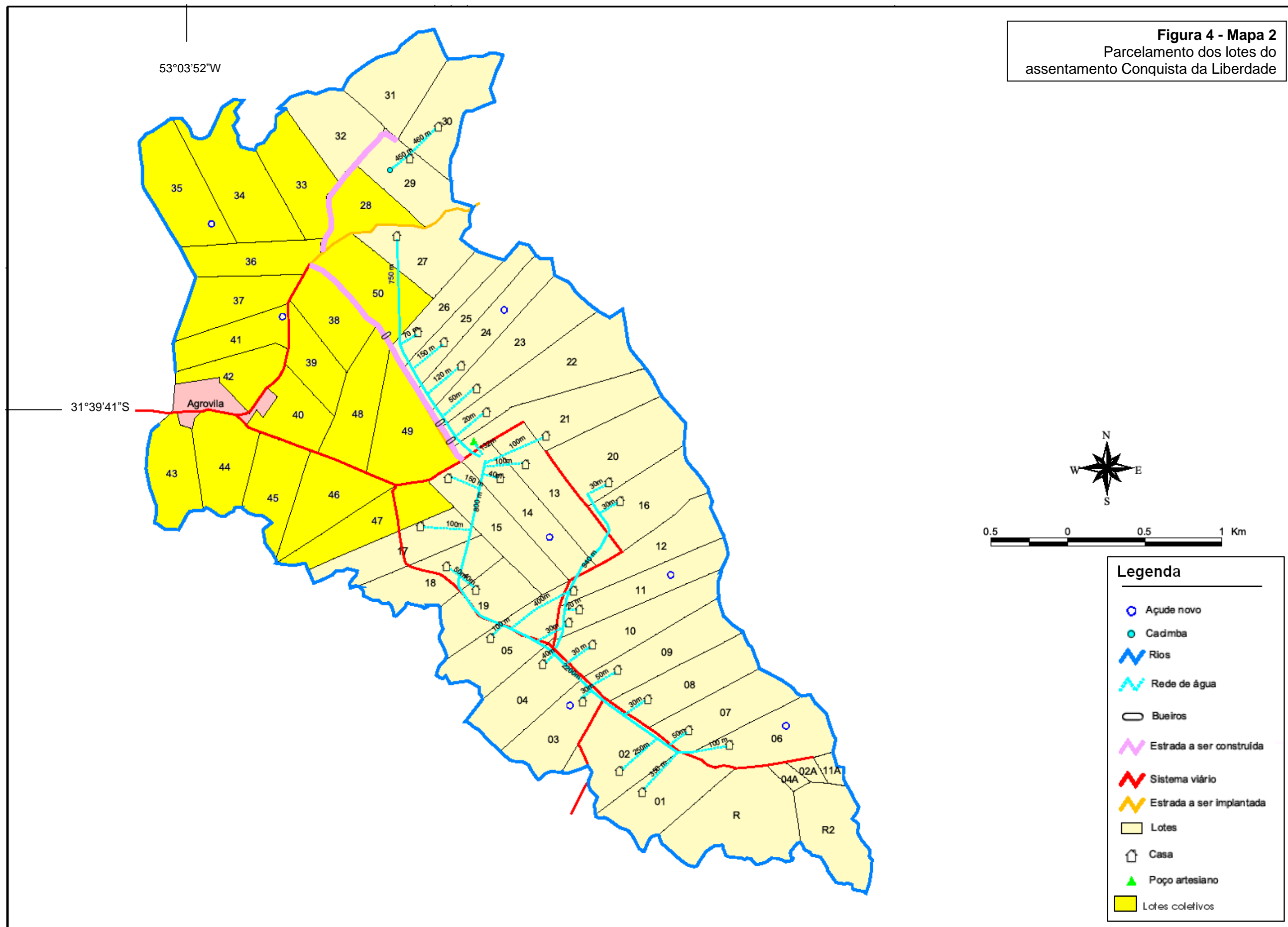
Assim, cada indivíduo não é responsável apenas por executar o seu trabalho diário, mas também por pensá-lo e por projetar e discutir o futuro do grupo. Uma estratégia interessante que permite ao binômio cooperação-agroecologia um processo de evolução calcado no aprimoramento das experiências e das discussões, já que o agricultor não toma decisões isoladamente. E, especialmente, por permitir que decisões de um setor sejam conhecidas e discutidas pelo outro setor.

---

<sup>24</sup> São dois setores produtivos existentes na Coopava: o setor de produção animal e o setor de produção primária. Cada setor conta com dois representantes junto ao conselho da cooperativa. Novas atividades planejadas para o futuro irão exigir a criação de um terceiro setor, segundo declarações de EA1.

<sup>25</sup> Ao todo, a COOPAVA é formada por 17 famílias. São 32 pessoas associadas, maiores de 18 anos, e com direito à participação e voto nas assembleias.

**Figura 4 - Mapa 2**  
Parcelamento dos lotes do  
assentamento Conquista da Liberdade



Fonte: mapa cedido pelo presidente da COOPAVA, elaborado por CNEC Engenharia S/A. Editado pelo autor.

A observação do mapa (Figura 4) nos dá uma visão de como a divisão do grande grupo inicial se refletiu na ocupação e no uso da área. Como fora dito anteriormente, as primeiras famílias a deixarem o grupo coletivo receberam os lotes mais distantes da estrutura básica recebida, representada no mapa pela agrovila. Aliás, o próprio loteamento da área foi realizado a partir da cisão do grupo inicial, já que o projeto para o assentamento não visava à demarcação de áreas específicas para cada família. Por isso hoje, embora o loteamento do assentamento incluía também a área coordenada pelo grupo coletivo, neste local não há divisões físicas que demarcam os lotes individualmente, uma vez que tais lotes se encontram integrados ao patrimônio da cooperativa.

Portanto, a cooperativa está localizada numa área estratégica dentro do assentamento e conta com algumas vantagens em relação ao interior do assentamento. Tal posição favorece a comunicação com outras áreas, inclusive com os municípios vizinhos que integram seus parceiros comerciais. Tal condição também a favorece na prestação de serviços por parte dos técnicos que a assessoram, no deslocamento das crianças para as escolas na sede do município com vistas à conclusão do ensino fundamental e médio e também das crianças do entorno do assentamento à referida escola, e em uma série de outros fatores. Cabe salientar que a área da agrovila, sede da cooperativa, abriga uma escola municipal de ensino fundamental incompleto, que atende não só aos filhos dos assentados no local, mas também as crianças das áreas vizinhas. O transporte escolar é disponibilizado pela prefeitura do município é também um indicativo de que esta tem sido uma parceira da cooperativa, conforme declarações dos assentados.

Assim, com a criação da COOPAVA, o grupo coletivo construiu uma estrutura de suporte às suas atividades cujos benefícios extrapolam o aspecto econômico. Através da cooperativa, as famílias têm avançado em sua condição de bem-estar social e tem alicerçado projetos para o futuro que atendem não apenas às suas expectativas, mas que também envolvem o seu entorno com um significativo aporte de investimentos em busca da ampliação de sua rede de parcerias na efetivação de seu processo de agente transformador do espaço.

### **3 A AGRICULTURA FAMILIAR E A SUSTENTABILIDADE COMO ALTERNATIVA DE REPRODUÇÃO SOCIAL**

Como vimos no capítulo anterior, o desenvolvimento econômico pautado na industrialização do campo brasileiro, que incitou os processos de cunho global e hegemônico no controle do espaço/tempo, constituiu, no Brasil, um modelo de ações e resultados diferentes daqueles que orientaram o desenvolvimento dos países de capitalismo avançado. Na agricultura brasileira, a concentração de terras, associada às políticas oficiais de financiamento a partir da década 1960, fez do latifúndio o parceiro ideal para o modelo de desenvolvimento capitalista desenhado pela elite.

A opção por culturas de exportação em detrimento à segurança alimentar interna demonstra o caráter excludente desse processo no país, já que, no primeiro caso, tais culturas se concentraram em grandes áreas dominadas pelo latifúndio, enquanto, no segundo caso, restringiram-se às áreas onde se desenvolveram atividades familiares. Contudo, a modernização pela industrialização do campo brasileiro também atingiu a agricultura familiar por força dos agentes hegemônicos que se apoderaram do mercado de seus produtos, rompendo, desta forma, com a naturalidade dos processos locais e introduzindo a artificialidade e racionalidade de objetos e processos externos. É o caso da avicultura, da suinocultura, da sericicultura (Paulino, 2006), da fruticultura, entre outras atividades que acabaram por contribuir na constituição de pontos luminosos dispersos por regiões do país, especialmente no Sul e no Sudeste, e que estão sob influência direta de agentes hegemônicos.

Schneider (2004) considera que as transformações pelas quais a agricultura familiar tem passado fazem parte de estratégias de reprodução social e estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento capitalista da agricultura. A pluriatividade evidente no momento em que membros do grupo familiar buscam rendas complementares fora das propriedades rurais é um exemplo desse processo. Ademais, prossegue o autor (idem) afirmando que a diversificação do espaço rural, com o desenvolvimento de atividades não-agrícolas, como o lazer, o turismo e o comércio, representa o fim da exclusividade de sua função agrícola, conferindo-lhe um caráter polissêmico, num claro movimento de transformação motivado por demandas exteriores à organização social original.

Estes são elementos que expressam a invasão do capital no cotidiano destes agricultores familiares e que lhes exigem a incorporação de objetos, técnicas e ações diferenciados em relação ao seu modelo tradicional de atividade, desenvolvido e aprimorado por gerações. Tal fato, assim como ocorreu com o latifúndio, os condiciona à racionalização de sua existência, estruturalmente dependente de ritmos e processos ditados pelo mercado hegemônico, do qual a indústria vem a ser seu elo mais aparente.

Assim, é de fundamental importância desvendar o que é esta chamada agricultura familiar e quem são os agricultores familiares, já que estes não são os destinatários principais das ações coordenadas pelos agentes hegemônicos do espaço. E, mesmo assim, têm conseguido se manter presentes e atuantes sob as mais variadas formas, fato que revela diferentes interpretações por parte dos teóricos, mas que não esconde a versatilidade e adaptabilidade desse grupo social.

### **3.1 A agricultura familiar e o seu sujeito**

Como já mencionado anteriormente, um dos aspectos que desperta os maiores embates teóricos entre os estudiosos do tema é o conflito conceitual envolvendo agricultura familiar (e agricultor familiar) e campesinato (e o camponês). Como já fora exposto, não é objetivo deste trabalho discutir qual desses conceitos melhor representa a realidade brasileira. Embora julgue irrelevante para a execução deste trabalho a distinção entre os conceitos de agricultor familiar e/ou camponês; agricultura familiar e/ou agricultura camponesa, o trabalho segue uma perspectiva semelhante à defendida por Wanderley (1996, p. 2).

Assim, o campesinato é visto como uma das muitas formas de agricultura familiar, independentemente do grupo de ter buscado uma maior tecnificação e integração aos mercados ou se manter mais próxima a um modelo tradicional de organização/produção e relacionado a mercados mais restritos. O grande objetivo para esse grupo social, seja como camponês seja como agricultor familiar, é a reprodução social e a continuidade do grupo. E nessa afirmação há unanimidade de todos os autores.

Portanto, por mais que se busque diferenciar um do outro, ambos primam pelas mesmas lógicas e objetivos. Desse modo, os agricultores familiares tanto podem estar inseridos nos processos globais/hegemônicos de produção/circulação, altamente tecnificados e dependentes de capital externo, quanto podem estar restritos a mercados de circulação local, coordenados por agentes locais ou coordenando seu próprio mercado através de diferentes mecanismos e de ações coletivas, porém tendo sempre sua estrutura produtiva baseada no trinômio família-produção-propriedade, segundo Wanderley (1996, p. 2).

Citando Lamarche<sup>26</sup>, Wanderley (idem, p. 6) expõe a vontade de conservação e o desejo de crescimento do patrimônio familiar como características do agricultor camponês num cenário onde a pluriatividade não significa a decomposição da agricultura camponesa, mas sim uma estratégia da família para a manutenção dos seus propósitos. Nesse sentido,

Depreende-se, com isso, que os camponeses operam com uma lógica distinta, já que não é a acumulação capitalista que os move. Isso não implica negar a sua capacidade de acumular, mas é necessário diferenciar essa modalidade de acumulação [...]. Isso porque a extração da mais-valia não se constitui no fundamento da atividade camponesa, o que significa que a acumulação adquire sentido diverso, retornando sempre sob forma de aumento de produtividade do trabalho e melhoria das condições de vida da família (PAULINO, 2006, p. 33).

Sobre o termo camponês, Paulino (idem), parafraseando Martins<sup>27</sup>, lembra que a palavra surge em substituição a outros termos, geralmente de cunho pejorativo, passando a fazer parte do nosso vocabulário graças à projeção das suas lutas no século XX. Portanto, não se trata apenas de questão vocabular, mas especialmente política.

Contudo, o campesinato (a agricultura familiar) compreende um complexo sistema social e econômico em "cuja existência é possível encontrar as *leis da reprodução e do desenvolvimento*" (ABRAMOVAY, 1998, p. 59, grifos do autor), mas cuja mercadoria primordial é a renda camponesa da terra fundamentada estritamente no regime de trabalho familiar, segundo Paulino (2006, p. 30).

[...] a diferença fundamental entre unidades capitalistas e unidades camponesas está na lógica interna da exploração e organização. [...] Como vemos, não se deve eleger como critério das diferenças o nível de bem-estar e o volume de bens materiais, mas a forma como se organizam

<sup>26</sup> LAMARCHE, H. (coord.) *L'agriculture familiale*. 2. Du mythe à la réalité. Paris, L'Harmattan, 1994.

<sup>27</sup> MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

internamente. Em outras palavras, deixarão de ser camponeses ao incorporarem a lógica capitalista, expressa na exploração do trabalho alheio e privilégio da acumulação de capital (PAULINO, 2006, p. 50).

Para a autora (*idem*), isso não significa que os camponeses (agricultores familiares) rejeitam o progresso material, mas que o fazem segundo outras prioridades e o condicionando à sua autonomia. Aliás, esta é uma questão fundamental que diferencia o agricultor familiar do chamado “empresário rural”. Os objetivos, no primeiro exemplo, são sempre coletivos e representados pelo bem-estar do grupo familiar e/ou coletivo. Enquanto que para o segundo o que importa é o lucro do negócio, obtido através da racionalização da produção obtida por meio da exploração do trabalho alheio.

Também é interessante acrescentar que a organização familiar do trabalho não se trata de um modelo em vias de extinção devido ao avanço do capitalismo. Ao contrário disso, o deslocamento da fronteira agrícola, motivada por ações racionais dos agentes hegemônicos, especialmente no processo de ocupação e formação do território brasileiro, representa novas possibilidades para o camponês que “se liberta dos antigos laços sociais que o tolham nas áreas velhas”, conforme Wanderley (1996, p. 12). Tal libertação, para a autora (*idem*, p. 13), “se inscreve no projeto de vida da família como uma continuidade”.

Mesmo as “formas modernas de agricultura familiar”, segundo Wanderley (*ibidem*, p. 7), resultado da influência de transformações maiores no âmbito da estrutura social, como o avanço das relações capitalísticas de produção, surgem como adaptações, tanto internas quanto externas, a este novo contexto de reprodução. Este processo é marcado pela crescente perda da autonomia tradicional do grupo, como resultado da integração e subordinação à sociedade. Os tempos de trabalho e de produção passam a ser equivalentes, superando-se, assim, a lacuna do tempo “natural” de desenvolvimento da atividade (e da vida). Ou seja, o tempo de trabalho e produção (e de vida) acelera na medida em que aprimoramentos técnicos são disponibilizados ao agricultor. Quanto mais artificial é tornada a atividade, mais artificial se torna o tempo, mais o cotidiano do campo se funde ao da cidade.

Mesmo assim, a agricultura familiar atende por uma especificidade que associa racionalidade e subjetividade de maneira muito mais estreita que em outros sistemas da sociedade. Basta para exemplificar tal exposição, dizer que o meio de produção é de propriedade do próprio agricultor/camponês e que sua rotina opera



exclusivamente em um mesmo ambiente, diferentemente do que ocorre com o trabalhador urbano. Assim, expõe Brandenburg (1999, p. 86),

Na produção familiar, as várias dimensões que justificam a conduta dos agricultores nem sempre atuam de forma dissociada, como nos demais sistemas da sociedade moderna. É verdade que a especialização do trabalho e a organização dos sistemas auto-regulados da sociedade impõem um ritmo às atividades agrícolas que cada vez mais se distanciam do ritmo da natureza. [...] A esfera do trabalho não é separada do âmbito privado, do mundo vivido cotidianamente como se realiza em outras atividades (BRANDENBURG, 1999, p. 86).

Para o autor (idem, p.87), esta é a chave para desvendar a “moderna organização familiar de produção”. É assim que o agricultor familiar/camponês se constitui num sujeito de sua existência, considerando que este atua “para dar sentido à sua identidade dentro de um sistema presidido pela razão instrumental” (BRANDENBURG, 1999, p. 41). A associação entre subjetividade e racionalidade mantém um elo de ligação entre o homem e a natureza (embora esta já não seja a natureza original) que a razão e a racionalidade do sistema hegemônico não conseguem romper. Para Brandenburg (idem, p.39),

O sujeito, ao mesmo tempo que deseja o progresso técnico, quer seja para produzir mais ou para aliviar o peso de trabalho físico, luta contra a racionalidade instrumental à medida que o transforma em instrumento ou o reduz a objeto. É por isso que o sujeito da modernidade luta por liberdade, por independência, pelo exercício de suas crenças e pela prática de seus valores, enfim, uma liberdade que supõe escolhas e ao mesmo tempo a possibilidade de operá-las, em face das restrições do mundo exterior; de programar um **projeto de vida**, e construí-lo enquanto constrói-se a si mesmo como sujeito (BRANDENBURG, 1999, p. 39 – grifo do autor).

Por isso, estudar o sistema familiar de agricultura impõe considerá-lo dentro de um sistema maior no qual está inserido, total ou parcialmente, mais ou menos afetado por decisões que escapam à sua alçada. Curiosamente, é o próprio avanço desse sistema, no seu movimento de homogeneização global, que acaba por gerar forças de resistência impulsionadas por fatores econômicos e de exclusão social que desencadeiam reações locais contra a tentativa de dominação espaço-temporal. É a eclosão da força do lugar, sentida e vivida no cotidiano do sujeito como uma alternativa à dominação. Nesse sentido, a agroecologia emerge como uma possibilidade verdadeira para uma agricultura sustentável e de acordo com os preceitos que norteiam a lógica da agricultura familiar/camponesa, tão perseguida e

castigada pelo modelo convencional da agricultura (vida) moderna/industrial, hoje hegemônicos.

### **3.2 Sustentabilidade e agroecologia como alternativas para agricultura familiar**

Tempo/espaço são o resultado da nossa constituição como sociedade moderna. São um produto do aumento incessante da capacidade humana de descobrimento, criação, produção e reprodução de um meio altamente artificializado, cada vez mais condicionado aos objetivos específicos estabelecidos pelos agentes hegemônicos que dominam o sistema mundo atual, incluindo-se evidentemente o seu discurso.

O progresso técnico-científico-informacional atual não se constituiu ao acaso no tempo/espaço e nem tampouco a industrialização/urbanização se solidificou (pelo menos por enquanto) como um evento de causas naturais, como se o homem inevitavelmente chegaria aonde chegou. O que ocorre é que o caminho percorrido pela sociedade global (especialmente a Ocidental) até o seu estágio atual foi construído a partir de escolhas específicas e determinantes durante o movimento histórico do tempo/espaço.

A ruína do feudalismo, o despertar do capitalismo, as expedições ultramarinas, as colônias, as revoluções burguesas e industriais, as guerras e conflitos, regimes autoritários, a expansão do sistema financeiro e a “redução do planeta” associada ao aprimoramento dos meios de comunicação indicam a supremacia de um modelo de sociedade que há muito vem tomando forma. No entanto, existe um momento específico no qual ocorre uma verdadeira aceleração desse processo e cujas consequências vem suscitando cada vez mais estudos e trabalhos.

Ao que se convencionou denominar como desenvolvimento é, na verdade, a assimilação irracional de um modelo de sociedade pautada por uma visão do mundo difundida graças ao poder econômico do país que o concebeu, os Estados Unidos. É a partir da década de 1960, com o acirramento da chamada “Guerra Fria”, que a visão estratégica estadunidense passa a ser fomentada e o desenvolvimento via

industrialização/cientificação ganha impulso e defensores. Com esse impulso, ganha corpo também o paradigma que veio a dominar a ciência moderna. Arraigada no empirismo de Francis Bacon, no racionalismo de Descartes e no positivismo de Comte (Costa Gomes e Borba, 2004), o sistema mundo foi partilhado, reduzido às menores partes possíveis em busca da grande verdade. O homem conquistou o conhecimento ao nível microscópico, mas relegou a importância do todo ao quase total esquecimento.

Os grandes males que assolam o planeta e a sociedade atualmente têm significativa participação na eclosão desse modelo de “desenvolvimento” que, diga-se de passagem, quanto mais avança, mais violento torna seu impulso de prosseguir no caminho. Ainda temos nesse modelo a “política oficial” de muitos Estados que, ignorando o seu caráter excludente, não são capazes de perceber (ou se mostram insensíveis a isso) que tais problemas são estruturais e não conjunturais. Por exemplo, no Brasil, neste momento, vários setores da sociedade se mobilizam buscando alterar as leis de proteção ambiental sob o argumento de que estas podem frear o desenvolvimento econômico. Para tanto, a busca por soluções a tais problemas devem passar, obrigatoriamente, pela construção de um novo paradigma científico e de um novo modelo de desenvolvimento, o que sem dúvida, implica uma nova sociedade, menos desigual, menos artificial/racional e mais subjetiva.

É dessa nova perspectiva para o campo, especialmente, para a agricultura familiar, que este capítulo busca tratar, enfatizando a agroecologia como um modelo para um desenvolvimento sustentável, em sintonia com as causas sociais e ambientais que estão diretamente associadas ao desenvolvimento econômico.

### **3.3 O desenvolvimento sustentável e a agroecologia**

Antes de mais nada, cabe salientar a ambiguidade dos termos “sustentável” e “sustentabilidade”. Como diz Altieri (1998, p. 16), o termo sustentável “é controverso e quase sempre mal definido”, mas, segundo o autor (idem), tem demonstrado sua utilidade ao reconhecer que a evolução dos sistemas naturais e socioeconômico têm afetado diretamente a agricultura. Para Altieri (ibidem), é impossível resolver o problema da sustentabilidade somente como um desafio tecnológico. Aliás, o aprimoramento tecnológico incessante e a submissão dos agrossistemas a essa

dinâmica cada vez mais intensa coordenada por grandes grupos científicos, industriais e financeiros são os grandes responsáveis pela crescente exclusão que esse modelo de desenvolvimento vem impingindo às sociedades, especialmente em países como o Brasil.

As frequentes crises econômicas que ocasionaram a derrubada de preços dos produtos primários e matérias-primas e o encarecimento de bens de produção, dos combustíveis e dos insumos agrícolas no decorrer do século XX acenderam um sinal de alerta na comunidade internacional sobre a eficácia do modelo de desenvolvimento difundido no mundo, após a Segunda Guerra Mundial, pelos Estados Unidos. Visto apenas como uma evolução contínua do saber científico (aprimoramento técnico e crescimento financeiro), o modelo estadunidense excluiu o fator social de sua estrutura e submeteu as sociedades às suas dinâmicas. A agricultura fez parte do “pacote de transformações” que reconfiguraram o espaço e as temporalidades, adicionando novos lugares e excluindo outros do processo de mundialização do mercado. A globalização beneficiou amplamente o capital em detrimento às sociedades humanas, especialmente aquelas que não puderam pagar pelo desenvolvimento.

Encarada sob esse prisma, a sustentabilidade proposta por esse modelo de desenvolvimento não ultrapassa a esfera econômica. As demais esferas (social e ambiental) ou são tratadas como possibilidades ou são entraves ao desenvolvimento desejado e geralmente são geradoras de rugosidades no espaço. Não é à toa que a evolução desse modelo é sinônimo de exclusão social e de danos ambientais. O lucro líquido é o objetivo máximo e os entraves à obtenção de tal objetivo precisam ser superados. Dessa forma, a busca pelo crescimento infinito através de recursos finitos é vista como uma tarefa a ser superada pelo progresso técnico-científico.

Por outro lado, as demandas ambientais e sociais por um novo modelo de desenvolvimento ganham força no cenário mundial e brasileiro, trazendo no bojo de suas reivindicações, a incorporação de questões não previstas pelo modelo vigente. Nesse sentido, Brandenburg (1999) traz uma importante contribuição sobre esse processo de estruturação de um novo modelo. Para o autor (idem, p.44),

[...] o desenvolvimento é um processo interno de construção social de uma sociedade, através de vários atores que se realizam enquanto sujeitos desta construção. Segundo essa perspectiva, desenvolver não significa progredir em direção ao reino da razão, mas possibilitar a expressão da multidimensionalidade da natureza humana, através da construção de

sociedades livres e integradas a uma ordem social diversa (BRANDENBURG, 1999, p. 44).

O progresso humano não pode se pautar pelo desequilíbrio ecológico e pelo absurdo abismo que separa homens e sociedades. Tais considerações valem também para o desenvolvimento rural e vêm a instigar pela emergência de novos modelos de agricultura (e agricultores) capazes de uma simultaneidade de decisões e ações que beneficiem a si, à preservação dos recursos ambientais e, conseqüentemente, aos seus descendentes. Para Altieri (1998, p. 17),

a emergência da agroecologia como uma nova e dinâmica ciência representa um enorme salto na direção certa. A agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (ALTIERI, 1998, p. 17).

É com esses objetivos que a agroecologia emerge como uma ciência<sup>28</sup> capaz de fornecer os aportes necessários na construção de um verdadeiro desenvolvimento sustentável, profundamente comprometido com a preservação e/ou recuperação dos recursos (e diversidade) ambientais, de forma que homem e ambiente não sejam condenados à disputa entre desiguais patrocinada pelo modelo atual, e a construção de um projeto de longo prazo. Segundo Costa Gomes e Borba (2004, p. 12),

A verdadeira Agroecologia, além da produção limpa, trata da ética e da solidariedade na produção e no consumo, busca o desenvolvimento endógeno e local, a independência dos agricultores e não a sua subordinação a “donos” do conhecimento e da tecnologia. Usa a livre circulação do conhecimento como uma estratégia para a equidade e a justiça social, defende a manutenção da biodiversidade ambiental, natural, social e cultural (COSTA GOMES e BORBA, 2004, p. 12).

Assim, a agroecologia prima pelo equilíbrio no uso dos recursos disponíveis, tendo em vista a preservação das condições de produção em longo prazo e de forma que o trabalho executado hoje não seja sinônimo de esgotamento de possibilidades para as gerações futuras. É nesse sentido que ela vem ao encontro do principal objetivo do agricultor familiar/camponês, que é a reprodução social e

---

<sup>28</sup> Para autores como Sevilla Guzmán, Altieri e Costa Gomes, a Agroecologia trata-se de uma ciência, ainda que em construção, mas dotada de produção e sistematização de conhecimentos onde o agricultor desempenha um papel fundamental e que não lhe é atribuído pela agricultura convencional; outros autores, como Leff, preferem tratá-la como um saber específico, mais um modo de fazer agricultura, embora reconheçam sua imbricação com o desenvolvimento sustentável.

manutenção do seu grupo. Ou seja, a negação à submissão às temporalidades hegemônicas, processo decorrente do condicionamento do trabalho pelas integradoras agroindustriais, especialmente na agricultura familiar, fato tão comum em vários municípios do norte do Rio Grande do Sul, requer a estabilização da atividade e a manutenção do poder de decisão do agricultor sobre seu trabalho.

Para Schneider (2004, p. 96 – 97),

Nesta nova abordagem do desenvolvimento rural ganha especial relevo o papel dos agricultores, que passam a orientar suas práticas produtivas não mais segundo o padrão agricultor-empresário profissional, mas crescentemente, para o modelo de um agricultor-camponês, que é autônomo, domina tecnologias, toma decisões, controla e gestiona processos, enfim, decide sobre seu modo de viver e trabalhar nos marcos de uma sociedade capitalista (SCHNEIDER, 2004, p. 96 – 97).

Altieri (1998, p. 21), citando Chambers<sup>29</sup>, diz que a Agroecologia fornece as condições necessárias para que a comunidade trace seus objetivos e atividades de projetos de desenvolvimento, fazendo dos camponeses os próprios “arquitetos” para tal. É consenso entre autores como, Altieri, Guzmán, Costa Gomes e Wizniewsky que não há desenvolvimento sustentável sem a preservação da diversidade e que esta é elemento fundamental para a agricultura sustentável. Para a pequena propriedade familiar/camponesa, que opera sob a lógica de autoabastecimento, mas que também busca sua inserção em mercados não dominados pelo monopólio do grande capital, a Agroecologia traz a reconstituição do saber histórico do agricultor, construído através de gerações como o fundamentador de suas decisões e ações em consonância com todas as especificidades envolvidas no processo. Conforme Costa Gomes e Borba (2004, p. 10),

Para a Agroecologia, a agricultura é fruto de um processo de coevolução entre uma sociedade específica e seu ecossistema, portanto, trata-se de uma realidade complexa que envolve processos sociais e ecológicos. De tal forma que, numa visão ampliada do desenvolvimento rural, se aborde a realidade desde uma visão mais integral, em que os processos ecológicos e sociais sejam considerados, a ponto de que a intervenção, ao mesmo tempo, destape fragmentos poucos visíveis da realidade estudada, e seja apropriada pelos atores sociais envolvidos (COSTA GOMES e BORBA, 2004, p. 10).

Nesse caso, a práxis agroecológica rompe com a ideologia da neutralidade do conhecimento científico que alicerça o modelo convencional de agricultura. Assim, o controle se exerce de dentro da propriedade, é local, e a velocidade das decisões e

---

<sup>29</sup> CHAMBERS, R. *Rural development: putting the last first*. London: Longman, 1983.

das ações é dada pelo cotidiano, pela interpretação e interrelação entre homem e natureza aprendida no dia-a-dia de sua existência desde a infância. Tempo de trabalho e tempo de produção estão intimamente relacionados ao “tempo natural” do processo, comandado pela sua evolução espontânea. O resultado do trabalho é de propriedade do trabalhador. Renda da terra e renda da natureza<sup>30</sup> não são apropriadas pelo poder privado, mas são a recompensa do agricultor pelo trabalho demandado. O cotidiano reassume o seu tempo no lugar, e o ritmo dos processos tende à naturalidade da vida e não mais à artificialidade da fábrica.

Para Sevilla Guzmán (1997, p. 29),

[...] la estrategia agroecologica podría ser definida con el manejo ecológico de los recursos naturales que incorporando una acción social colectiva de carácter participativo, permita el diseño de métodos de desarrollo sostenible. Ello se realiza a través de un enfoque holístico y una estrategia sistémica que reconduzca el curso alterado de la coevolución social y ecológica, mediante el establecimiento de mecanismo de control de las fuerzas productivas para frenar las formas de producción degradantes y expoliadoras de la naturaleza y de la sociedad, causantes de la actual crisis ecológica (SEVILLA GUZMÁN, 1997, p. 29)<sup>31</sup>.

Para tanto, como aponta Wizniewsky (2001), a estratégica agroecológica incorpora as dimensões ecológica, social e econômica, num enfoque abrangente e que busca reintegrar a noção de totalidade perdida com o desmembramento do conhecimento e da realidade produzida pelo modelo científico dominante e reproduzido pela agricultura convencional/moderna. É nesse sentido que caminha o desenvolvimento rural sustentável e a práxis agroecológica, buscando reconstituir o sujeito agricultor familiar/camponês de um sentido que conjugue racionalidade e subjetividade em um tempo que não lhe soa estranho, pois é o tempo de sua existência e de suas necessidades.

Contudo, para que tais transformações produzam uma verdadeira transformação no tempo/espço, não basta resultarem de ações isoladas e desconexas. É preciso contar com o apoio de importantes agentes (como o Estado e

<sup>30</sup> "Renda da natureza" é um conceito proposto por Roberto José Moreira (ver referências bibliográficas). Para o autor (2007, p. 52), “a renda da natureza é apropriação privada, uma apropriação mercantil da cultura”.

<sup>31</sup> Minha tradução: “a estratégia agroecológica poderia ser definida como o manejo ecológico dos recursos naturais que incorporando uma ação social coletiva de caráter participativo, permita o desenho de métodos de desenvolvimento sustentável. Ela se realiza através de um enfoque holístico e uma estratégia sistémica que reconduza o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante o estabelecimento de mecanismo de controle das forças produtivas para frear as formas de produção degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade, causadoras da atual crise ecológica”.

suas instituições), que venham a ser fomentadores de um processo de desenvolvimento voltado às suas peculiaridades, às suas comunidades locais (que no caso brasileiro são muitas e variadas) e fazer disso um legítimo fator de integração e desenvolvimento nacional.

Tal processo deve reconsiderar qual a função que se quer da terra: se um fator de acumulação e reprodução de capital, ou se um meio de redução de desigualdades sociais e equidade de perspectivas para todos que dela dependem, direta ou indiretamente. Parece claro que, para se atender à segunda hipótese, à qual a agroecologia tem muito a contribuir, o modelo atual – dominante – de desenvolvimento, pautado pela concentração e apropriação da renda da terra pelos agentes hegemônicos, precisa ser revisto pelo Estado, que é quem de fato possui os instrumentos capazes de interferir nesse processo. É por isso que a questão agrária tem sido historicamente um dos principais fatores a gerar desequilíbrios na afirmação do capitalismo brasileiro. Além disso, a Reforma agrária, embora necessária, ainda é um tabu para a nossa sociedade.

### **3.4 Agroecologia e conquistas da agricultura familiar na Coopava**

A incorporação da *práxis* agroecológica representou para o grupo que compõe a Coopava o maior salto qualitativo em sua condição de agricultores familiares cooperativados. Esta é uma constatação básica que se tem ao conversar com as pessoas. Muito mais que ganhos de mercado, a agroecologia representou e representa para o grupo uma nova postura frente aos desafios cada vez maiores de se produzir com o menor impacto ambiental possível, preservando os recursos para as gerações vindouras.

Em nível de conhecimento, a agroecologia permitiu com que o grupo revertesse a sua perspectiva quanto à tecnologia. EA2 diz que não é contra a tecnologia, já que a considera algo fundamental para o trabalho humano de intervenção no ambiente, mas também afirma ser radicalmente contra o discurso tecnológico que obriga as pessoas a assumir compromissos com instrumentos e recursos cada vez mais avançados sem antes discutir a viabilidade social, ambiental e econômica desses recursos. Em suas palavras,



Muitas vezes, o modelo, ou as pessoas, os governantes ficam incentivando essa questão mais do agronegócio, grandes máquinas, grandes invenções... eu não sou contra as grandes invenções. Mas tu tem que levar em consideração as pequenas invenções. Tu podes desenvolver tecnologia simples e sustentável. A gente tem conseguido contribuir com as plantas, a recuperação de solo, a nutrição das plantas aproveitando os recursos naturais... o próprio agricultor faz aquilo que ele conhece... nas técnicas tradicionais tem muita coisa... historicamente... tecnologias bem antigas mas são sustentáveis e que tu pode ir aprimorando ela, estudando, aperfeiçoando, acumulando mais inovações.

Não por acaso, a agroecologia teve e tem esse caráter. Liberta o agricultor familiar desta obrigação em buscar a constante racionalização em troca de um aprendizado cotidiano, transmitido verbalmente. É assim que o grupo da Coopava tornou-se criador de tecnologias. Tecnologias estas apropriadas às suas necessidades, ou melhor, às necessidades do seu lugar. O biofertilizante, visto na figura 5, é um grande exemplo disso. A mistura, que pode ser usada tanto na pulverização das plantas, quanto como adubo líquido, é resultado do resgate de um conhecimento “antigo” e que foi aprimorado pelos próprios agricultores do lugar.



**Figura 5 - preparo do biofertilizante**

A mistura leva água, leite, esterco bovino, melaço e minerais.

Autor: Edinho Carlos Kunzler

A evolução do grupo para o modelo agroecológico não se fez de forma espontânea. Antes disso, o caminho trilhado teve por base constatações do trabalho cotidiano, que conduziram às reflexões e às discussões. Se o trabalho coletivo era discutido quase que permanentemente desde os tempos de acampamento, o mesmo não acontecia com a agroecologia. E o objetivo principal do grupo quando fora assentado era trabalhar cooperativamente, mesmo que essa cooperação não fosse oficializada, algo que mais tarde tornou-se necessário devido às responsabilidades que tal projeto exigia. Mas a cooperação teve papel fundamental, pois permitiu que o grupo todo discutisse o problema e buscasse uma outra perspectiva. Nas palavras de EA1,

Claro que nós trabalhamos nesses primeiros anos no modelo convencional, usando veneno. Enfim, dois anos nós trabalhamos assim, mas orientado “isso vai trazer problema disso, daquele outro”; já teve gente que se intoxicou com o veneno; teve tratorista que disse “eu não vou mais passar veneno”... Então, foi forjando essa discussão. Essa sementinha de que nós deveríamos romper com o modelo foi trabalhando... Se nossos pais não precisavam de adubos químicos, não precisavam utilizar veneno, por que nós precisávamos utilizar?

É notório o fato de que os questionamentos sempre atuaram como molas propulsoras do grupo. E que a decepção inicial com o cultivo de grãos os ensinou a respeitar os limites naturais do ambiente. Portanto, o florescimento da ideia de que outro modelo não só era possível como era desejável, foi sendo embasado e estruturado aos poucos. Dessa maneira, o desenvolvimento deixou de ser visto pelo grupo apenas como uma questão de sucesso econômico ancorado no acúmulo de capital e/ou acréscimo de conforto para as famílias.

Nessa nova perspectiva, os agricultores rompem com o perfil de simples executores de atividades planejadas para a racionalidade da agricultura convencional, e passam a coordenar suas ações em busca de um objetivo amplo, definido por todos. Assim, a definição do que fazer, como fazer e com qual apoio técnico deixa de ser uma decisão imposta verticalmente, fora da alçada de controle do grupo. Como foi explicitado na citação anterior de EA1, todas as famílias já tinham experiência prévia e conhecimentos prévios, construídos com seus pais e seus avós. E, mais que as experiências, foram muito importantes os exemplos de que era possível manter uma produção livre de agentes contaminantes.

Liberdade, neste caso, também indica maiores responsabilidades e envolvimento no projeto, pois do trabalho de cada indivíduo é um pilar na

sustentação do conjunto. É dessa maneira que o grupo foi aprendendo a tirar proveito de sua condição e das condições de produção que o lugar lhe fornecia. Baseados nesse princípio que criaram a COOPAVA, em agosto de 1995, com vistas a formalizar a união das famílias em torno deste projeto coletivo e assim estabelecer melhores condições para o seu desenvolvimento.

Como EA4 afirma, o objetivo dessa organização é justamente difundir a informação, e não controlá-la. Estruturada dessa forma, um conhecimento construído em um setor pode, muito bem, ser discutido e incorporado pelo outro. É o caso, por exemplo, dos chás utilizados pelo grupo que trabalha na ordenha para a desinfecção dos tetos das vacas (ver figura 6). Também é o caso dos restos de matéria orgânica, incluindo os dejetos animais, utilizados para compostagem ou na produção do biofertilizante.



**Figura 6 - ordenha do gado leiteiro**

Desinfecção dos equipamentos e do teto das vacas é feito com chás, seguindo uma rotação de plantas e ervas para reduzir o risco de resistência do agente infectante.

Autor: Edinho Carlos Kunzler

É notório também o acréscimo em qualidade e diversidade que a produção do grupo alcançou com o modelo agroecológico. Se no princípio a intenção era ser “granjeiro coletivo”, hoje o que a paisagem mostra é uma riqueza de espécies de

plantas e animais completamente diferente dos desertos verdes criados pelas monoculturas. O grupo conseguiu constituir uma base de produção, especialmente para o autoconsumo, mas também para a comercialização em alguns casos (como o leite, os produtos das hortas coletivas e as frutas, especialmente o pêssego), que o desligou quase que por completo da dependência de comprar produtos e gêneros alimentícios além das divisas do assentamento. À exceção, entre os produtos básicos de alimentação, temos apenas produtos que não podem ser cultivados ou obtidos localmente, como arroz, açúcar cristal e/ou refinado e sal. Sem dúvidas, é um ótimo resultado para quem busca a permanência no campo e a independência econômica.

Mas, como dito anteriormente, a diversidade não tem sido uma conquista isolada do grupo. Por fazer parte de um manejo e de um ideal onde não existem “restos”, mas sim matérias-primas para serem empregadas em outras finalidades, substituindo os agentes sintéticos artificiais, o grupo conseguiu fazer de seus cultivos e suas criações exemplos de qualidade. Tanto é verídica essa afirmação que se pode constatar através da grande demanda por produtos das hortas comunitárias e do leite (hoje em cerca de cinco mil litros por semana). A participação em projetos como o PAA da CONAB, que compra e repassa os produtos das hortas para entidades carentes e escolas, é um bom exemplo disso. Mais que a qualidade da aparência, tão em voga nos centros consumidores, é a qualidade do conteúdo o grande atrativo, já que todo o processo de produção é limpo. E como o ambiente responde bem ao processo, pois este não é agressivo, obtém-se produtos também de boa aparência, como se pode ver na figura 7.

Outra grande conquista na qual os preceitos agroecológicos têm fundamental contribuição, tanto para o grupo quanto para o ambiente, é a melhoria da qualidade do solo. EA2 relatou que este tem sido o feito que mais o orgulhou desde a implantação do assentamento. A monocultura que cedeu lugar à diversidade produtiva, a preservação da cobertura natural de gramíneas, e a recuperação de solo promovida com o reaproveitamento de toda matéria orgânica disponível são elementos fundamentais para o êxito do processo. Concomitante a isso, houve uma recuperação da fauna da região, especialmente o repovoamento por diferentes espécies de pássaros. Segundo relatos, não existiam pássaros no local quando da formação do assentamento, uma consequência da monocultura acompanhada do manejo degradante dependente de produtos sintéticos.



**Figura 7 - produtos da horta**

O maior ganho com a agroecologia está no alimento livre de agentes contaminantes.

Autor: Edinho Carlos Kunzler

Assim, o enfoque agroecológico que permeia o processo de desenvolvimento conduzido pelos agricultores familiares em torno de uma estrutura coletiva, representado pela COOPAVA, tem aberto novas possibilidades para a concretização do projeto de reprodução social. E esse projeto não se desenvolve isolado do mundo. Ele é aberto, busca novas alternativas constantemente, cria redes de relações, como no caso dos parceiros que atuam nas discussões sobre os rumos do grupo, e apresenta resultados práticos. E o CAPA<sup>32</sup> tem sido um parceiro estratégico nessa jornada, pois age na ponta do processo onde o agricultor familiar tem as maiores dificuldades para chegar, que é o mercado consumidor.

A influência da instituição foi fundamental, por exemplo, na formação de uma marca para os produtos processados da cooperativa (leite integral pasteurizado, geleia de pêssego orgânico, *schmier* de pêssego orgânico), a Terra Livre (ver figura 8 e Anexo D). Assim como tem auxiliado na comercialização de sementes crioulas e

<sup>32</sup> O CAPA é uma organização ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana. Trabalha pela organização dos agricultores em associações, cooperativas e redes, permitindo e facilitando a inserção de produtos agroecológicos nos diversos mercados (texto retirado do folheto de divulgação da Rede de Comercialização Vida a Granel).

hortaliças. Foi por intermédio do CAPA que a COOPAVA deu seus primeiros passos rumo à *práxis* agroecológica, como afirmara EA1 e outros assentados e é hoje reconhecida pela responsabilidade com a qual conduz seu trabalho cotidiano. Daí também porque o grupo vem conseguindo ampliar o mercado para seus produtos e tem buscado alternativas para novos empreendimentos, tendo em vista sempre a preocupação social e ambiental que norteiam suas decisões.



**Figura 8 - os produtos Terra Livre**

A marca Terra Livre, da COOPAVA, tem se convertido em sinônimo de responsabilidade social e ambiental.

Autor das fotos e montagem: Edinho Carlos Kunzler

Dessa maneira, através da orientação do CAPA, a cooperativa conseguiu ingressar na Rede de Comercialização de Produtos Orgânicos e Coloniais, o que tem permitido, juntamente com a indústria do leite, uma estabilização econômica do grupo associado. Ademais, como EA9 mencionou, embora a maior parte dos ganhos financeiros obtidos com a associação sejam direcionados à manutenção e ampliação das atividades nas quais a cooperativa está envolvida, a grande vantagem econômica que as famílias associadas têm obtido é a renda mensal fixa.

E esse fato é um marco muito importante no projeto de estabilização e permanência do agricultor familiar no campo. Embora a renda fixa mensal gire em torno de um salário mínimo por família, tal recurso é um capital adicional ao seu trabalho, já que esse recurso é pouco comprometido com gastos como a alimentação. E esse não comprometimento da renda com a alimentação traz benefícios mais amplos que não apenas o econômico. Para EA3,

É importante falar em saúde... Nós como trabalhávamos com agrotóxico, o pessoal vivia doente, baixando hospital. Depois disso, graças a Deus, não se vê uma pessoa doente... A saúde melhorou 100%! Não vê uma criança desnutrida, nada! [...] O que você comer aqui, sabe que é um produto sadio, que não tem veneno, não tem nada. Isso, para nós, custou a cair na real, mas acho que todas as famílias estão tendo essa compreensão.

Assim, ensejando uma nova realidade, construindo objetivos comunitariamente e buscando as soluções para os seus problemas de forma coletiva, o grupo construiu um modelo de desenvolvimento onde ele é o sujeito central do processo. Os benefícios advindos extrapolam o simplismo estabelecido pelo economicismo da agricultura convencional, mas exigem uma constância e uma dedicação à causa que pode espantar aos mais acomodados. Por não acreditar na eficiência prometida pelo pacote tecnológico convencional, o agricultor familiar vê-se também na condição de produtor de conhecimento e não apenas como reprodutor.

Desse modo, o agricultor constrói a sua atividade, as suas relações e o seu cotidiano em compasso com as suas necessidades, com as necessidades do seu grupo e do ambiente onde atua. E o faz compartilhando as riquezas do processo com o seu entorno, construindo novas relações econômicas e de confiança, rompendo as barreiras do preconceito construídas com base na desinformação e na manipulação pelo poder dominante.

## 4 DISCUSSÕES ACERCA DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Não haveria como discorrer sobre um tema tão complexo como o abordado neste trabalho sem adentrar em outro tão ou mais intrincado e que é o grande expoente da matriz teórica da Geografia: o espaço. Assim, para dar início a estas reflexões, é imprescindível situar minhas colocações a partir de teorias já devidamente fundamentadas e que são, como dito anteriormente, a base do conhecimento geográfico construído no decorrer dos anos por diversos críticos e estudiosos, dentre eles, Milton Santos, o principal referencial teórico adotado neste trabalho.

A discussão desenvolvida neste capítulo terá por objetivo construir um marco referencial com vistas a atender uma visão sobre *organização espacial*. Para tanto, sendo o espaço um complexo sistema de sistemas, que contém e é contido, como definiu Santos (1985), ele por si só não se explica e não se expõe. É preciso, para tal trabalho, acionar e referendar outros conceitos que estão imbricados nesta concepção e que fazem parte de um todo que segue uma ordem dentro dos limites existentes, reais ou artificiais, mas que, invariavelmente, existem e agem de maneira indissociável no processo de transformação do qual também fazemos parte e somos força propulsora.

### 4.1 Natureza e espaço

Não tem sido rara, embora o atual estágio de desenvolvimento teórico da Geografia já tenha definido claramente a ambos, a confusão estabelecida ao se buscar definir e diferenciar espaço e natureza. A menção de espaço como sendo uma instância essencialmente material, portanto visível e mensurável a partir de técnicas quantitativas, e relacionado ao ambiente natural está superada.

O espaço que a Geografia trabalha e o qual é proposto nesta dissertação é aquele considerado como um “*fator* de evolução social e não apenas como uma condição”, de acordo com o que propusera Santos (1985, p. 1). Trata-se, sem dúvidas, de uma visão extremamente abrangente e complexa pois, de acordo com esse conceito, nosso espaço não apenas contém outras instâncias como é contido



por elas. Isso significa dizer que o espaço não é um ente fixo, mas sim um processo constante que, ousado dizer, jamais encontrará seu estágio de perfeito equilíbrio, pois possui vida própria na medida em que o seu grande motor – o homem e a sociedade – são também os principais afetados por seu movimento incessante.

Logo, o espaço não é apenas o “meio natural”, mas também o é. E é social. E por ser social, é econômico, é histórico, é político, é ideológico. E, por ser assim, é carregado de símbolos, referências, atitudes e culturas que interagem entre si, que se deslocam sistematicamente em busca do novo, mas que tem no velho o seu alicerce. Nada é criado da estaca zero e toda essa re-criação é artificial. Logo, o espaço também é artificial, bem como o “meio natural”. Diz-nos Santos (1994, p. 90),

O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos, ao lugar e a seus habitantes. Neste nosso mundo se estabelece, por isso mesmo, um novo sistema da natureza, uma natureza que, graças exatamente ao movimento ecológico, conhece o ápice de sua desnaturalização (SANTOS, 1994, p. 90).

Como o próprio autor nos apresenta, a natureza como “meio natural”, hoje, não existe mais. O que existe é um ambiente artificial, já transformado, direta ou indiretamente pelo homem. O próprio homem, há séculos, vem se afastando de sua condição natural. Sua existência, hoje e cada vez mais, é atrelada à existência de um mundo artificializado, de objetos e técnicas<sup>33</sup> criados tendo objetivos específicos por cumprir, em detrimento às “generalidades” do meio natural.

Sendo assim, o espaço é um sistema de objetos e ações, composto por fixos e fluxos, pontos luminosos e pontos opacos, onde a aceleração do tempo contemporâneo e/ou temporalidades mais lentas estabelecem a ordem entre os lugares, respectivamente: o lugar do mandar e o lugar do fazer, num contexto onde a técnica tem sido o principal meio de relação entre o homem e o meio (Santos, 1997).

Conforme Milton Santos (1985), a busca pelo desvendamento deste espaço evoca as categorias estrutura, forma, processo e função<sup>34</sup>, tendo sempre em vista que este se apresenta e se permite perceber nas especificidades dos lugares e no nosso tempo presente, ou seja, no cotidiano. Passado e presente se sobrepõem, ensejando novos objetos, novas formas, processos e funções, requalificando a

---

<sup>33</sup> Ver item 4.5.

<sup>34</sup> Ver item 4.4.

estrutura e produzindo um futuro onde a artificialidade é a tônica cada vez mais evidente. Contudo, o novo não substitui por completo o velho, mas o reinsere no contexto estrutural quer seja como uma possibilidade quer seja como um limitador. Isso deixa marcas na paisagem, definidas por Santos como rugosidades. É o velho existindo e conduzido à ação em função do novo, do porvir.

A natureza contemporânea, como já dito anteriormente, não se trata mais de uma natureza “natural”, mas sim de uma natureza artificializada pela ação humana transformadora. Como expusera Santos (1994, p. 17),

O homem se torna fator geológico, geomorfológico, climático e a grande mudança vem do fato de que os cataclismos naturais são um incidente, *um* momento, enquanto hoje a ação antrópica tem efeitos continuados, e cumulativos, graças ao modelo da vida adotado pela Humanidade (SANTOS, 1994, p. 17).

O que hoje chamamos de impactos ambientais e sociais da ação do homem, como a mecanização do campo, é, portanto, o reflexo de seu entendimento sobre a construção de um mundo ideal construído à base da concentração: urbana, populacional, econômica, política, científica e de poder. É o nosso espaço, o extremo oposto da natureza original.

## 4.2 Os elementos do espaço

O espaço é dotado de elementos que fazem parte da sua estrutura. Grosso modo, tais elementos formam a estrutura espacial, mas cada um desses elementos é também um conjunto de sistemas. De acordo com Santos (1985, p. 6), os elementos do espaço seriam “os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas”.

Há de se notar que, embora tais elementos sejam universais, o valor atribuído a cada um deles na organização espacial não é absoluto, mas apenas relativo. Devemos isso ao fato de que cada lugar<sup>35</sup> é único, ou seja, as variáveis existentes jamais se repetem, se distribuem e operam nas mesmas condições em diferentes locais. Este é também o segredo de porque “receitas de desenvolvimento” dos países avançados não podem (ou não poderiam) ser transplantadas em países

---

<sup>35</sup> Ver item 4.3.

como o Brasil. Por exemplo, os avanços técnicos que foram a base do desenvolvimento da agricultura nos países do Norte (notadamente na América do Norte e na Europa Ocidental), nos países do Sul foram diretamente responsáveis pelo aprofundamento da desigualdade social e pela geração de conflitos.

Neste sentido, como Santos já afirmara em 1985, embora a existência dos elementos seja fixa, sua ação é variável porque é histórica. Sendo assim, não só conduzem processos de transformação como são modificados por tais processos, alterando valores e sua importância na organização espacial, mas permanecem invariavelmente presentes, criando possibilidades e/ou limitações para movimento de evolução espacial. Como afirma Santos (1985, p. 11),

A questão não é, pois, de levar em conta causalidades, mas contextos. A causalidade poria em jogo as relações entre elementos, ainda que essas relações fossem multilaterais. O contexto leva em conta o movimento todo. [...] Somente através do movimento do conjunto, isto é, do todo, ou do contexto, é que podemos corretamente valorizar cada parte e analisá-la, para, em seguida, reconhecer concretamente esse todo (SANTOS, 1985, p. 11).

Assim, a organização dos elementos espaciais é que dá forma à estrutura espacial. Estrutura que tem uma hierarquia local, mas que também faz parte de uma hierarquia global, já que o espaço é global, é hierarquizado, mas, sobretudo, não é único.

### **4.3 O tempo, o cotidiano e o lugar no espaço**

O espaço é o tempo. Inscrevo-me nessa perspectiva, pois busco tratar do espaço como um processo constante, mas que evolui insistentemente a fim de se tornar cada vez mais eficaz, econômico e racional. E artificial. A ordem, hoje, é preservar o mundo artificial que criamos, incluindo a própria natureza, para que não sejamos forçados a voltar à condição “natural”, à submissão às forças “estranhas”.

Esse processo traz no seu bojo aquilo que Milton Santos chama de aceleração contemporânea (1994). Resultado da banalização da invenção, da evolução do conhecimento, de novos ritmos no transporte de matéria e ideias (p. 30), o tempo atual, cada vez mais rápido nos pontos luminosos do espaço (e, proporcionalmente mais lento nos pontos opacos), torna-se cada vez mais inimigo do entendimento do nosso tempo. Isso nos causa o medo e a angústia pela

incerteza do futuro. Quanto mais rápido se torna o espaço, menos tempo temos para questionar suas transformações. Para Santos (1994, p. 23),

O que, em nosso tempo, seja talvez o traço mais dramático é o papel que passaram a obter, na vida quotidiana, o medo e a fantasia. Sempre houve épocas de medo. Mas esta é uma época de medo permanente e generalizado. A fantasia sempre povoou o espírito dos homens. Mas agora, industrializada, ela invade todos os momentos e todos os recantos da existência ao serviço do mercado e do poder e constitui, juntamente com o medo, um dado essencial do nosso modelo de vida (SANTOS, 1994, p. 23).

Contudo, esse tempo global nos escapa à percepção, daí o motivo do nosso medo. O nosso tempo, aquele em que vivemos, não é global, mas é globalizado. Assim como o espaço, que se globaliza nos lugares e nas pessoas (Santos 1994, p. 31), é, no cotidiano, que sentimos a velocidade das transformações do espaço. Para Lefebvre (1991, p. 24), considerar o cotidiano não se trata de explorar o repetitivo, mas sim de buscar compreender como a atividade criadora de objetos e ações se transforma por modificações ou por saltos. É o cotidiano o nosso tempo de entendimento do mundo. Não é o século que passou ou o que está por vir. É o aqui (o lugar) e o agora (o cotidiano), com as marcas do passado que nos restam (as rugosidades), a indicar uma possibilidade latente de um futuro ainda esperando por acontecer, a nossa instância de ligação com o espaço. Prossegue Lefebvre,

O estudo da vida cotidiana oferece um ponto de encontro para as ciências parcelares e alguma coisa mais. Mostra o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional na nossa sociedade e na nossa época. Determina assim o lugar em que se formulam os problemas concretos da *produção* em sentido amplo: a maneira como é *produzida* a existência social dos seres humanos, com as transições da escassez para a abundância e do precioso para a depreciação (LEFEBVRE, 1991, p. 30, grifos do autor).

Assim sendo, sob a ótica da “produção em sentido amplo”, tem-se um marco referencial para a compreensão da dinâmica social que dá vida ao espaço e que encontra nos diferentes lugares as especificidades que dão ritmo ao cotidiano. Para Santos (1994) o cotidiano, como “quinta dimensão do espaço” (p. 38), juntamente com o lugar, como o “encontro entre *possibilidades* latentes e *oportunidades* preexistentes” (p. 44), possui perspectivas infinitas se considerarmos o espaço como teatro obrigatório da ação. Para Silveira (2001, p. 70),

O Lugar surge como uma existência híbrida, onde se mesclam a razão da racionalidade – a ordem global – e a razão da emoção – a ordem local. Haveria, então, uma hibridação de razões no lugar, conforme uma dialética, nele, de fidelidade ou recusa à ordem global. Pela força da sua razão,

essencialmente comunicacional, o lugar é apto para acolher o futuro (SILVEIRA, 2001, p. 70).

Assim, ensejando novas possibilidades, confrontando temporalidades, objetos e ações hegemônicas e aprofundando a riqueza que só a diversidade é capaz de produzir, o lugar e o cotidiano têm a capacidade de adaptar essa hegemonia dos lugares do mandar. Dessa forma, podem controlar a energia e a informação do processo, construindo um ambiente de descoberta da realidade. Ao contrário, lugares que aceitam e incorporam rapidamente essas transformações tornam-se cada vez mais alheios a si próprios na medida em que se globalizam desesperadamente.

#### **4.4 Estrutura, processo, função e forma**

O sistema espacial, suas temporalidades, seus sistemas de objetos e ações, fixos e fluxos evocam quatro categorias fundamentais para sua compreensão: estrutura, forma, função e processo. Trazidas à discussão por Lefebvre, para quem formas, funções e estruturas “se prestavam a um número considerável, talvez ilimitado, de variações” (1991, p. 36 - 37) e sua unidade constituía o estilo, tais categorias foram essenciais para a formulação teórica da Geografia, especialmente através de Santos.

Ambos os autores atentam para o caráter indissociável dessas categorias. Mas foi o autor brasileiro, que aprofundou seus estudos na direção da construção de uma teoria do espaço, quem melhor definiu e conceituou esses termos. Para Santos, portanto, estas são as categorias do método geográfico. A existência de tais categorias é indissociável, mas é de primeira importância reconhecê-las e defini-las no espaço. Segundo o autor, representam apenas parcelas da realidade quando isoladas, ao passo que tomadas em conjunto e relacionadas entre si “constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade” (1985, p. 52).

Assim, de acordo com Santos (1985, p. 50), tais categorias são definidas como sendo:

*Forma* é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão [...]. *Função*, de acordo com o *Dicionário Webster*, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, instituição ou coisa. *Estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. *Processo* pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo e mudança (SANTOS, 1985, p. 50 – grifos do autor).

Dessa maneira, estas quatro categorias englobam todos os aspectos, componentes e conteúdos do espaço. Materialidade, intencionalidade, racionalidade e emoção perpassam por elas, re-produzindo um espaço que nunca está completo. As especificidades de cada lugar, a velocidade disforme dos diferentes lugares sob constante pressão das temporalidades dos objetos e ações hegemônicos correspondem, invariavelmente, às categorias propostas. Sendo assim,

Quando se estuda a organização espacial, estes conceitos são necessários para explicar como o espaço social está estruturado, como homens organizam sua sociedade no espaço e como a concepção e o uso que o homem faz do espaço sofrem mudanças. A acumulação do tempo histórico permite-nos compreender a atual organização espacial (SANTOS, 1985, p. 53).

A racionalidade e objetividade cada vez maiores das ações ensejam redefinições nas funções, recriando-as, em situações onde cada vez mais velhas formas (rugosidades) recombinadas com formas novas enrijecem a paisagem, estreitando as alternativas de desenvolvimento segundo Santos (1985, p. 55). Sendo assim, as formas encarnam possibilidades e/ou limites para novas funções, personificam os lugares e os inserem na estrutura que conduz um processo permanente de reconstrução do espaço. É esse processo incessante que relativiza o valor de cada objeto, cada ação, cada fixo, cada fluxo que fazem parte do sistema espacial. Como diz Santos (1985, p. 58),

A totalidade do real, implicando um movimento (processo) comum de estrutura, função e forma, é uma totalidade concreta e dialética. [...] Sua evolução é qualitativa e quantitativamente diferente para cada uma delas e também para cada um dos seus componentes. Trata-se de uma evolução diacrônica onde cada variável ou elemento passa por uma mudança de valor relativo em cada mutação. A mudança de valor é relativa no sentido de que só pode ser apreendida como relacionada com o total. Assim é que os lugares – combinação localizada de variáveis sociais – mudam também de valor e de papel à medida que a História se desenvolve (SANTOS, 1985, p. 58).

Portanto, por ser o espaço um permanente processo de renovação/criação, não podemos tornar absolutos os valores específicos dos elementos que compõem

cada uma de suas categorias. A cada período, a cada nova “onda” de renovação, diferentes objetos e técnicas em diferentes lugares são diferentemente transformados e/ou substituídos pelo novo. Quanto mais o espaço se renova, se reinventa maior a sobreposição de “camadas de rugosidades”. Mesmo nos pontos luminosos do espaço, o novo não substitui completamente o que já existe, o velho.

Desvendar a história de cada elemento, de cada forma é fazer retroceder o processo em busca de funções que, em muitos casos, não existem mais ou estão completamente modificadas. É reconstruir uma estrutura que já se alterou por completo e que continua por alterar-se, uma vez que o processo conduzido pela ação humana nunca para, mas apenas muda de ritmo e intensidade. Aliás, como diz o próprio Santos (1985, p. 58), “o espaço responde às alterações na sociedade por meio de sua própria alteração”.

Esta é a dialética que envolve a sociedade e o espaço/tempo. A transformação, a evolução de um jamais ocorre de forma indissociada do outro. A reciprocidade existente nesse processo, na grande maioria das vezes, nos oculta o verdadeiro caráter das mudanças que ocorrem no cotidiano. É nesse instante que a manipulação e a distorção podem ser (e são!) usados pelos agentes hegemônicos, ocultando gestos e ações na busca incessante pela concentração de capital e poder. Espaço e sociedade não se movem deliberadamente e o grande sistema que coordena esse movimento, no período atual, é pautado pela crescente concentração numa ponta, enquanto gera exclusão na outra.

#### **4.5 Espaço: sistemas de objetos, sistemas de ações e a técnica**

A racionalidade do espaço contemporâneo está na intencionalidade de sua re-produção. Partindo das ideias de Lefebvre e Santos, posso afirmar que nenhum objeto técnico existe por acaso, assim como nenhuma ação acontece por força espontânea. Se, no início da história humana, era a natureza que fornecia os objetos e permitia/limitava a ação em suas possibilidades/restrições, hoje a fronteira do espaço é o conhecimento construído e sua ampliação se dá com a continuidade de sua construção. E, curiosamente, quanto maior é a nossa independência dos objetos fornecidos pela natureza, maior torna-se a dependência pela exploração dessa

natureza para a criação dos novos objetos. Ou seja, a artificialidade dos objetos e da natureza atuais roubou-nos nossa capacidade de percepção do uso e da degradação do nosso meio. A tecnologia é a solução para os problemas ambientais e sociais. Esse é o discurso atual, apontado por Santos (1994, p. 20):

Os objetos que nos servem são, cada vez mais, objetos técnicos, criados para atender a finalidades específicas. As ações que contêm são aprisionadas para finalidades que, raramente, nos dizem respeito. Vivemos em um mundo exigente de um discurso, necessário à inteligência das coisas. É um discurso dos objetos, indispensável ao seu uso, e um discurso das ações, indispensável à sua legitimação. Mas ambos esses discursos são, freqüentemente, tão artificiais como as coisas que explicam e tão enviesados como as ações que ensinam (SANTOS, 1994, p. 20).

A nuvem ideológica que transporta esse discurso cobre nossa visão e não nos permite perceber que a base material e social das novas tecnologias (objetos e ações) tem sido a mesma de toda a história humana: a exploração e transformação da natureza. Para Santana (2001, p. 51), em sua leitura sobre a obra de Santos, “a história se constrói, seja por meio do trabalho produtivo, seja por meio de próprio espaço, ocupando e se apropriando a natureza primeira e segunda”. Um bom exemplo do exposto é a modernização da agricultura capitalista<sup>36</sup>, conduzida sob bandeiras como a da “revolução verde” e destinada a matar a fome da humanidade. Não só não resolveu o problema como o aprofundou, mas deu à agricultura tradicional<sup>37</sup> as feições e as dinâmicas deste espaço globalizador de que falo aqui. Como afirma Graziano da Silva (2004, p. 138-139), esse processo na agricultura brasileira, além de desigual e parcial, foi excludente, pois permitiu que apenas alguns poucos chegassem ao seu ápice.

Aliás, se tomarmos a agricultura atual como um fixo, as ações que a transformaram e acabaram por reconfigurá-la e reconfigurar os seus lugares, podem ser encaradas como os fluxos. Diz Santos que fixos e fluxos sempre existiram, “só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo”, enquanto os “fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, numerosos e rápidos” (1997, p. 50). Sua conceituação diz que os elementos fixados em cada lugar permitem ações que o modificam, enquanto os fluxos novos ou renovados recriam as condições sociais e ambientais que o redefinem. Tudo intencionalmente e de acordo com uma racionalidade.

---

<sup>36</sup> Ver item 1.2

<sup>37</sup> Ver itens 1.1 e 1.2



Contudo, ações e objetos não bastam para explicar o espaço. É preciso compreender o papel e a importância da técnica. As técnicas, como diz Santos (1997, p. 25), “são um conjunto de meios e instrumentais sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”. Citando Sorre, o autor (idem, p. 29) diz que o entendimento do geógrafo sobre técnica não deve pautar-se apenas pelo seu aspecto instrumental-mecânico, mas deve estender-se a todos os domínios da atividade humana. A técnica é, portanto, o aspecto fundamental para alcançarmos à noção de espaço geográfico e, como tal, é tanto portadora de intencionalidade quanto de racionalidade e conduz a configurações espaciais distintas em diferentes lugares, o que faz com que o processo de internacionalização de fluxos acabe por acirrar as disparidades dos lugares. Conforme diz Santos (1997, p. 48),

É o lugar que atribui às técnicas o princípio de realidade histórica, relativizando o seu uso, integrando-as num conjunto de vida, retirando-as de sua abstração empírica e lhes atribuindo efetividade histórica (SANTOS, 1997, p. 48).

Assim, para Silveira (2001, p. 64), a produção e localização seletiva dos sistemas de objetos desenham pontos mais ou menos perfeitos no território<sup>38</sup>, associando-se a ações que são cada vez mais pragmáticas e exatas. A acumulação diferencial desses objetos, cada qual com sua idade específica, traz a cada novo movimento de renovação uma nova possibilidade de organização espacial. Isso é o que defende Santos (1997, p. 35),

A forma como se combinam sistemas técnicos de diferentes idades vai ter uma consequência sobre as formas de vida possíveis naquela área. Do ponto de vista específico da técnica dominante, a questão é outra; é a de verificar como os resíduos do passado são um obstáculo à difusão do novo ou juntos encontram a maneira de permitir ações simultâneas (SANTOS, 1997, p. 35).

Como se pode perceber, os objetos técnicos (e a técnica) tanto podem ser hegemônicos, ou não. Os hegemônicos seguem determinações e orientações globais, portanto são estranhos à grande maioria dos lugares. São portadores da temporalidade hegemônica e conduzem à aceleração contemporânea. Já os objetos não hegemônicos tendem a pertencer aos lugares onde foram criados, visto que estão em compasso com as sociedades/culturas locais. Oferecem abrigo ao ataque

---

<sup>38</sup> Aqui entendido como uma instância do espaço, mas não o espaço propriamente dito. Parafrazeando Raffestin, o território seria o campo de ação do poder, o *locus* do conflito.

globalizador e unificador dos objetos hegemônicos e são responsáveis por manter a diversidade cultural que ainda resta.

No entanto, como a difusão das técnicas é desigual no espaço/tempo, atingindo, diferentemente, lugares/cotidianos já demarcados pelo acúmulo de sistemas técnicos anteriores, temos cada vez mais a sobreposição entre novo e velho, gerando novas rugosidades a cada instante, aumentando ainda mais a especificidade dos lugares. Nesse sentido, há de se concordar com Santos quando este afirma que a desejada homogeneização pelo poder hegemônico é impossível (1997, p. 37). Assim, ousar dizer que, quanto maior for a pressão externa pela homogeneização espacial maior será a tendência à especificação e diversificação dos lugares.

#### **4.6 Do período natural ao técnico-científico-informacional**

Em virtude de o espaço ser, hoje e cada vez mais, um sistema de objetos e ações coordenados por um sistema técnico que responde crescentemente às demandas racionais e intencionais do poder hegemônico, Santos (1997) nomeou este momento atual da História como “técnico-científico-informacional”. Os objetos atuais são criados tendo um objetivo por cumprir; sua ação é cada vez mais específica e, quanto maior for sua especificidade, maior a quantidade de informação contida no seu planejamento e na sua ação. Diz Silveira (2001, p. 66),

Os acréscimos de ciência, técnica e informação ao solo, o aumento da circulação, a antecedência do trabalho intelectual e a importância das normas, entre outros dados, caracterizam o meio técnico-científico-informacional. [...] Hoje, os sistemas de ações são informados e preciso e, por isso, orientam a multiplicidade de objetos para um funcionamento único e centralizado. Graças aos suportes técnicos atuais, a ação global aloja-se nos lugares (SILVEIRA, 2001, p. 66).

Assim, quanto maior for o nível e a exigência de informação dos objetos tanto maior será a alienação de quem deve operá-los. Escapa-lhes o entendimento do todo ao ser forçado a concentrar-se em apenas uma parte, cada vez mais restrita e mais complexa. É assim que se criam “as condições para o maior lucro e acumulação possível para os mais fortes”, nas palavras de Santos (1994, p. 33).

Cataia (2001) expõe com bastante clareza as consequências da transformação do espaço nacional brasileiro. Campo e cidade são reflexos mútuos de um processo de resposta às demandas hegemônicas que, é válido frisar, são alheias à maior parte das demandas locais. O avanço do crédito e o conseqüente fortalecimento das instituições financeiras, a crescente divisão territorial e social do trabalho, a informatização do território, comandados por agentes externos, normatizados e regulados pelos poderes público e privado passam a ser a ordem do desenvolvimento. Notadamente, esta é a verdadeira revolução que ocorre no país a partir de 1960 e é esta revolução que cria, no Brasil, as condições para o aumento dos lucros decorrentes da tecnificação do espaço.

Entretanto, este não é resultado de um movimento espontâneo da sociedade/espaço num dado momento. Trata-se especialmente de um marco referencial dentro de um contexto global no qual, por diferentes vias, chegamos ao período atual, ou ao período técnico-científico-informacional. O processo de constituição desse período nos conduz pela história da humanidade, especialmente pela “ocidentalização” da sociedade global. Para Santos (1997, p. 186), a história das relações entre sociedade e natureza é a da substituição de um meio natural por um meio cada vez mais artificializado. O autor aponta três períodos distintos, ou três meios distintos, característicos de cada período da sociedade/espaço: meio natural, meio técnico e o meio técnico-científico-informacional.

Durante o período natural (meio natural), a ação humana não era agressiva para com a natureza<sup>39</sup>. Técnicas e trabalho, segundo o autor, “se casavam com dádivas da natureza” (1997, p. 188). Além do mais, os sistemas técnicos não tinham existência autônoma e eram criados pelas sociedades locais, “comandantes dos tempos sociais e dos limites de sua utilização” (p. 188). Durante esse período, os lugares mantiveram sua autonomia, auto-suficiência e diversidade. Portanto, para cada lugar, os objetos criados eram únicos, a cultura era única.

No entanto, a evolução das técnicas e o crescimento populacional levam a sociedade ao período seguinte, o técnico. Para Santos (1997, p. 188-189), esse período considera a emergência do espaço mecanizado, a substituição dos objetos naturais e culturais por objetos técnicos, o uso de sistemas técnicos alheios às lógicas locais (e mesmo nacionais) e a crescente dependência da troca na

---

<sup>39</sup> A natureza, neste período, era a natureza primeira, não artificializada, mas já em vias de tornar-se socializada.

sobrevivência do grupo, além da intensificação internacional da divisão do trabalho. Nesse sentido, afirma Santos (1997), o grande objetivo é enfrentar a Natureza, natural ou já socializada, advinda do período anterior. Porém, como o próprio autor (Idem, p. 189-190) afirma, “eram poucos os países em que o progresso técnico podia instalar-se, [...] e mesmo nestes, seus efeitos estavam longe de ser generalizados”.

Já o terceiro período, que se estende até o momento atual, o técnico-científico-informacional, tem seu início a partir da Segunda Guerra Mundial e consolida-se nos países de terceiro mundo a partir dos anos 1970 (SANTOS, 1997, p. 190). Este é o momento do processo social no qual a técnica alia-se à ciência sob o controle do mercado que se torna global. A Natureza definitivamente perde seu caráter natural e passa a ser artificializada, dominada, manipulada e explorada maciçamente pela sociedade através de objetos técnicos intencionalmente criados e direcionados a cumprir tarefas específicas mediante aportes de informação. A sociedade desse período técnico-científico-informacional é uma sociedade tecnológica<sup>40</sup>, dependente da artificialidade do seu espaço, seus sistemas de objetos e ações e suas técnicas.

A Natureza já não é mais obstáculo a ser superado, mas sim recurso a ser aproveitado, assim como o conhecimento. Os lugares passam a oferecer possibilidades diferenciais e conectam-se por redes coordenadas pelos agentes hegemônicos do mercado, especializando-se, reduzindo custos, ampliando mercados e rentabilizando investimentos. As economias locais são suplantadas pela economia global<sup>41</sup>, que através da disponibilidade de crédito aos países mais pobres permite que “redes modernas se estabeleçam ao serviço do grande capital” (SANTOS, 1997, p. 206). As redes condicionam decisões e direcionam ações. Governos e sociedades trocam sua independência pela liberdade do/ao mercado. A categoria do *cidadão* é substituída pela do *consumidor*<sup>42</sup>. A dependência do sistema hegemônico intensifica-se e o Estado acaba por enfraquecer-se frente ao mercado. A crise econômica que o mundo vive nesse fim da primeira década do século 21 é um reflexo desse poder soberano outorgado ao mercado, livre de vigilância. Não por

---

<sup>40</sup> Para Manuel Castells (2005, p. 43) “tecnologia é sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas”.

<sup>41</sup> O que para Milton Santos (1997, p. 194) caracteriza-se como espaço local da economia internacional.

<sup>42</sup> Milton Santos em *O espaço do cidadão*, 1987.

acaso, governos de países como Reino Unido, Alemanha e Estados Unidos acenam com a possibilidade de intervenção pública em instituições financeiras privadas, algo inconcebível para muitos defensores do “Estado-mínimo” e que desafia a própria lógica de acumulação do capitalismo.

São estas as características mais marcantes deste processo de consolidação da ação humana produzindo o espaço. Seguramente, essa visão oferece todo o aporte necessário para que se busque compreender esse movimento a fim de configurar o espaço brasileiro. E é esse aspecto que será abordado no próximo capítulo, onde buscar-se-á desvendar os processos que dão vida ao nosso espaço.

#### **4.7 O espaço do assentamento Conquista da Liberdade: fator da evolução social**

Hoje, quando se analisa o assentamento Conquista da Liberdade, depara-se com um lugar que reflete um ideal. Ideal construído por pessoas simples e humildes em meio às lutas cotidianas de suas vidas. As novas dinâmicas introduzidas pelo grupo formalizaram novas formas e a paisagem se diversificou. O lugar passou a refletir as relações horizontalizadas constituídas com a participação dos agricultores na condição de sujeitos da sua existência, e não apenas como produtores rurais.

O planejamento e as ações do grupo definiram novas funções para velhas formas, em consonância com as características do ambiente e a disposição dos objetos. Um bom exemplo é o aproveitamento dos açudes deixados pela antiga proprietária da área, a CICA. Segundo relatos, a empresa praticava criação intensiva de gado de corte em um local elevado da área. Nessas condições, para levar água até as estrebarias eram empregadas bombas elétricas, já que os açudes foram construídos em áreas que possibilitassem um melhor aproveitamento das bacias de captação nas vertentes. O grupo coletivo, no entanto, optou por um manejo mais simples dos recursos, introduzindo a criação de gado leiteiro através do piqueteamento *Voisin*<sup>43</sup>, aproveitando as pastagens nativas e também com a

---

<sup>43</sup> A introdução do pastoreio *Voisin* foi orientada pela UFSC. Neste sistema, a área de pastagem é dividida em pequenos lotes onde a cobertura de campo natural pode ser complementada por outras gramíneas e a rotatividade entre esses lotes garante o melhor aproveitamento do espaço e o tempo necessário para a recuperação da pastagem.

introdução de outras variedades. Os açudes existentes e os novos construídos pelo grupo são usados predominantemente na irrigação das hortas coletivas, aproveitando-se apenas a força da gravidade para o transporte da água. As antigas estrebarias foram desmanchadas e o material foi destinado para outros fins. A figura 9 (na página seguinte) dá uma melhor ideia da ocupação do solo e da dispersão dos objetos técnicos pela área dos lotes da COOPAVA.

Através desse instrumento, percebe-se que a concentração dos objetos técnicos na agrovila permite um melhor aproveitamento dos demais lotes para as atividades produtivas. Apesar de boa parte das construções ser oriunda da antiga atividade comercial exercida na área, tal concentração mostra-se favorável à coletividade, pois permite uma maior integração entre as pessoas, amplia a comunicação entre os setores produtivos, enfim, chama as pessoas à participação da vida coletiva e das discussões, especialmente às assembleias que orientam as grandes decisões.

No entanto, nem sempre o espaço que hoje acolhe o assentamento apresentou essa peculiaridade e esse cunho humanizador. Outrora foi o lugar da reprodução do capital, voltado às demandas de um mercado que sequer tinha noção de sua existência apesar de consumir os frutos de sua exploração. Alienado de sua função social e operacionalizado pela artificialidade de seu objetivo específico, era articulado às esferas superiores de produção e circulação do mercado. Embora localizado no município de Piratini, estava voltado para interesses distantes. Era o lugar do fazer, não o do mandar.



Fonte da imagem: Google Earth. Autor das fotos e da montagem: Edinho Carlos Kunzler

A busca pela eficiência e racionalidade introduziu objetos técnicos no lugar. Objetos pensados e planejados para servir ao capital, não ao homem. Esses objetos deixaram marcas no espaço e, ironia do destino, pensados para servir ao capital racionalmente, hoje estão readaptados e rearranjados de maneira a servirem uma outra lógica, mais preocupada com o homem e o ambiente, como o prédio que hoje abriga a sede da COOPAVA, visto aqui na figura 10.



**Figura 10 - sede da COOPAVA, mercearia e cozinha coletiva**

O grupo adaptou objetos pensados para servir à reprodução do capital e hoje esses objetos representam a vitória de um projeto social.

Autor das fotos e montagem: Edinho Carlos Kunzler

Esse mesmo prédio já abrigou a cozinha comunitária no início do assentamento, mas foi construído para servir de refeitório para os empregados da Fertilisa S/A. Sem dúvida é uma rugosidade no espaço do assentamento, entre tantas outras, atendendo ao seu novo papel.

Quando o grupo de 50 famílias chegou à área do assentamento em 1992, encontrou uma estrutura voltada à exploração comercial de frutas. Eram galpões,



estradas de acesso e, especialmente, pomares. E este era um fator positivo, uma vantagem que a área oferecia. Vantagem rara de se encontrar em projetos de reforma agrária no Brasil. Mas a mentalidade de boa parcela das famílias era outra. Conforme dito pelos assentados, a ideia, a experiência e o histórico das pessoas apontavam para outro caminho: a monocultura. Foi preciso que o fracasso e desentendimentos batessem à porta das famílias para que estas buscassem outras alternativas. E uma das alternativas já existia no lugar: o cultivo de pêssegos. As famílias reencontraram o caminho para a sua estabilidade econômica quando, amparadas pelo apoio técnico de instituições como CAPA, EMATER e CPT, dentre outras, voltaram-se à vocação natural do lugar.

Mas as transformações não pararam por aí. Desfeito o grande grupo de 50 famílias que sonhavam e debatiam o trabalho coletivo nos tempos de acampamento, a maior parte destas saiu para os seus lotes individuais. Aquelas que permaneceram no sonho de um novo modelo de agricultura, logo perceberam que este seu sonho era incompatível com as práticas do modelo convencional da atividade. Um outro desafio batia à porta: era preciso evoluir, abandonar a dependência de produtos sintéticos e, concomitantemente, chamar para si a responsabilidade de gestão do lugar. Ou seja, deixar de ser apenas o lugar do fazer e, fundamentalmente, passar a ser também o lugar do mandar. Mandar em si mesmo. EA5 narra o processo do seguinte modo:

Mas aí como eu estava falando deste pacote, isso também era uma questão de consciência, porque lá fora a gente já usava essa questão de uréia, de venenos, porque o grande objetivo era você ter lucro, aumentar seu capital, porque o sistema capitalista te ensina isso. E nós, nesse sentido a gente começou a fazer esse debate, porque nós tivemos muitos problemas de saúde, de intoxicação das crianças; as nossas águas na época, nós não tínhamos poço artesianos, nós tirava água das cacimbas, dos açudes... e isso, aqui onde é nossas casas, tudo era pomar, e a gente começou a ter esses problemas. E se passava o veneno e no outro dia as crianças estavam comendo pêssego. Então era assim, não se tinha controle. E aí a gente começou a fazer esse debate internamente. Pôxa, tanto sofrimento pra conquistar a terra e agora nós continuamos degradando ela com os venenos...

As discussões entre o grupo cooperado, já depois de formada a COOPAVA, foram fundamentais no processo de construção do modelo agroecológico do assentamento. Diferentemente do que se possa imaginar, a construção desse modelo não se fez apenas retirando os produtos sintéticos (adubos, defensivos, pesticidas) do cotidiano da atividade do grupo. Foi fundamental a diversificação

produtiva. O assentamento, outrora dependente da produção de pêssegos, hoje tem sua economia sustentada pela produção animal, leiteira e vegetal. Os velhos pomares comerciais (ver figura 11), desintoxicados também representam hoje um novo modelo de sociedade, constituída sob valores distintos daqueles que nortearam sua implantação.



**Figura 11 - pomar de pêssegos**

Na imagem superior, a atividade da poda, no inverno; na imagem acima, os frutos amadurecem durante a primavera.

Autor das fotos e montagem: Edinho Carlos Kunzler

As dúvidas e os obstáculos da lida com um tipo de cultura completamente novo, com o apoio capacitado, o interesse e o envolvimento dos membros do grupo, logo passam a fazer parte do seu cotidiano. O pomar é agora mais um aliado em seu objetivo principal: a luta pela reprodução social. Mas não é o único. Por esse motivo é que à luz das categorias geográficas forma, estrutura, processo e função,

conjugam nesse item a análise sobre o espaço tornado coletivo no assentamento estudado.

Olhar a paisagem nos lotes onde hoje o grupo coletivo desenvolve suas atividades orientadoras da ação da COOPAVA é deparar-se com uma das questões fundamentais da geografia sob influência de Santos (1997), as rugosidades do espaço. É difícil dizer o que é velho e o que é novo se nos deixarmos levar pela aparência dos objetos. Mas a dinâmica criada pelo grupo foi capaz de atualizá-los e reinseri-los num contexto social onde a produção é voltada ao mercado vizinho. É também uma marca da reforma agrária, na opinião de um dos assentados que não quis ser entrevistado formalmente. Um exemplo é o antigo pomar, mas existem muitos outros por toda a área: os prédios comunitários<sup>44</sup>; os açudes, hoje voltados à irrigação das hortas e criação de peixes. Enfim, uma infinidade de readequações com vistas a atender as demandas do grupo.

Demandas estas que não estão mais restritas apenas internamente. A ação dos sujeitos na busca pela efetivação do espaço do assentamento como um verdadeiro lugar da reforma agrária criou uma rede de fluxos com os mercados dos municípios vizinhos até então inexistente com a exploração comercial conduzida pela antiga empresa proprietária da área. A pequena indústria de pasteurização de leite, iniciada com timidez, hoje é a principal conquista do grupo e da Cooperativa. Falando em números, na primeira entrega, foram transportados 100 litros de leite; destes, 60 litros retornaram. Hoje, a demanda gira em torno de 5000 litros por semana, distribuídos nas segundas e quintas-feiras nos municípios de Pinheiro Machado, Piratini e no refeitório da usina termoelétrica de Candiota, sendo este o maior cliente individual.

Entretanto, a rede de conexões estabelecida pelos assentados não esgota aí seus benefícios. Por exemplo, a demanda por leite atualmente é tão grande que apenas a produção interna não consegue suprir. Assim, estes buscam parceiros entre seus vizinhos para atender o seu mercado crescente. A maior exigência é de que o leite seja puro, não diluído em água. Dentre os desafios da indústria leiteira, dois se sobressaem: a busca pelo leite orgânico (dificultada pela necessidade de acréscimos de suplemento à ração animal, especialmente em períodos de chuvas

---

<sup>44</sup> A sede da Coopava, a mercearia, o salão de festas, os galpões das máquinas, enfim, todas as construções, à exceção dos lares das famílias, são de propriedade da cooperativa. Se alguma família desejar sair do grupo coletivo, é feito o levantamento patrimonial e esta família recebe um valor relativo à sua participação na cooperativa.

escassas) e a ampliação do leque de produtos. Quanto ao primeiro caso, há um longo caminho a ser percorrido, especialmente se considerarmos que os assentados são unânimes em afirmar que o ambiente não comporta um incremento de produção primária, o que os faz buscar por esses suplementos em outros locais. Já o segundo caso está encaminhado. Seu projeto de ampliação já foi aprovado e os equipamentos para a produção de iogurte e bebida láctea já estão disponíveis, conforme visualizado na figura 12. Falta apenas a ampliação física da indústria também já encaminhada.



**Figura 12 - equipamentos da indústria de laticínios**

Na imagem superior, os equipamentos de pasteurização, em uso; na imagem acima, o equipamento para a produção de iogurte, aguardando a ampliação da planta.

Autor das fotos e montagem: Edinho Carlos Kunzler

Ainda, e de acordo com as conversas com os assentados, a ampliação da planta da indústria de leite vai permitir uma maior estabilidade econômica e produtiva no decorrer do ano. Hoje, em cada viagem de entrega de leite, também é recolhido o montante não comercializado pela rede de parceiros. Esse produto é depois vendido à cooperativa Consulati, que o recolhe. A partir do momento que os novos equipamentos estiverem em operação, esse leite retornado (e ainda dentro do prazo de validade) será a matéria-prima para a fabricação de iogurtes e bebidas lácteas, entre outros produtos. Nas palavras de EA4,

Hoje a gente tem o leite em saquinho, mas a gente já tem a estrutura ali pro iogurte e pra bebida láctea e tem um projeto pra se montar, já aprovado, pra creme de leite e queijos e mu-mu [doce de leite]. Então seria um mix de produtos, a gente fecharia toda capacidade no leite. Até porque, vamos dizer, há uma tendência diferenciada no mercado. Vamos dizer, no inverno as pessoas consomem leite, no verão querem iogurte, bebida láctea, doce com queijo... então, você também tem uma produção maior no verão, então você pode fazer uma grande quantia de queijo pra vender durante o ano... então vamos conseguir organizar bem essa parte aí da produção, pra gente conseguir aumentar um pouco nosso mercado de venda.

Pela declaração acima, é possível perceber a capacidade de interpretação do seu entorno construída pelo grupo. O próprio EA4 diz que não adianta querer fugir do mercado, mas que se deve buscar auxiliar o comprometimento econômico com o comprometimento social e ambiental. Esta é uma percepção do sistema social no qual se está inserido e que pode parecer, à primeira vista, divergente das correntes para as quais a reforma agrária é vista como uma passagem ao socialismo. Mas, ao recorrermos ao texto de Brandenburg (1999)<sup>45</sup>, percebemos que essa flexibilidade estratégica do agricultor familiar faz parte de sua busca por estabilidade, no presente e no futuro. Assim, para o agricultor assentado a grande vitória desse processo é representada pela união do seu entorno, pelos limites do assentamento e pelo seu projeto. Uma união que beneficia a todos que dela participam, pois tem o caráter da complementaridade, não o da concorrência.

Assim, o espaço-tempo do grupo coletivo do assentamento Conquista da Liberdade, apesar de não ser isolado da esfera exterior (porque não há como), não está a ela subjugado, alienado. Trata-se, virtuosamente, de uma conjugação de temporalidades onde a busca pela estabilidade interna conduz os sujeitos a novos desafios. Esses desafios são cuidadosamente discutidos, calculados, pensados e medidos para que cada passo possa ser dado com firmeza em seu objetivo. Não há

---

<sup>45</sup> Ver item 4.1

a corrida incessante atrás de uma racionalidade que os leve a competir em condições de igualdade com um mercado dominado por grandes corporações. Mas há uma ideia de que o processo de desenvolvimento comunitário deve significar também a criação de novas possibilidades para aqueles que dele participam.

É este o princípio que norteia as novas funções pensadas para o lugar. Os projetos futuros exigirão a criação de novos fixos, gerarão novos fluxos e estabelecerão novas dinâmicas. Novas formas serão adicionadas ao espaço e a estrutura do lugar seguirá seu processo de mudança. Da produção primária, base de sustentação inicial no assentamento, o futuro seguirá o caminho da agroindústria, já que como EA1 afirmou, o limite da produção primária foi atingido. E esse novo passo, em direção à industrialização e artificialização do espaço tem sido constantemente debatido por todos. Contando com o apoio do Programa Terra Sol de fomento à agroindústria nos assentamentos, a COOPAVA vem realizando constantes debates entre seus associados e com os técnicos que acompanham e assessoram o projeto de implantação de um frigorífico no local.

O processo engloba desde a elaboração do projeto pleiteando recursos para a implantação da agroindústria, passando pela nova composição patrimonial que será adida à cooperativa e até o tipo de relação de trabalho que se deseja encaminhar com os novos parceiros são discutidos. Isso se dá graças ao caráter dinamizador que tal projeto representa para todo o setor produtivo da região, extrapolando em muito as divisas do assentamento. EA4 salienta que não é desejo da cooperativa estabelecer relações verticais do tipo patrão/empregado, mas sim relações horizontais onde os futuros trabalhadores possam ser associados ou parceiros da cooperativa.

É relevante salientar a declaração de EA2 de que é chegada a hora de agregar valor à produção e assim acumular capital. Segundo os assentados ouvidos, essa é uma questão fundamental a ser resolvida para o futuro da comunidade, especialmente quando o êxodo rural obriga os jovens a buscar alternativas em outros lugares. Essa busca coincide com a visão de Martins (2004, p. 140), para quem “país capitalista faz reforma agrária capitalista”. De fato, todos os instrumentos colocados à disposição pelo Estado e até mesmo aqueles operados por ONG’s e pelo MST visam à inclusão dos agricultores familiares assentados no mercado. E esse é um fenômeno bem claro para a COOPAVA, cujo objetivo é consolidar-se em um sistema coordenado por agentes poderosos, mas diferentemente destes, procura

atuar em nichos específicos e atender preferencialmente às classes de renda inferior. O grande exemplo vem da indústria de leite, de início difícil, mas hoje sustentáculo econômico das famílias. A figura 13 exhibe a relação de entrega dos clientes de Pinheiro Machado e Candiota e expõe essa parceria com as pequenas empresas familiares, boa parte delas localizadas nas periferias de ambas as cidades.



**Figura 13 - distribuição de leite no mercado**

Os pequenos mercados e padarias são os maiores parceiros da COOPAVA na comercialização do leite Terra Livre.

Autor das fotos e montagem: Edinho Carlos Kunzler

Assim, rompendo cercas de preconceito, limitações financeiras e estruturais, respeitando os limites do ambiente e buscando agrupar cada vez mais parceiros em sua luta pela efetivação de um processo de reforma que começou a se materializar há 17 anos, a COOPAVA é hoje um símbolo de uma nova sociedade que busca o desenvolvimento de forma equilibrada e sustentável. Ao construir o seu palco de ação, colocando-se na condição de protagonista do processo e criando novas perspectivas para o seu entorno, a COOPAVA tem demonstrado a viabilidade e a necessidade de uma reforma estrutural no sistema agrário brasileiro.

É perceptível que algumas atividades são dependentes de equipamentos técnicos mais aprimorados, enquanto outras operam numa lógica e com instrumentos mais simples. Tal fato expõe a adaptabilidade que o grupo conquistou, pois o choque existente entre atividades operadas em escalas temporais distintas não constituem empecilhos para a integração de toda cadeia produtiva, altamente interdependente. E esse fenômeno justifica a exposição de EA1 para quem o grupo tem caminhado à especialização produtiva de forma espontânea e sem conflitos, onde cada pessoa atua em seu setor dentro da atividade que se sente mais à vontade.

Assim, há uma relação de complementaridade entre os setores e entre as pessoas, o que fortalece os laços coletivos ao mesmo tempo em que permite ao indivíduo se desenvolver como um sujeito de tal processo. Para Lane (1985, p. 16),

O viver em grupos permite o confronto entre as pessoas e cada um vai construindo o seu “eu” neste processo de interação, através de constatações de diferenças e semelhanças entre nós e os outros. É neste processo que desenvolvemos a individualidade, a nossa identidade social e a consciência-de-si-mesmo. (LANE, 1985, p. 16)

É evidente que a diversidade não se restringe apenas às questões produtivas, mas essencialmente à formação de cada indivíduo. E, se por um lado essa diversidade pode amarrar processos decisórios que poderiam ser mais rápidos, por outro lado ela enriquece as possibilidades no debate de construção dos objetivos do grupo. É aceitando as diferenças e ampliando os horizontes de cada um no debate construído no cotidiano, mesmo durante os períodos de descanso, durante o jogo de bocha, no carteadado e até mesmo no futebol (ver figura 14), que os laços se fortalecem e as soluções são formuladas, visando ao bem-estar individual para o fortalecimento do grupo.





**Figura 14 - momentos de lazer**

Os momentos de lazer, especialmente aos domingos, também são importantes para as discussões acerca dos interesses do grupo.

Autor das fotos e montagem: Edinho Carlos Kunzler

E esse fenômeno evidencia-se nas tarefas diárias. As ações de auxílio entre os setores produtivos (produção animal e vegetal) são constantes, o que significa que não ocorre a alienação produzida pela extrema especialização do trabalho. Nem

tampouco se concentra a informação, já que esta permeia todo o relacionamento que dá vida e efetividade ao processo cooperativo. Por isso, EA6 afirma que uma família pode se ausentar do assentamento por um período de tempo sem prejuízos na condução das atividades e do cotidiano, já que este é dinâmico sendo constantemente rearranjado.

A busca pela afirmação da cooperativa através da definitiva introdução da agroindústria, embora represente um crescimento na artificialidade do cotidiano do grupo, também significa a pretensão do grupo em continuar operando o sistema no qual se insere de forma propositiva, tomando a iniciativa do que fazer e de como fazer. A sua lógica de permanência na terra e de liberdade das esferas dominantes do grande capital, o abatedouro, juntamente com a ampliação da indústria de laticínios, fomenta perspectivas de que o assentamento Conquista da Liberdade, sede da COOPAVA, continuará sendo o lugar do mandar. A inserção desse novo objeto, apesar de cobrar a dinâmica operacional que toda indústria exige, não significa que o grupo estará mudando sua orientação de defender os preceitos agroecológicos. Ao contrário, a capacidade planejada se insere na perspectiva de produzir para complementar renda e atuar diretamente no auxílio ao desenvolvimento da agricultura familiar da região, buscando sempre os mercados vizinhos.

Até mesmo questões como a fonte e reaproveitamento de água e destino dos restos de abate são discutidas, cogitando-se a possibilidade de instalação de biodigestores que reduzem drasticamente o risco de contaminação de solo e água, fornecendo matéria orgânica para adubação e até mesmo gás metano para o uso em caldeiras. Como se pode perceber, chamar para si a responsabilidade por pensar e planejar o seu lugar no espaço exige ir além da capacidade de trabalhar. Como EA4 afirma, o modelo convencional não ensina nada, apenas reproduz. E a reprodução de interesse dos associados da COOPAVA não é a de conhecimento, mas sim a do seu grupo social. Interessa também que tal maneira de buscar a sua participação no mundo atual, na condição de protagonistas, fomente outras iniciativas de inclusão e construa um modelo social e econômico mais justo. Esta é a perspectiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde que o modelo economicista passou a ditar os planos e ações de governos de países outrora de terceiro mundo como o Brasil, foram raríssimos os casos de nações que galgaram à condição de “desenvolvidas”. Esse modelo de desenvolvimento, importado e aplicado sem a mensuração das consequências, norteou e ainda norteia os grandes projetos nacionais de muitos países. Porém tais projetos de nacionalistas pouco tem. São voltados a uma ordem econômica que oprime, reprime, alija e agride a maior parte das sociedades, espoliadora de recursos, que se apoia num modelo que se utiliza de discursos que vão da fantasia ao terror para justificar sua fome insaciável pela supremacia.

Vive-se no tempo da liberdade e da democracia, mas aqueles que ousam fazer valer seus direitos de cidadão são taxados de loucos e baderneiros. Para as forças conservadoras, a polícia é o instrumento ideal de diálogo com estes grupos. A modernidade, que destituiu o cidadão e erigiu em seu lugar o consumidor, elevou o mercado à suprema instância de ordenamento da vida do homem. Esse modelo de sociedade difundiu-se pelo planeta, instituindo a concentração de riquezas como forma de fomentar o desenvolvimento.

No Brasil, cuja tradição de grandes propriedades na paisagem rural faz parte da sua história, ainda hoje o capital exerce pressão para que a concentração de terras seja mantida. Entre os mitos difundidos pelo desenvolvimentismo em voga, está o de que o latifúndio é mais dinâmico e apto a aceitar os novos recursos tecnológicos, tão caros às empresas financiadoras de pesquisas mundo afora comprovando e atestando os seus benefícios. Não por acaso, os setores conservadores da sociedade brasileira, inclusive a própria ciência, tratam o campesinato e agricultura familiar como uma forma residual e fadada ao desaparecimento dentro da estrutura capitalista.

Tal visão do processo evolutivo da sociedade orientou os passos da modernização conduzida na agricultura brasileira. Essa modernização é orientada estritamente para objetivos comerciais, aprofundando os já grandes contrastes existentes no cenário social do país. Um movimento modernizador sempre foi acompanhado por uma ou mais medidas compensatórias favoráveis à classe

dominante como, por exemplo, a Lei de Terras de 1850 que a recompensava com a posse e o domínio da terra pela perda do poder absoluto sobre a mão-de-obra que representou o fim da escravidão. Dessa forma, o Brasil conseguiu dar uma vestimenta moderna a uma estrutura arcaica, há muito tempo superada nos países de capitalismo avançado. Nesses países, modernização e modernidade se complementam, no Brasil não. Aqui, a aparência dos objetos técnicos oculta a essência da estrutura que, destinada à manutenção do poder por uma classe restrita, não tem se alterado ao longo da história.

Assim foi, por exemplo, com a entrada e a expansão da cultura da soja e de toda sua cadeia produtiva no país. Sob a bandeira da modernidade, o grão adentrou as fronteiras do país pelo noroeste gaúcho, região de predomínio da agricultura familiar, deixando em seu rastro levas de famílias desalojadas de sua fonte de sustento. O discurso da modernidade ocultara as consequências econômicas da monocultura nas propriedades familiares, intensificando o êxodo rural e forçando as famílias às condições de subemprego nas periferias das médias e grandes cidades.

Por outro lado, intensifica-se um processo de longa data de luta pela terra. Com a confluência de vários movimentos regionalizados pelo país (como o MST), é fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST – em 1985. A partir de então, o movimento passa a organizar em todo o país a luta pela terra e pela reforma agrária, pressionando o Estado para que este crie condições à permanência do agricultor no campo e acabe com a mais arcaica das estruturas da sociedade no Brasil, o latifúndio. O MST passa a mobilizar famílias expulsas da terra, reunindo-as em acampamentos, realizando caminhadas, panfletagem e ocupações. Assim, assentamentos começam a ser formados pelo país, sendo pioneiro o assentamento da Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul.

A vida nos acampamentos do movimento, sob a lona preta, que se torna característica, a despeito de todas as privações e perseguições às quais as famílias são submetidas, fomenta discussões acerca do futuro nessas condições. Desse modo, a permanência no acampamento também é tempo de aprendizado, de organização política, de construção teórica de novas formas de produção que concretizem o sonho de permanência na terra. É também oportunidade de construir formas alternativas de produção. Aquela que conta com o maior apoio do movimento é a cooperação entre os agricultores familiares, seja em cooperativas formais ou não.

O grupo que constituiu o assentamento Conquista da Liberdade, em 1992, passou por todo esse processo. O ideal do cooperativismo norteou os primeiros momentos de todas as famílias em seu novo lar, mas o choque entre interesse coletivo e interesse individual contrapôs algumas famílias que, também decepcionadas com o fracasso econômico inicial do assentamento, abandonaram o projeto coletivo partindo para o modelo familiar tradicional. O grupo que perseverou no projeto coletivo fundou a Cooperativa Agrícola Vista Alegre Limitada – COOPAVA – em 1995, formalizando uma união há muito tempo discutida e planejada.

A criação da COOPAVA coloca o grupo definitivamente na condição de sujeito de sua história e dá aos agricultores familiares a condição de pensar e planejar as ações desejadas para o cumprimento do seu objetivo maior, a permanência na terra e a reprodução social. No entanto, as transformações das quais o grupo é protagonista não cessam com a criação da cooperativa. Aos poucos se forja, no seio das discussões e decisões, a ambição por algo que os liberte por completo das amarras da agricultura convencional, de dependência de agrotóxicos e constantes financiamentos. Assim, tendo como norte os ensinamentos da agricultura dos tempos de seus pais e avós e sendo assessorado por técnicos de diferentes instituições, o grupo incorpora o modelo agroecológico à sua *práxis*.

Fundamentada nos princípios da sustentabilidade ambiental e da equidade social, a agroecologia é uma ciência que serve de base para projetos de desenvolvimento sustentável, pois busca promovê-lo em sua completude, conjugando possibilidades ambientais com necessidades sociais em uníssono. Para a agroecologia, o projeto de manutenção do grupo social só é possível de ser concretizado no futuro se as capacidades e limitações ambientais forem respeitadas. Esta é a única forma que uma geração tem para lidar com recursos ambientais sem esgotá-los e sem esgotar as possibilidades de continuidade do seu grupo no futuro, e é este o grande ensinamento da agroecologia.

De fato, a incorporação da *práxis* agroecológica trouxe grandes benefícios para o grupo. Ela permitiu que a cooperação atingisse sua completude, pois faz dos próprios agricultores os pensadores do seu espaço, sempre em consonância com o mesmo e nunca exigindo dele acima de suas capacidades. Ganham também na qualidade de vida, pois passam a dispor do controle do seu tempo, do seu cotidiano, controlando todo o processo de produção e tendo como resultado do seu trabalho a certeza de que estão produzindo alimentos saudáveis. Alimentos estes que fazem

questão de chegar às classes de menores rendas, pois este é o objetivo da reforma agrária, a justiça social. E justiça social põe a mesa.

Desse modo, os agricultores reunidos em torno de um objetivo comum, contando com o apoio de uma estrutura que eles mesmos criaram e que é representada pela COOPAVA, são construtores do seu lugar. Embora a natureza original já não mais exista em sua essência, a natureza pelo grupo reconstruída reaproxima homem e meio. Nessas condições, ambos coexistem pacificamente, como um único organismo numa relação de interdependência e completude. O espaço, que outrora sediava a exploração intensiva, hoje é o espaço da preservação ambiental e da construção prática de um sonho.

Conflui para a efetivação de tal processo a ação de homens e instituições que tem por base política e ideológica a orientação para a necessidade de composição de um novo modelo de sociedade - uma sociedade que alie seu discurso e suas ações não ao mercado, mas ao planeta onde vive e de onde tira seu sustento. As dinâmicas assim construídas cobram um maior envolvimento dos agentes sociais, fomentando estruturas voltadas à preservação da diversidade cultural e ambiental e equalizando as graves diferenças sociais que imperam na sociedade.

Assim, o tempo de ação para a mudança do amanhã passa a ser o hoje. E o princípio da mudança precisa se dar aqui. É esta ideia que orienta as ações do grupo constituinte da COOPAVA. Não basta, para transformar e superar um modelo excludente, permanecer na esfera das ideias. Quando decidiu chamar para si as responsabilidades pelo planejamento e ação do seu espaço, o grupo decidiu controlar seus ritmos, seu tempo, seu lugar, em relações horizontais. Os pacotes fechados, impostos verticalmente, guardam em suas generalidades os objetivos propostos pelos agentes dominantes e este só pode ser operado em benefício daqueles, não do lugar. É com esse ciclo que a COOPAVA rompeu.

Tal rompimento com a macroestrutura possibilitou a criação de outra estrutura, voltada às necessidades do lugar e do seu entorno. A introdução de novos objetivos redefiniu funções, reaproveitando de velhas formas (rugosidades) e criando outras quando necessário. O que antes era um espaço controlado verticalmente e voltado às demandas ditadas por mercados alheios às demandas locais, hoje, é um espaço constituído na horizontalidade da *práxis* agroecológica, que busca desenvolver o seu entorno erigindo sujeitos cidadãos, e não apenas consumidores.

Para tanto, os sistemas de objetos e de ações construídos são permeados por um ideal de uma sociedade igualitária, onde o objetivo não é tirar proveito de situações, mas sim criar situações que possam ser aproveitadas por todos. A intencionalidade e a racionalidade desse processo, diferentemente da sociedade mercantilizada, está no soerguimento de uma era da sociedade humanizada. Na *práxis* agroecológica dos membros da COOPAVA, ações, objetos e técnicas compõem um modelo de desenvolvimento equânime, voltado às especificidades do seu meio e que com este operam de maneira a preservá-lo para as gerações futuras.

Esse modo de ser e de agir dos agricultores familiares os faz sujeitos de suas histórias. Estes não dominam apenas a ação cotidiana, mas, sobretudo colocam-se como portadores e criadores da informação. E no período atual, exerce o controle do espaço quem exerce o controle da informação. É a informação o produto mais valioso decorrente do processo de constituição e efetivação da COOPAVA. Ela é a chave para o controle do seu espaço de ação, do seu planejamento e do seu futuro. E por isso a informação não é privilégio de nenhum associado da cooperativa. Nenhum modelo de sociedade que deseja a igualdade entre os homens pode restringir o acesso à informação. E esta é uma premissa vigente no grupo aqui estudado.

São estas as bases onde estão arraigadas os sonhos e as esperanças do referido grupo. Acreditando na viabilidade do seu sonho, o grupo hoje representado pela COOPAVA é um exemplo concreto de que a legitimidade e completude do desenvolvimento se dão quando este não é restrito apenas ao seu espectro econômico. É notável o fato de que famílias cujos bens foram perdidos e que conheceram de perto o aparelho repressor do Estado, hoje conduzem sua própria existência de forma independente, reconstruindo seu espaço e incorporando outros agentes à sua proposta. A estabilidade econômica foi alcançada juntamente com a capacidade de preservação dos recursos ambientais.

No entanto, a sua luta contra o poder dominante e opressor do capital não está vencida. É preciso planejar o futuro da comunidade representado pelos seus filhos. Construir e manter uma proposta de uma nova sociedade exige atenção constante, dedicação cotidiana e, acima de tudo, compromisso com a causa. Enquanto o sistema dominante continuar alijando de famílias o seu único bem e sua fonte de sustento, a luta pela construção de um país mais justo vai continuar. E a

COOPAVA tem servido de uma boa mostra de que o progresso da agricultura capitalista brasileira não é sinônimo de extinção desta ou daquela forma de trabalho.

A cooperativa age, assim, como uma estrutura maleável, capaz de fomentar a diversidade, enquanto atende aos anseios racionais do agricultor familiar. O progresso material não se justifica por si mesmo, mas surge como resultado de um trabalho comprometido com uma orientação política distinta daquela que os expulsou de suas antigas propriedades familiares. Por ser um projeto coletivo, o agricultor não assume sozinho os riscos da jornada empreendida, mas sabe que assim como ele depende do trabalho e participação dos outros cooperados, os outros dependem dele.

Assim, a COOPAVA tem conquistado importantes vitórias em sua trajetória. Os erros do passado ensinaram ao grupo a importância do planejamento, da discussão, da união em torno de um projeto desenhado coletivamente. E o futuro próximo cobrará do grupo essa experiência e esse debate. Ademais, tomando as palavras de Martins (2004) ao dizer que país capitalista faz reforma agrária capitalista, pode-se seguir no mesmo rumo para dizer que toda a organização do grupo coletivo foi desenvolvida buscando a sua racionalização e inserção no mercado. Porém, como se pode vivenciar e aqui foi discutido, tal inserção não tem por objetivo assumir o controle do mercado ou à busca do lucro máximo, mas trata-se na verdade da criação de condições para a sua reprodução social e a manutenção de sua estabilidade enquanto grupo coletivo, com objetivos e propósitos definidos para o futuro. Portanto, são os fatores social e ambiental que coordenam os fatores produtivos e econômicos neste modelo, e não a hierarquia inversa, imposta pelo modelo hegemônico.

Dessa maneira, o espaço atual do assentamento Conquista da Liberdade, especialmente aquele onde a cooperativa é agente atuante, é um espaço que não foge às demandas do sistema no qual está inserido. No entanto, possui um viés social e ambiental que o torna singular frente à homogeneização promovida pelo capital, que faz do lugar o verdadeiro *locus* da oportunidade e da efetivação de um projeto de sociedade em equilíbrio com o seu meio. E é tendo isso em mente que os próximos passos vêm sendo meticulosamente mensurados pelos assentados do grupo coletivo, para permitir que a COOPAVA signifique de fato e definitivamente a sua Conquista da Liberdade.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998, 275p.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998, 110p. (Síntese Universitária, 54)

BELIK, Walter; PAULILLO, Luiz Fernando. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In LEITE, Sérgio (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 95 – 120.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, 223p.

BORBA, Marcos; GOMES, João Carlos Costa. Limites e possibilidades da agroecologia como base para sociedades sustentáveis. In **Ciência e Ambiente**. Santa Maria, n. 29, jul./dez. 2004, p. 5 – 14.

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Editora da UFPR, 1999, 326p.

BRUM, Argemiro Jacob. **Reforma agrária e política agrícola**. Ijuí: UNIJUÍ Ed., 1988. (Coleção Ciências Sociais, 6)

CATAIA, Márcio Antonio. As desigualdades e a tecnificação do território brasileiro. In CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Ensaio de geografia contemporânea**. Milton Santos: obra revisada. São Paulo: Editora Hucitec, 2001, p. 170 – 177.

DE DAVID, César. **Estratégias de reprodução familiar em assentamentos: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural em Canguçu – RS**. 218f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

ESTERCI, Neide; MEDEIROS, Leonilde; et. al. (org.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

FERNANDES, Claudemar Alves. **Retratos discursivos do sem-terra**. Uberlândia: EDUFU, 2007. 188p.

FERREIRA, Brancolina. Estratégias de intervenção do Estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do governo federal. In MEDEIROS, Leonilde; et. al. (org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p 29 – 48.

FLORES, Javier Gil; GÓMEZ, Gregorio Rodrigues; JIMÉNEZ, Eduardo García. **Metodologia de la investigación cualitativa** Maracena: Ediciones Aljibe, 1996. (Biblioteca de Educación)

FLORES WIZNIEWSKY, Carmen Rejane. **Reforma agraria y asentamientos en Brasil: el caso de los asentamientos de reforma agraria en Capão do Leão, RS**. Tomo 1. 329f. Tese (Doctorado em Geografia y Ciencias del Território). Universidad de Córdoba, Espanha, 2001.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: GOHN, M. da G. (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003. p.13-32.

GRAZIANO DA SILVA, José. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária na década de 90**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 137 – 143.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Origen, evolución y perspectivas del desarrollo rural sostenible. In **Tecnología y desarrollo rural sostenible**. 18 a 22 de septiembre de 1995. Porto Alegre: UFRGS. p. 1 – 11.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. **O que é psicologia social**. 9. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática, 1991, 206p.

MANÇANO FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. In **Reforma Agrária**. Vol. 28/29, n. 1, 2 e 3. jan./dez; jan./ago. 1998 – 1999. p. 1 – 12.

\_\_\_\_\_. **Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar**. XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa, 2002. Disponível em: <[http://capacitationapn.com.ar/cfycap/descargas/sociologia/agricultura\\_camponesa.pdf](http://capacitationapn.com.ar/cfycap/descargas/sociologia/agricultura_camponesa.pdf)>. Acesso em 10 de março de 2009.

MARTINS, José de Souza. **SUBÚRBIO: Vida cotidiana e história no subúrbio de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

\_\_\_\_\_. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. **Reforma Agraria: O impossível diálogo**. 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2004, 173p.

MOREIRA, Roberto José. Configurações de poderes urbano-rurais: fragmentos de discursos e práticas. In MARAFON, Glaucio José; et. al. (orgs.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p. 67 – 96.

NAVARRO, Z. Ideologia e economia: formatos organizacionais e desempenho produtivo em assentamentos rurais – o caso do assentamento Nova Ramada (estado do Rio Grande do Sul, Brasil). In **XIX Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, MG, outubro de 1995

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Editora Ática, 1986, 88p. (Série Princípios)

\_\_\_\_\_. **A geografia das lutas no campo: conflitos e violência; movimentos sociais e resistência; a “nova república” e a reforma agrária**. São Paulo: Editora EDUSP, 1988. (Coleção Repensando a Geografia).

\_\_\_\_\_. O campo brasileiro no final dos anos 80. In STÉDILE, João Pedro (coord.). **A questão agrária na década de 90**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 45 – 67.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma agrária e distribuição de renda. In STÉDILE, João Pedro (coord.). **A questão agrária na década de 90**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 105 - 136.

SANTANA, Paola Verri de. Da socialização à mundialização da natureza. In CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Ensaio de geografia contemporânea**. Milton Santos: obra revisada. São Paulo: Editora Hucitec, 2001, p. 47 – 54.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Editora Nobel, 1985, 88p. (Coleção Espaços).

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994, 189p.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, 308p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2001, p. 118 – 141 / 247 – 277.

SCHNEIDER, Sérgio. Abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. In **Sociologias**. Porto Alegre, ano 6, n. 11, jan./jun. 2004, p. 88 – 125.

\_\_\_\_\_. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, 205p.

SILVA, Ligia Osorio . Latifúndio e Construção do Estado. Brasil e Argentina no século XIX. In **Ciência e Ambiente**. Santa Maria, n. 33, jul./dez. 2006, p. 17 – 28.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma teoria geográfica da sociedade: razão global e razão local. In CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Ensaio de geografia contemporânea**. Milton Santos: obra revisada. São Paulo: Editora Hucitec, 2001, p. 63 – 72.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Notas sobre epistemologia da geografia. In **Cadernos Geográficos**. Publicação do Departamento de Geociências – CFH/UFSC. n. 12. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005.

STÉDILE, João Pedro; Frei Sérgio. **La lucha por la tierra en el Brasil**. Comité de Apoyo al MST de Barcelona. s/d.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 3. reimpr. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. 1. ed. 17. reimpr. São Paulo: Editora Atlas, 2008. p. 116 – 175.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais e Agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996.

\_\_\_\_\_. A emergencia de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In **Estudos Sociedade e Agricultura**. Outubro 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare/15.htm>>. Acesso em 10 de março de 2009.

WIZNIEWSKY, José Geraldo. **Los asentamientos de reforma agrária y la perspectiva de la agricultura sostenible: los casos de Hulha Negra y Piratini; Rio Grande do Sul; Brasil**. 394f. Tese (Doctorado en Agroecología, Sociología y Estudios Campesinos) – Universidad de Córdoba, Espanha, 2001.

## **ANEXOS**

## **Anexo A**

### ***Questionário semi-estruturado para os técnicos***

1. Tipo de relação da instituição ou entrevistado com o assentamento;
2. O que sabe sobre a formação e organização do assentamento;
3. Aspectos produtivos;
4. A mudança do modelo convencional para a agroecologia;
5. A questão social, ambiental e econômica;
6. A tecnologia;
7. A organização do trabalho (coletivo e individual) mudança;
8. A qualidade de vida;
9. Impactos externos (visão do assentamento fora do assentamento);
10. Integração com o entorno;
11. Problemas;
12. Perspectivas.

## **Anexo B**

### ***Questionário semi-estruturado para os assentados:***

1. Fale sobre a sua história de vida (antes de ser assentado);
  2. O que o fez participar do MST;
  3. Qual a relação com o movimento;
  4. Que tipo de relação tem com a terra e agricultura;
  5. Relação com o meio ambiente;
  6. Como foi o início no assentamento (problemas, frustrações, realizações);
  7. O significado da organização coletiva do assentamento;
  8. Como aconteceu esta transformação;
  9. O significado da agroecologia;
  10. A questão social, ambiental (saúde) e econômica em relação à agroecologia;
  11. A tecnologia;
  12. A organização do trabalho (coletivo e individual);
  13. A qualidade de vida;
  14. Impactos externos (visão do assentamento fora do assentamento);
  15. Integração com o entorno (apoio de instituições, comercialização);
  16. Problemas;
  17. Perspectivas:
- A importância da Reforma agrária;
- Balanco crítico olhando para trás;
- Você está realizado como agricultor ? Porque?

## **Anexo C**

### ***Questionário semi-estruturado para as lideranças do assentamento***

O MST e o assentamento;

Organização da cooperativa;

1. Relação reforma agrária e agroecologia;

2. Problemas vividos nos assentamentos;

3. Relação trabalho coletivo e agroecologia;

4. Problemas internos ( produção, organização, etc);

5. Funcionamento e estruturação do coletivo;

6. Setores de produção (caracterização de cada um dos setores de trabalho no assentamento, organização das equipes;

7. Políticas públicas (ações dos governos e instituições);

8. Impactos externos do assentamento ( os impactos dos assentamentos no município e região);

9. Perspectivas projetos para o futuro;

10. Cooperação;

11. Mercado;

12. Instituições;

13. Meio ambiente;

14. Sociedade.



Anexo D



**Cooperativa de Produção Agropecuária Vista Alegre Piratini Ltda - COOPAVA - Terra Livre**  
Geléia de Pêssego Orgânica, 710 g;  
Schmier de pêssego orgânico;  
Leite Integral; hortaliças; sementes crioulas e  
varietais de milho e feijão.

Assentamento COOPAVA - Vista Alegre - 2º Distrito - Piratini/  
RS | Contato: Francisco de Assis Venâncio - (53) 9976.9852  
coopavapiratini@gmail.com

